

MARIA CRISTINA VIEIRA DE FREITAS



TUDO PASSA E TUDO FICA NO CAMINHO QUE SE FAZ:

UM ESTUDO QUALITATIVO DE ACERVO E FUNDO DE ARQUIVO
DE INSTITUIÇÃO CULTURAL, SOB O PARADIGMA QUE INSERE A
ARQUIVOLOGIA NO CONTEXTO DE UMA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
2003

MARIA CRISTINA VIEIRA DE FREITAS

TUDO PASSA E TUDO FICA NO CAMINHO QUE SE FAZ:

UM ESTUDO QUALITATIVO DE ACERVO E FUNDO DE ARQUIVO DE
INSTITUIÇÃO CULTURAL, SOB O PARADIGMA QUE INSERE A
ARQUIVOLOGIA NO CONTEXTO DE UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

BELO HORIZONTE

2003

Maria Cristina Vieira de Freitas

TUDO PASSA E TUDO FICA NO CAMINHO QUE SE FAZ:

UM ESTUDO QUALITATIVO DE ACERVO E FUNDO DE ARQUIVO DE
INSTITUIÇÃO CULTURAL, SOB O PARADIGMA QUE INSERE A
ARQUIVOLOGIA NO CONTEXTO DE UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dissertação Apresentada à Escola de Ciência da
Informação da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação.

Área de concentração: Produção, Organização e
Utilização da Informação

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Prof^a Doutora Vilma Moreira dos Santos

Belo Horizonte

2003

Ficha catalográfica

02
F866t
2003

Freitas, Maria Cristina Vieira de

Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a arquivologia no contexto de uma ciência da informação / Maria Cristina Vieira de Freitas. – 2003.

250 f. : il.

Orientador: Vilma Moreira dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Arquivologia – Teses. 3. Arquivos e arquivamento (Documentos) – Teses.

I. Santos, Vilma Moreira dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título

Elaboração: Biblioteca da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

*A*os meus pais, Denecy e Abelardo, pelo
que fui e sou, desde que me entendo
por gente. E ser gente não é fácil.

Ao meu irmão, Márcio, na fila do gargarejo,
sempre dizendo ser meu fã número um.
Também eu sou sua fã.

Aos sobrinhos, Túlio e Leonardo, esperança
que eu deposito no futuro.

E, finalmente, a Deus... unidade e totalidade
das coisas visíveis e invisíveis,
daquilo que eu vejo e imagino,
do que eu sinto e penso.
Enfim... a força que me faz pensar que sou
abençoada pela sorte.

*D*edico este trabalho.

A todos os amigos e aos colegas do
mestrado, os quais prefiro não citar
nominalmente, porque são muitos e tiveram

paciência nos meus períodos de angústia, ausência e isolamento. Eles sabem quem são e me compreenderão pelo anonimato.

À Fundação Cultural Calmon Barreto e seus funcionários, que mais uma vez me cederam espaço para desenvolver pesquisa e se puseram diante do desconfortável olhar do observador.

Ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, em especial aos colegas da Coordenação de Cultura Geral, que não exigiram além dos meus compromissos, nestes últimos dois anos. E também aos estudantes, meus alunos, com os quais indubitavelmente compartilhei conhecimento e que souberam respeitar o meu tempo.

À Escola de Ciência da Informação da UFMG, centro acadêmico que viabilizou meu misto de projeto, sonho e delírio, hoje metamorfoseado em dissertação de mestrado. Eu digo à Academia, em especial ao Colegiado de Pós-Graduação, com toda

sinceridade, que esta infelizmente não é a tese desejada, mas a dissertação permitida. Caminhos são muitos... importa saber onde se quer chegar. O que mais eu posso dizer sobre isso?

Aos professores Jorge Tadeu de Ramos Neves, Lídia Alvarenga e Ana Maria Rezende Cabral, participantes da banca de qualificação, no mestrado. Vocês, tenham certeza, depositaram em mim muito mais confiança do que eu poderia supor. Mas, infelizmente não deu! Quem sabe um outro caminho, em outra oportunidade?

Vilma, a você, muito especialmente... Orientadora e amiga, que acreditou no meu misto de projeto, sonho e delírio, desde o primeiro instante, e viu a todas as metamorfoses possíveis e impossíveis, imagináveis e inimagináveis, neste meu doloroso processo de sair do casulo, e eu sei que você me entende perfeitamente. Você

escreve comigo este capítulo da minha história-trajetória.

Com a seta que aponta sempre em direção ao futuro eu agora viro a página, mas sem você, confesso, a Arquivologia jamais teria me conquistado. Você foi a grande responsável pela minha incursão como “caminante”, no mundo dos arquivos, e eu deixo isto, aqui, indelevelmente registrado!

Você, que agora forja novos caminhos.

Eu lembro o que uma vez disse o poeta: o mundo é grande, mas cabe numa janela para o mar. Nossos caminhos também são muitos e longos, mas, mais dia menos dia, acabam se cruzando por aí, porque conquistamos respeito e amizade.

M meus sinceros agradecimentos.

*T*odo pasa y todo
queda,
pero lo nuestro es pasar,
pasar haciendo caminos,
caminos sobre el mar.

*Nunca perseguí la gloria,
ni dejar en la memoria
de los hombres mi canción;
amo los mundos sutiles,
ingrávidos y gentiles,
como pompas de jabón.*

*Me gusta verlos pintarse
de sol y grana, volar
bajo el cielo azul, temblar
súbitamente y quebrarse...*

Nunca perseguí la gloria...

*Caminante son tus huellas
el camino y nada más;*

*caminante, no hay camino
se hace camino al andar.*

*Al andar se hace camino
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.*

*Caminante no hay camino
sino estelas en la mar...*

*Hace algún tiempo en ese lugar
donde hoy los bosques se visten
de espinos
se oyó la voz de un poeta gritar
"Caminante no hay camino,
se hace camino al andar..."*

Golpe a golpe, verso a verso...

Antonio Machado (1875-1939)



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"TUDO PASSA E TUDO FICA NO CAMINHO QUE SE FAZ: UM ESTUDO QUALITATIVO DE ACERVO E FUNDO DE ARQUIVO DE INSTITUIÇÃO CULTURAL, SOB O PARADIGMA QUE INSERE A ARQUIVOLOGIA NO CONTEXTO DE UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO".

Maria Cristina Vieira de Freitas

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"Mestre em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Informação e Sociedade (IS)"**.

Dissertação aprovada em: 27 de junho de 2003.

Por:

Vilma Moreira dos Santos

Profa. Dra. Vilma Moreira dos Santos - ECI/UFMG (Orientadora)

Jorge Tadeu de Ramos Neves

Prof. Dr. Jorge Tadeu de Ramos Neves - ECI/UFMG

José Maria Jardim

Prof. Dr. José Maria Jardim - UFF/RJ

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Lídia Alvarenga

Profa. Lídia Alvarenga
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Vilma Moreira dos Santos

Profa. Vilma Moreira dos Santos
Orientadora

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE QUADROS.....	xv
LISTA DE FIGURAS.....	xvi
RESUMO.....	xix
ABSTRACT.....	xx
RESUMEN.....	xxi
TERMINOLOGIA ADOTADA.....	xxii
1 TODO PASA Y TODO QUEDA.....	1
2 PERO LO NUESTRO ES PASAR: A INFORMAÇÃO PERPASSA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	8
3 PASAR HACIENDO CAMINOS, CAMINOS SOBRE EL MAR: A ARQUIVOLOGIA PERPASSA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	21
4 LOS MUNDOS SUTILES, INGRÁVIDOS Y GENTILES: TRÊS DIMENSÕES DE ANÁLISE EM ARQUIVOLOGIA.....	29
4.1 A “trilogia” do objeto arquivológico e sua problemática.....	29
4.2 Os princípios teórico-metodológicos de abordagem arquivológica e sua problemática.....	45

4.2.1	<i>Organicidade</i>	45
4.2.2	<i>Proveniência e respeito aos fundos</i>	46
4.2.3	<i>Ordem original</i>	51
4.2.4	<i>Teoria das três idades dos arquivos</i>	56
4.3	Os procedimentos teórico-metodológicos de abordagem arquivológica e sua problemática	61
4.3.1	<i>Gestão de Documentos</i>	61
4.3.2	<i>Classificação e Arranjo</i>	72
4.3.3	<i>Descrição</i>	77
4.3.4	<i>Avaliação</i>	83
5	SE HACE CAMINO AL ANDAR, AL ANDAR SE HACE CAMINO	92
5.1	Visão geral dos métodos e procedimentos	92
5.2	Demarcação da pesquisa	99
5.3	Composição do universo de pesquisa	101
5.3.1	<i>Entrevista</i>	101
5.3.2	<i>Pesquisa bibliográfica e documental</i>	104
5.3.3	<i>Amostragem aleatória</i>	106
5.4	Representação do universo da pesquisa	109
5.4.1	<i>Organograma</i>	109
5.4.2	<i>Quadro de Fundos</i>	109
5.4.3	<i>Quadros e tabelas</i>	109
5.4.4	<i>Figuras</i>	110
5.5	Interpretação do universo da pesquisa	111
6	CAMINANTE NO HAY CAMINO SINO ESTELAS EN LA MAR	112
6.1	A trajetória da Fundação Cultural Calmon Barreto	112

6.2	A missão e estrutura organizacional.....	115
6.2.1	<i>Cargos e funções.....</i>	119
6.2.1.1	<u>Presidência.....</u>	119
6.2.1.2	<u>Conselho Fiscal.....</u>	119
6.2.1.3	<u>Setor Administrativo-Financeiro.....</u>	120
6.2.1.4	<u>Setor de Projetos Especiais.....</u>	120
6.2.1.5	<u>Departamento de Escola de Música.....</u>	121
6.2.1.6	<u>Setor de Patrimônio Cultural.....</u>	122
6.2.1.7	<u>Setor de Artesanato e Cursos Livres.....</u>	123
6.2.1.8	<u>Setor de Arquivos, Pesquisas e Publicações.....</u>	123
6.2.1.9	<u>Setor de Eventos.....</u>	125
6.3	O processo de formação e configuração do acervo.....	125
6.4	Os fundos de arquivo institucionais.....	140
6.4.1	<i>Identificação e análise dos fundos.....</i>	140
6.4.1.1	<u>Primeira situação.....</u>	141
6.4.1.2	<u>Segunda situação.....</u>	144
6.4.1.3	<u>Terceira situação.....</u>	146
6.4.2	<i>Representação dos fundos.....</i>	148
6.5	Uma análise e interpretação do processo de configuração do acervo.....	150
6.6	Os usos e usuários de informação do acervo.....	156
7	CAMINANTE, SON TUS HUELLAS EL CAMINO Y NADA MÁS	166
7.1	A trajetória do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva e do titular.....	166
7.2	Descrição geral do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	174

7.3	Série Documentação Textual	177
7.3.1	<i>Dados preliminares</i>	177
7.3.2	<i>O processo de tratamento</i>	179
7.3.3	<i>Uma análise e interpretação do processo</i>	183
7.4	Série Documentação Iconográfica	191
7.4.1	<i>Dados preliminares</i>	191
7.4.2	<i>O processo de tratamento</i>	192
7.4.3	<i>Uma análise e interpretação do processo</i>	197
7.5	Seção Dom José Gaspar	205
7.5.1	<i>Subseção Documentação Textual</i>	206
7.5.1.1	<u>Dados preliminares</u>	206
7.5.1.2	<u>O processo de tratamento</u>	207
7.5.1.3	<u>Uma análise e interpretação do processo</u>	211
7.5.2	<i>Subseção Documentação Iconográfica</i>	218
7.5.2.1	<u>Dados preliminares</u>	218
7.5.2.2	<u>O processo de tratamento</u>	218
7.5.2.3	<u>Uma análise e interpretação do processo</u>	222
8	GOLPE A GOLPE, VERSO A VERSO	226
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
	APÊNDICE E ANEXOS	240
	APÊNDICE A – Modelo de formulário de entrevista.....	241
	ANEXO A – Técnica de sorteio utilizada na amostragem do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva - Série Documentação Textual.....	247
	ANEXO B – Técnica de sorteio, utilizada na amostragem do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva - Seção Dom José Gaspar - Subseção Documentação Textual.....	248

ANEXO C – Técnica de sorteio, utilizada na amostragem do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva - Seção Dom José Gaspar - Subseção Documentação Iconográfica.....	249
ANEXO D – Cópias de modelos de quadro de fundos.....	250
ANEXO E – Cópia da Lei de criação da Fundação Cultural Calmon Barreto.....	251
ANEXO F – Cópia do atual Estatuto da Fundação Cultural Calmon Barreto.....	252
ANEXO G – Modelo de termo de empréstimo utilizado na Fundação Cultural Calmon Barreto.....	261

LISTA DE TABELAS

1	Identificação e perfil dos entrevistados.....	103
2	Caracterização dos usuários do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002.....	158
3	Freqüência de empréstimo de itens do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, de acordo com o suporte e/ou formato, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002.....	159
4	Finalidades de uso de itens do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002.....	160
5	Itens mais solicitados do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, de acordo com o período, suporte e/ou formato.....	161
6	Modelo de procedimento alfa-numérico de arquivamento utilizado na Série Documentação Textual - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	180

7	Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Série Documentação Textual - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	185
8	Modelo de procedimento alfa-numérico de arquivamento utilizado na Série Documentação Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	194
9	Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Série Documentação Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	199
10	Modelo de procedimento de arquivamento utilizado na Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	208
11	Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	212
12	Modelo de procedimento de arquivamento utilizado na Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	219
13	Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	221

LISTA DE QUADROS

1	Lista dos cabeçalhos de assuntos referentes à Série Documentação Textual - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	182
2	Lista dos cabeçalhos de assuntos referentes à Série Documentação Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	196
3	Lista dos cabeçalhos de assuntos referentes à Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	208

LISTA DE FIGURAS

1	Fachada frontal do edifício, em estilo neoclássico.....	113
2	Vista da lateral posterior-esquerda do edifício e pátio.....	114
3	Organograma atual da Fundação Cultural Calmon Barreto.....	118
4	Detalhe do “Arquivo do Museu Dona Beja” (<i>acima</i>) e “Arquivo Dom José Gaspar” (<i>abaixo</i>), em local de armazenagem.....	126
5	Detalhe do “Arquivo Fotográfico”, em local de armazenagem (1)....	127
6	Detalhe do “Arquivo Fotográfico”, em local de armazenagem (2)....	128
7	Detalhe dos <i>folders</i> do “Arquivo de Periódicos”, em local de armazenagem (1).....	129
8	Detalhe das encadernações do “Arquivo de Periódicos”, em local de armazenagem (2).....	130
9	Alguns dos conjuntos institucionais em local de armazenagem: “Arquivo da Igreja Matriz” e “Arquivo do Museu Dona Beja” (<i>acima</i>); “Arquivo Dom José Gaspar”, “Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico” e “Arquivo da Família Aguiar” (<i>centro</i>); parte do “Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal de Araxá” (<i>abaixo</i>).....	132

10	Detalhe do “Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal de Araxá”, em local de armazenagem (1).....	135
11	Detalhe do “Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal de Araxá”, em local de armazenagem (2).....	135
12	Detalhe do “Arquivo da Igreja Matriz” (<i>acima</i>), em local de armazenagem. Notam-se as caixas de acondicionamento do “Arquivo do Museu Dona Beja” (<i>abaixo</i>).....	136
13	Conjunto da Primeira e Segunda Vara da Comarca de Araxá, em local de armazenagem (perspectiva 1).....	138
14	Conjunto da Primeira e Segunda Vara da Comarca de Araxá, em local de armazenagem (perspectiva 2). No armário metálico, situado ao fundo, está o “Arquivo de Bens Culturais”.....	138
15	Esquema do quadro de fundos da Fundação Cultural Calmon Barreto.....	149
16	Destaque do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva, a partir de esquema do quadro de fundos da Fundação Cultural Calmon Barreto.....	169
17	Níveis e subníveis preliminares do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	177
18	Cópia de ficha catalográfica da Série Documentação Textual - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva (1).....	180
19	Cópia de ficha catalográfica do mesmo acervo (2).....	181
20	Cópia de ficha catalográfica da Série Documentação Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	195

21	Cópia do verso da mesma ficha.....	195
22	Grupos arquivísticos identificados no Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	206
23	Cópia de ficha catalográfica da Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva (1).....	209
24	Cópia de ficha catalográfica da Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva (2).....	210
25	Esquema preliminar de arranjo interno dos itens da Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	217
26	Cópia de ficha catalográfica da Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	220
27	Verso da mesma ficha.....	220
28	Esquema preliminar de arranjo interno dos itens da Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.....	225

RESUMO

Este trabalho se propõe ao estudo qualitativo do acervo e do fundo de arquivo da *Fundação Cultural Calmon Barreto*, instituição cultural localizada em Araxá, Minas Gerais. Nele se adota a posição proposta pelo paradigma que insere a Arquivologia no campo de *uma* ciência da informação. Os principais elementos de investigação e análise são: a) a trajetória histórica, a missão e a estrutura organizacional da Instituição; b) o processo de configuração do acervo e dos fundos institucionais; c) os usos e usuários de informação do acervo; d) a trajetória do fundo arquivístico e do seu titular; d) o tratamento institucional dado ao fundo de arquivo. Os seguintes métodos de procedimento são adotados: a) pesquisa de campo; b) estudo de caso. As técnicas utilizadas são: a) pesquisa documental e bibliográfica; b) entrevista semi-estruturada e focalizada; c) amostragem aleatória. De acordo com os resultados obtidos, formulam-se as seguintes conclusões: a) a missão da Instituição é ampla e a sua estrutura organizacional burocrática. Como conseqüência, se nota um desvio do foco de interesse dos arquivos para outros temas e prioridades setoriais; b) existe uma carência profissional nos setores diretamente relacionados ao acervo; c) o acervo institucional está composto por um fundo de arquivo produzido pela Instituição, além de outros seis, originados em outros órgãos e por ela “reunidos”. Além destes, a Instituição conta com uma biblioteca especializada; d) a Instituição adota uma visão “incorporacionista”, isto é, a inclusão de itens não é seguida da avaliação e da eliminação, procedimentos que auxiliam na manutenção dos acervos arquivísticos; e) também não foram identificados instrumentos de descrição do acervo, que tende ao aumento de volume, o que possivelmente se traduzirá no descontrole documental e na existência de lacunas no processo de recuperação da informação; f) os usuários do acervo, em sua maioria, têm origem privada, sendo os estudantes, dos diversos níveis de ensino, os que mais o freqüentam; g) a Instituição não estabelece formas adequadas de registro de usos e usuários; h) o fundo de arquivo investigado é fechado, privado e permanente; i) o fundo passou por tratamento incompatível com os princípios e os procedimentos metodológicos da Arquivologia. Assim, torna-se necessária a avaliação da situação, em curto prazo; j) os problemas apontados devem ser solucionados em meio ao desenvolvimento de Política Arquivística Institucional e se recomenda urgência em sua efetivação, a fim de que a Instituição possa assumir, no município, o papel de mantenedora de acervos permanentes, ampliando inclusive a sua visibilidade no cenário regional.

SUMMARY

This is a qualitative study of an archival collection held by the *Fundação Cultural Calmon Barreto*, a cultural institution located in *Araxá, Minas Gerais*, Brazil. The study is developed within the paradigmatic proposal, which places archival studies in the broad field of Information Science. The main aspects analysed in the research are: a) the history, mission and organizational structure of the Institution; b) the process of acquisition throughout time; c) the use and users of holdings; d) the history of the analysed collection and its creator; e) the information treatment applied to the collections in this institutional environment. The research method chosen was the case study, described and analysed with the support of bibliographic and original sources research. Semi-structured interviews and random sampling of the analysed collection were also used as instruments for obtaining data. The main conclusions of this study are: a) the broader institutional mission led to a bureaucratic structure that allowed employees, mainly historians, to assume responsibilities completely unrelated to the task of archival organization; b) there is a lack of skilled staff to deal with archival activities; c) besides the institutional collection and library, six other collections have been acquired either from public bodies or local families and individuals; d) as the Institution is centred on the incorporation of holdings, its main role has been one of a collections depository, but appropriate conditions for holdings management have not been established yet; e) finding aids have not been developed for existing holdings and, given the tendency of incorporating new collections, problems concerning holdings control and information retrieval will almost certainly increase; f) the users of the collections are mainly students either from high school or universities; g) the established rules for use and users registration must be revised; h) the analysed collection is of private origin and was not treated according to archival principles; i) each issue discussed in this study must be considered within the perspective of an Archival Acquisition and Description Policy, which we recommend to be urgently adopted by the Institution.

RESUMEN

En este trabajo se hace un estudio cualitativo del acervo y fondo de archivo de la *Fundação Cultural Calmon Barreto*, institución ubicada en *Minas Gerais, Brasil*. En él se adopta la posición propuesta por el paradigma que incluye el conocimiento archivístico en los límites de las ciencias de la información. Los principales elementos de investigación y análisis son: a) el trayecto, la misión y estructura organizacional de la Institución; b) el proceso de formación del acervo y fondos institucionales; c) los usos y usuarios de información del acervo; d) el trayecto del fondo archivístico y su titular; e) el tratamiento institucional dado al fondo de archivo. Los siguientes métodos de procedimiento han sido adoptados: a) pesquisa de campo; b) estudio de caso. En cuanto a las técnicas utilizadas, estas fueron: a) pesquisa documental y bibliográfica; b) entrevista semi-estructurada y centrada en el tema de la investigación; c) muestra al acaso. Tras los resultados fueron formuladas las siguientes conclusiones: a) la misión de la institución es amplia y su estructura organizacional burocrática. En consecuencia, se nota un desvío de atención de los archivos para otros temas o prioridades sectoriales; b) hay una carencia profesional en los sectores directamente relacionados al acervo; c) el acervo institucional está compuesto por un fondo de archivo producido por la Institución y otros seis, originados de otros órganos. Además de estos, la Institución cuenta con una biblioteca especializada; d) la Institución adopta una visión “incorporacionista”, es decir, la inclusión de acervo no acompaña la valoración y eliminación, actividades que garantizarían el correcto mantenimiento archivístico; e) no hay instrumentos de descripción a disposición de los usuarios, pero hay una tendencia al crecimiento del acervo. Las dos cosas posiblemente se traducirán en descontrol documental y “huecos” en el proceso de recuperación de la información; f) los usuarios del acervo son en la mayoría privados, siendo los estudiantes de los diversos niveles de enseñanza los que más frecuentan el acervo; g) la Institución no establece formas adecuadas de registro de usos y usuarios; h) el fondo de archivo pesquisado es cerrado, privado y permanente, i) el fondo ha sufrido tratamiento incompatible con los principios y métodos archivísticos. Así, hay que evaluar la situación, en corto plazo; j) los problemas apuntados deben ser solucionados en el desarrollo de Política Archivística Institucional, por lo que se recomienda urgencia en ello.

TERMINOLOGIA ADOTADA

- 1 **Arquivo:** (*archive; archivo*) Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor (Camargo et al., 1990: 16-17).
- 2 **Arranjo:** (*arrangement; ordenación*) Seqüência de operações que, com base no princípio da proveniência e de acordo com um plano previamente estabelecido, visam a dispor os conjuntos de documentos de um arquivo de modo a que reflitam a estrutura administrativa e as funções exercidas pelas entidades produtoras (Camargo et al., 1990: 21).
- 3 **Avaliação:** (*appraisal; valoración*) Processo de análise de arquivos, visando a estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhe são atribuídos (Camargo et al., 1990: 22).

- 4 **Classificação:** (*classification; clasificación*) *Processo que consiste em colocar ou distribuir documentos ou informações de acordo com planos previamente adotados (Camargo et al., 1990: 28).*

- 5 **Descrição:** (*description; descripción*) *Conjunto de procedimentos que, levando em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos, possibilitam a elaboração de instrumentos de pesquisa (Camargo et al., 1990: 36-37).*

- 6 **Destinação:** (*disposal*) *Conjunto de operações que, após a avaliação, determinam o encaminhamento dos documentos à guarda temporária ou permanente, à eliminação e/ou à reprodução (Camargo et al., 1990: 37).*

- 7 **Eliminação:** (*destruction; eliminación*) *Destruição de documentos que, no processo de avaliação, foram considerados sem valor para a guarda permanente (Camargo et al., 1990: 45).*

- 8 **Empréstimo:** (*loan; préstamo*) *Cessão temporária de documentos para fins de consulta, reprodução ou exposição (Camargo et al., 1990: 45).*

- 9 **Espécie documental:** *Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas (Camargo et al., 1990: 47). Exemplos: boletim, certidão, relatório e declaração.*

- 10 **Forma:** *(tradición documental)* Configuração que assume um documento de acordo com seus diferentes estágios de transmissão (Camargo et al., 1990: 52). Exemplos: original, cópia, rascunho e minuta.
- 11 **Formato:** *(formato)* Configuração física de um documento, de acordo com a natureza do suporte e o modo como foi confeccionado (Camargo et al., 1990: 52). Exemplos: diapositivo, cartaz, folha, filme, mapa e planta.
- 12 **Fundo:** *(archive group; record group; fondo)* Unidade principal do quadro de arranjo, correspondendo a cada arquivo (Camargo et al., 1990: 54). Os fundos se subdividem em abertos (*open record group*), nos quais é permitido acrescentar documentos, e fechados (*close record group*), nos quais não é permitido tal acréscimo.
- 13 **Gênero documental:** Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo (Camargo et al., 1990: 55). Exemplos: documentação fonográfica, iconográfica, textual e audiovisual.
- 14 **Gestão da informação:** *(information management; gestión de la información)* Implementação de um conjunto de medidas que visam a racionalização e a eficácia no uso e circulação de dados e informação e a

aplicação das teorias e técnicas da ciência da informação nos sistemas de informação (Alves et al¹ apud Silva, 2000: 2).

15 Gestão de documentos: *(records management; gestión documental)*

Conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, manutenção, uso primário e avaliação de documentos de arquivo (Camargo et al., 1990: 55).

16 Informação arquivística: De acordo com Lopes (1996), é a informação

orgânica, original, contida em documentos, sobre suporte convencional ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, que compõem os acervos produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, no decurso de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independente de suas idades e valores intrínsecos. É, portanto, a informação encontrada nos arquivos.

17 Ordenação: *(arrangement; ordenación) Disposição de documentos segundo um determinado plano de classificação (Camargo et al., 1990: 79).*

18 Quadro de arranjo: *(classification scheme; cuadro de clasificación) Plano diretor estabelecido para o arranjo do conjunto dos documentos conservados num arquivo (Camargo et al., 1990: 89).*

¹ ALVES, Ivone et al. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação, 1993, p. 52-53.

- 19 **Recolhimento:** *(transfer)* *Passagem de documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente* (Camargo et al., 1990: 91).
- 20 **Suporte:** *(support; soporte)* *Material sobre o qual as informações são registradas* (Camargo et al., 1990: 101). Exemplos: papel, fita magnética e filme de acetato.
- 21 **Tabela de temporalidade:** *(records schedule; cuadro de eliminación)* *Instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos* (Camargo et al., 1990: 101).
- 22 **Tipo documental:** *(tipo documental)* *Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou* (Camargo et al., 1990: 103). Exemplos: boletim de ocorrência, boletim de frequência e rendimento escolar; certidão de nascimento, certidão de casamento; declaração de bens, declaração de imposto de renda.
- 23 **Transferência:** *(transfer; transferencia)* *Passagem de documentos do arquivo corrente para o intermediário* (Camargo et al., 1990: 103).

1 TODO PASA Y TODO QUEDA

Um homem se propõe à tarefa de esboçar o mundo. Ao longo dos anos povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de naves, de ilhas, de peixes, de habitações, de instrumentos de astros, de cavalos e de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente labirinto de linhas traça a imagem de seu rosto.

Jorge Luis Borges (1899-1986)

A tarefa de esboçar uma pesquisa é longa. Mais ainda, se o universo escrutinado situa-se nos contornos das ciências humanas ou sociais, onde o controle de variáveis e a regularidade dos fatos nem sempre podem ser atingidos, passando a exigir do pesquisador outras formas de apreensão e interpretação do real.

Inicialmente, é importante dizer que esta pesquisa vem se delineando há pelo menos quatro anos, muito embora só recentemente tenham sido vislumbrados todos os seus contornos. E os fatores que de modo geral a motivaram tiveram afinidade com o desejo de descobrir caminhos e possibilidades na Arquivologia, ao mesmo tempo em que se optou por uma abordagem que tendeu à sua aproximação com a Ciência da Informação.

Essa opção se deu em função de uma coincidência teórica com a situação paradigmática que se esboça na área e tende a analisar os arquivos sob a ótica do fenômeno informação, desviando a atenção usualmente dedicada ao documento textual. Este, por sua vez, vem sendo analisado como suporte informacional, ou seja a possibilidade concreta de manifestação daquele fenômeno. Tal ponto de interseção tem se apresentado como a ponte que une a Arquivologia - enquanto ciência dedicada ao estudo dos arquivos - à Ciência da Informação. E é dentro deste espaço que o presente estudo desenvolveu e sedimentou conhecimento.

Em nível de investigação, optou-se pela análise de um conjunto arquivístico institucional específico, intitulado Fundo Sebastião de Affonseca e Silva. Contudo, desde o início sempre se teve em mente que tal delimitação não serviria senão como pretexto para realizar um aprofundamento dos princípios teóricos e procedimentos metodológicos atuais das Ciências Sociais Aplicadas, que nada mais representam do que a grande área onde se inserem os campos diretamente tocados pela pesquisa.

Na verdade, o Fundo escolhido pode ser considerado como um instigante pretexto. O interesse por sua pesquisa vem de longe. E o reconhecimento de sua trajetória, desde o primeiro contato, em muito estimulou o processo de investigação. Esta documentação, apesar da imediata possibilidade de associação com uma facção social representativa da elite, traz em seu conteúdo, sem dúvida alguma, importantes dados históricos do homem comum e da memória local e regional. Então, é preciso facilitar o ato da lembrança, fazendo com que a informação e o conhecimento se manifestem.

Atualmente, a abordagem da informação tem levado os pesquisadores a opções teóricas bastante amplas. Em se tratando daquela remanescente dos arquivos permanentes, foco central desta investigação, a situação não é menos especial. Esta, pela natureza, imprime aos documentos uma característica que vai além do interesse para a pesquisa. Isto, porque eles só atingem tal estágio, sendo apontados para a manutenção indefinida, quando o valor histórico se alia ao caráter probatório de sua informação potencial. Por conseguinte, nesta fase do ciclo documental, o acesso deve ser afiançado e incentivado, naturalmente respeitando-se o que determinam os dispositivos legais específicos, ao alcance de profissionais e usuários.

Portanto, é fato inconteste que os arquivos permanentes merecem ser mantidos. E isto evidentemente se apóia, além do exposto, na consciência de que a condição para que o futuro possa compreender o presente, de alguma forma, se assenta na idéia da guarda de evidências. E que a manutenção da memória imbricada no contexto social se apresenta como o fim último das estratégias de avaliação e tratamento da informação presente ou passada.

Assim, se vê diante da necessidade de intervir na realidade, de forma a criarem-se opções concretas de manutenção dos documentos dos arquivos permanentes, defendendo que são veículos materiais de informação social. E que esta atitude se justifica por posições teóricas sólidas. Outrossim, se assume que o ato de influir na documentação acompanha a necessidade de compreensão da natureza, processo e contexto de produção dos registros.

Esses, *a priori*, podem ser concebidos pelos cientistas da informação como dados. Mas, para aqueles profissionais que exercem a crítica de

conteúdo, os registros se definem mais como algo que tem o poder de trazer à luz uma verdade ainda não revelada, abstraída por processo mental e individual. Neste sentido, se transformam na informação e no conhecimento que dela emerge, mediante o processo íntimo e solitário que caracteriza o contato com o documento. Tal idéia vai ao encontro da visão da informação na acepção social, onde é tida como um fenômeno estreitamente interligado ao conhecimento e ao processo de representação e nomeação conceitual que se dá por intermédio de um indivíduo.

Contudo, por mais que as propostas teóricas em relação aos arquivos possam parecer claras, e na verdade o são, em realidade muitas vezes não se consolidam. Tanto que comumente se diz que na prática a teoria é outra. Mesmo que não se compactue com tal idéia, constata-se que sua dominância é real e se deve a razões diversas, as quais não poderão ser esgotadas no presente estudo.

Um fator crucial é que as instituições brasileiras, que mantêm arquivos permanentes sob sua guarda, nem sempre dispõem dos profissionais necessários para lidar com os documentos. As dificuldades e os desafios são constantes, já que os procedimentos teórico-metodológicos mais caros à Arquivologia, como arranjo, avaliação e descrição arquivística, por exemplo, são complexos e demorados.

Tudo isso contribui para que ainda persista o estado de abandono que caracteriza muitos dos arquivos que estão espalhados pelos municípios brasileiros. Numa analogia com as possibilidades oferecidas pelo ciclo vital dos documentos, que teoricamente nascem, crescem e morrem, pode-se dizer que

respiram artificialmente, à espera de algum milagre que os retorne à vida. Ou então que se cumpra um destino que os leve definitivamente à morte.

Alguns desses milagres se traduzem por políticas institucionais sérias, que investem no seu salvamento. Mas, boa parte delas, sobretudo as que se vinculam aos projetos financiados pela iniciativa governamental, contemplam, quando muito, as instituições arquivísticas de médio e grande porte. Enquanto isso, os pequenos arquivos, de menor visibilidade, ficam entregues à sorte, contando com a generosidade de administradores e funcionários. Estes, motivados por iniciativas localizadas, às vezes se lançam à realização de milagres isolados, transformando os seus arquivos naquelas pequenas ilhas de luz, que subsistem em meio ao grande oceano da *opacidade informacional do Estado*¹.

O interesse pelo acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, instituição localizada em Araxá (MG), não deixa de ter afinidade com o relato acima. A Instituição não foge à regra da situação apresentada, pois, a despeito da importância do acervo arquivístico, vem realizando poucos projetos ou mesmo recebendo poucos incentivos financeiros para melhorar a sua visibilidade e garantir a manutenção. Há anos vêm subsistindo na Instituição, a boa vontade e o compromisso dos raros funcionários disponíveis, e isso tem feito alguma diferença em relação ao tratamento dado aos documentos.

¹ Aqui, se empresta um conceito apresentado em tese de doutorado de Jardim (1998). Nela, o autor discorre sobre a questão da opacidade e transparência da informação, transpondo estes conceitos para o caso do Estado brasileiro.

De forma que, neste estudo, esforçou-se por ocupar um espaço de contribuição que auxilie a Instituição na compreensão e interpretação do processo de configuração e tratamento do próprio acervo, julgando que este pode ser um caminho fértil no estabelecimento de novas iniciativas, que se apresentem como possibilidades efetivas de modificação das condições insatisfatórias por ventura identificadas na investigação.

Assim, o universo desta pesquisa foi demarcado pelo estudo de caso qualitativo e as preocupações se centraram na acumulação e reunião do fundo de arquivo e do acervo institucional, o que, conforme se comprovou, acompanhou a trajetória da Fundação. E ambos, o processo e os resultados, foram descritos e discutidos de forma detalhada e aprofundada.

Todavia, não se recorreu a nenhum esquema rígido de inquirição ou análise, para não perder a essência do objeto e do tipo de estudo proposto. Nesse sentido, pode-se dizer que o enfoque dado ao fundo de arquivo conduziu a reflexão ao processo de configuração do acervo institucional. E que as discussões e conclusões se apoiaram, de forma coerente, no referencial teórico apresentado.

Por outro lado, é relevante dizer que a opção pela abordagem qualitativa não excluiu a possibilidade de utilização de métodos e procedimentos usualmente considerados quantitativos, em razão da convicção de que não se poderia prescindir de um ou do outro, dada sua relação de complementaridade no contexto da pesquisa.

Seguramente, o fundo de arquivo analisado faz parte de um todo. Por isto, se optou pela análise complexa do ambiente de investigação,

entendendo que o *emaranhado* configurado pelo acervo, foi sendo *tecido junto*, ao longo de 19 anos de funcionamento da Instituição, desde 1984 ². Assim, se justificou a necessidade de compreensão da totalidade do processo, ainda que o foco central tenha se dado, aparentemente, em apenas uma de suas partes.

E, conquanto o espaço de contribuição pretendido tenha sido a compreensão mais aprofundada do percurso de apenas um, dentre os fundos arquivísticos da Fundação Cultural Calmon Barreto, será possível perceber que o caminho foi bastante intrincado, em função do tempo de pesquisa dedicado a todo o universo do acervo institucional. Este, sem dúvida, é o aspecto mais original desta pesquisa, e que acaba lhe imprimindo a relevância desejada.

Finalmente, espera-se que as interpretações e os argumentos apresentados tenham sido iluminados pela teoria e que os vestígios deixados pela Instituição, somados à curiosidade e ao espírito de observação do pesquisador, tenham elevado o estudo ao patamar de uma obra significativa, aos olhos da comunidade científica. Porquanto, importante de fato não é propriamente o que passa, mas sim o que realmente fica, diante do imenso e paciente labirinto do rosto que a partir de agora se esforça por traçar.

² Esses conceitos são dados por Morin (1997: 14), em artigo que aborda a questão epistemológica da teoria da complexidade. Eles são recorrentes em boa parte de sua obra.

2 *PERO LO NUESTRO ES PASAR*

A INFORMAÇÃO PERPASSA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O objeto designa-nos mais do que nós o designamos.

Gaston Bachelard (1884-1962)

Desde que o cientista Vannevar Bush, ligado ao governo dos EUA, no período da Segunda Guerra, chamou a atenção para o problema da explosão informacional no país e a necessidade de usar e desenvolver tecnologias para armazenar e recuperar os registros oficiais de forma racional, a preocupação dos governos dos países centrais se fixou na obtenção de respostas eficientes na solução do desafio.

A partir desse momento, conforme diz Barreto (1998), se inaugurou o campo científico da Ciência da Informação. E o seu propósito passou a ser o *de conhecer e fazer acontecer o sutil fenômeno da percepção da informação pela consciência, percepção esta que direciona ao conhecimento do objeto percebido* (Barreto, 1998: 122).

Para Wersig (1993), a origem da Ciência da Informação se deu em um período mais recuado, no início do século XX, com o advento da Ciência da Documentação e dos chamados Sistemas de Recuperação da Informação. Para ele, portanto, a explosão informacional seria apenas um aspecto superficial da questão, cuja explicação mais profunda estaria no fenômeno que denominou *despersonalização do conhecimento*. Segundo o autor, este se tornou patente quando a comunicação oral - caracterizada pelo contato direto entre as pessoas - deu lugar à imprensa escrita - gradativamente convertida em um tipo de comunicação massificada, visando atingir a um público cada vez maior e menos individualizado. Tal processo, conforme analisa, se intensificou durante todo o século, por meio das novas tecnologias de comunicação, culminando nos anos 60, na configuração das sociedades pós-modernas ou pós-industriais. E concluindo, aponta que a Ciência da Informação foi eleita para lidar com esta nova realidade e responder aos seus problemas emergenciais, em função de uma peculiaridade, que ainda hoje a distingue da maioria das ciências clássicas: a multiplicidade do objeto e dos métodos.

Na concepção de Cardoso (1996), a Ciência da Informação é de fato pós-moderna. Dentro desta perspectiva, ela enfrenta o desafio de encontrar formas de situar o seu objeto de estudo - díspar e contraditório - sem promover uma descaracterização, desqualificação ou mesmo abrir mão do compromisso de transformação da realidade circundante.

Contudo, não se pode dizer que a preocupação central, no conjunto dos problemas informacionais apontados, nos anos 40, tenha sido de cunho transformador do meio social. Principalmente, quando se considera que o

enfoque principal prendeu-se às estratégias de fundo político-econômico. Isto, provavelmente, porque já se vislumbrava e até mesmo advogava na vanguarda do momento, um novo *status* a ser adquirido pela informação: o de um insumo básico, que aliado à tecnologia seria o fator responsável pelo desenvolvimento e hegemonia de países, no futuro. Isto tudo, é claro, dentro da perspectiva da despersonalização do conhecimento e do pós-industrialismo, que foi o responsável direto pelos avanços tecnológicos, até o final do século, sobretudo no campo da informação.

Fato é que tais afirmações repercutiram e suscitaram inúmeras discussões no meio acadêmico, envolvendo as ciências que direta ou indiretamente apresentavam o mesmo objeto de estudo ³. As atenções voltaram-se para as definições teóricas e o debate sobre o conceito e a natureza da informação alcançou as Ciências Sociais. Mas, apesar do avanço, é preciso reconhecer que

a penetração continua a ser difícil e incerta. Será por que as idéias têm muita dificuldade em atravessar o grande deserto que separa as ciências naturais e as ciências do homem? Não será antes, porque a noção de informação, embora oriunda da comunicação humana, adquirira desde o início uma forma e um estatuto físico fechado? (Morin, 1977: 284).

³De acordo com Cardoso (1996: 74), a Ciência da Informação vem se consolidando a partir de contribuições da Matemática, Física, Biologia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Semiologia e teoria da comunicação, dentre outras.

A citação anterior dá pistas de que as primeiras pesquisas que de alguma forma se debruçaram sobre o estudo e a definição da informação, o fizeram sob o viés das Ciências Exatas. Então, de início, prevaleceu uma visão linear e a busca por um conceito fechado para o objeto. Conseqüentemente, as teorias e métodos resultantes passaram a se dedicar ao trabalho de quantificar e processar um fenômeno que hoje vem sendo caracterizado pelo aspecto qualitativo e intrincado no meio social.

Nas últimas décadas, a despeito do volume considerável de literatura produzida sobre o tema, nota-se que de fato o consenso teórico em torno do objeto-informação ainda não foi atingido. Isto ocorre, muito provavelmente, em função de que o próprio termo se afigura de forma complexa, o que no sentido etimológico designa *aquilo que é tecido junto, emaranhado*⁴ (Morin, 1997: 14).

No campo da Complexidade, onde a informação adquire esse caráter, é possível analisá-la sob a perspectiva da *emergência e subordinação*. Assim, pode estar imersa, ou seja, subordinada ao todo social - tendo suas qualidades particulares inibidas por ele - ou dele emergir, de forma autônoma - e esta é sua qualidade essencial - , reorganizando-o ou modificando-o. Evidentemente, tal perspectiva prende a análise da informação à análise do contexto e reduz a necessidade de conformidade conceitual. |Ao mesmo tempo, auxilia na compreensão do seu aspecto polissêmico.

⁴ Termo que, nesta acepção, advém de dois vocábulos latinos e justapostos: *com* e *plexus*.

A questão da polissemia da informação merece ainda outra explicação. Na ciência, os conceitos variam de acordo com o campo, ótica de análise e tratamento do objeto. O próprio pesquisador atua como sujeito no ato de conceituar. Assim, em se tratando da Ciência da Informação, campo ainda em construção e que recebe contribuições de outras áreas, é compreensível que o consenso não aconteça. O que de certa forma contraria as expectativas de solucionar a questão por meio da conformidade teórica. Ao que parece, esta idéia desconsidera que o caráter multidisciplinar e complexo da Ciência da Informação confirma-se pela multiplicidade e complementaridade nos seus conceitos e contribuições, e não o contrário.

Conforme Saracevic (1996), a questão conceitual adquire um caráter ainda mais problemático quando se trata de situar a informação na vertente da comunicação. A seu ver, este tem sido o fator fundamental para que o debate teórico em torno do tema não tenha se esgotado. O autor define a informação como o *fenômeno* manifesto sempre que se comunica algo a alguém e a comunicação como o *processo* que torna isso possível.

Esses conceitos levam as análises para o campo filosófico. Em Aranha & Martins (1989), o *fenômeno* é visto como algo de fundo *intencional*, que *aparece* para uma consciência. Portanto, conforme complementam, as *coisas* que existem no mundo só adquirem algum significado quando são interpretadas por um indivíduo.

De acordo com Cardoso (1996), a idéia de informação como um fenômeno eleva a reflexão ao plano do ser humano. Esta visão se confirma em Cristóvão & Braga (1997), que embora o analisem como processo, concordam

que é humano, na medida em que necessita de um *cognóscio* que se associa a um *indivíduo cognoscente*. Estes são, respectivamente, objeto e sujeito do conhecimento.

Para Barreto (1998), no entanto, a essência do fenômeno informacional não está necessariamente no aspecto humano, mas no caráter intencional. Assim, *uma mensagem de informação deve ser intencional, arbitrária e contingente ao atingir o seu destino: criar conhecimento no indivíduo e em sua realidade* (Barreto, 1998: 122).

Das falas anteriores pode-se inferir que a informação é um fenômeno intencional, manifesto a uma consciência que, num dado momento ou contexto particular, o interpreta e lhe atribui significado, mudando o próprio estado de conhecimento. O que leva a outra conclusão. Em tal acepção, a informação apresenta-se como dependente de alguém, de tal forma que esta dependência ou subordinação faz com que inexistam, a não ser mediante algum processo de abstração.

Neste ponto, abre-se um parêntese para dizer que usualmente a informação potencialmente encontrada nos arquivos, sob a forma do documento escrito, não é caracterizada dessa forma. Mas antes, tem sido vista como resultante de um processo de acumulação *natural*, que se dá em consonância com as atividades desempenhadas pelo órgão produtor da documentação. Mesmo que se aceite esta idéia, é preciso enxergar a intencionalidade por trás do ato de criação do documento, uma vez que ele é gerado para atender a alguma finalidade ou comprovar algum fato. Evidentemente, esta discussão será ampliada em item à parte.

Em se tratando do conhecimento, pode-se inferir que se manifesta como o resultado daquilo que o fenômeno informação provoca num indivíduo, que é sujeito do processo. Portanto, há também uma relação de complementaridade entre um e outro. Assim é que na aceção humana toda informação depende de um indivíduo que depende de um contexto. E deste modo se tece a teia complexa das emergências e subordinações do fenômeno informacional, mencionada mais atrás.

De acordo com Epstein (1990), os registros mentais estruturam-se na tríade *signo, significante e agente interpretante*⁵. Os dois primeiros elementos só atingem o plano mental no momento em que são estruturados e representados pelo terceiro. Partindo-se do princípio de que a informação é um registro desta natureza, identifica-se o agente interpretante ao indivíduo, mediador no processo de comunicação. E o significante, ou seja o objeto ou idéia representada pelo indivíduo, à própria informação. Finalmente, no plano das significações, o signo passa a ser o conhecimento, que resulta da representação da informação da maneira como foi percebida pelo indivíduo.

Por meio deste viés teórico, chega-se mais uma vez àquela idéia de que a informação torna-se uma subordinação do conhecimento, que emerge através do processo de construção de significados, mediado por um indivíduo. Tal perspectiva reitera a relação de complementaridade anteriormente demonstrada. E, se a informação é percebida por pessoas em níveis e contextos diferentes, naturalmente terá significados ou respostas diferenciadas. O que se dá em função de que, para compreender uma mensagem comunicada, o indivíduo deve recorrer ao seu próprio universo conceitual, ou

seja, à totalidade de suas experiências acumuladas. Tudo isso faz com que o conhecimento, num primeiro momento, adquira um caráter bastante individual, em termos de compreensão e abordagem.

Outra perspectiva de análise, aliás bastante recorrente na literatura da Ciência da Informação, é a de Davenport (2000). Segundo ele, os dados são *observações sobre o estado do mundo*, em geral expressões numéricas estruturadas e de caráter quantitativo. Por outro lado, os *dados dotados de relevância e propósito* (Drucker ⁶ *apud* Davenport, 2000: 19), ou seja, de valor qualitativo, são as informações. Logo, vendo a questão sob esta perspectiva, se deduz que as pessoas transformam dados em informação sempre que os dotam de algum atributo. Isso, na verdade, é o que diz Taylor (1985), quando afirma que a informação possui um *valor agregado* pelo indivíduo.

Assim, diferentemente do que ocorre com a informação, o dado se destitui de qualquer processo de abstração e conseqüentemente significado. O que abre caminho, inclusive, para que seja analisado na perspectiva de *coisa*, conforme sugere Pinto (1996), em abordagem que relaciona semiótica e informação. Segundo ele, as *coisas* estão no mundo e independem da percepção do sujeito para a sua existência. Todavia, a partir do momento que se faz a sua nomeação e representação conceitual elas se tornam objetos.

⁵ Segundo Epstein (1990: 75-76), signo é algo que está por outra coisa, em algum aspecto, ou, significados ou representações mentais de objetos ou idéias; significante é o mediador material do signo (o objeto ou a idéia); agente interpretante é algo ou alguém que interpreta um signo.

⁶ Drucker, Peter F. The coming of the new organization. **Harvard Business Review** 66, p. 45-53, jan./fev.1988.

Conseqüentemente, conclui-se que o dado - ou coisa - necessita ser reconhecido e mediado por uma consciência, para que lhe seja atribuído algum significado. Quando isto ocorre, se está diante da informação - ou objeto. E se conclui também que qualquer informação passa pela atribuição de algum valor, que importa determinar. De certa forma, Meadow (1992) confirma esta visão, quando diz que informação é algo que se representa através de um conjunto de símbolos estruturados e interpretados *somente* por *usuários*.

Assim, em Ciência da Informação, se passa a definir o interpretante como um usuário de informação, ou seja, um agente fundamental no processo informacional, que age e interage, de acordo com o seu próprio universo conceitual, interpretando, criando e recriando significados que serão estruturados e representados mentalmente, preenchendo lacunas e completando o processo de conhecimento do objeto no plano da consciência.

Mas a questão do usuário também caminha para uma linha de análise mais pragmática, na qual se define a informação sem fazer algum aprofundamento em relação aos conceitos e relações entre fenômeno, processo, coisa e objeto. Nela, os argumentos se prendem mais aos seus *usos* propriamente ditos.

Dentro dessa vertente, se destaca primeiramente Buckland (1995). O autor afirma que a dificuldade em definir a informação passa por problemas relacionados à natureza ambígua e aos diferentes usos e atributos que possui. Em face disso, sugere uma abordagem que privilegie o primeiro aspecto. E propõe a seguinte escala de conceitos:

- a) *informação como processo*: é o ato de informar ou comunicar a ocorrência de algo a alguém, mudando o seu estado de conhecimento.
- b) *informação como conhecimento*: expressão utilizada para denotar o conhecimento comunicado, o que é dito, um determinado assunto;
- c) *informação como coisa*: usada para designar os objetos, dados e documentos que, por serem veículos materiais, referenciam concretamente a informação.

A informação, na acepção de conhecimento, como diz Buckland (1995), se apresenta como algo *intangível* e pertencente a um domínio que qualifica como *subjetivo* e *conceitual*. Portanto, não quantificável. Por isto, conclui, quando se trata de comunicá-la, descrevê-la e representá-la materialmente, deve-se preferir a definição que a associa às coisas ou objetos, que no seu ponto de vista se apresentam como a única possibilidade de referenciá-la concretamente.

Nesse ponto, é necessário que se façam algumas intervenções. É possível concordar com a idéia de que na acepção de conhecimento individual a informação seja de fato intangível. Até mesmo se tem esforçado por demonstrar isto. Também que, neste caso, não pode ser mensurada, porque depende dos critérios subjetivos de interpretação de um agente. Contudo, os

conceitos de informação e conhecimento não podem ser vistos como sinônimos, dado que existe uma sutil diferença, expressa no fato de que um elemento pode ser uma emergência ou subordinação do outro, conforme se demonstrou previamente. Desse modo, é preferível dizer que sua relação é de complementaridade e não similaridade.

Da mesma forma, pode-se discordar do autor quando diz que a informação só pode ser representada através das coisas concretas. Porque sabe-se que a *coisa*, mesmo que na acepção material, como propõe, é algo anterior a qualquer processo de representação.

Isso é compreensível em pelo menos um exemplo. Ao abstrair a idéia de um livro, o indivíduo nomeia, conceitua e representa mentalmente o objeto - não a coisa - livro. De modo que não faz sentido identificá-lo de outro modo. Além do que, como dizem Cristóvão & Braga (1997) e Araújo (1994), o livro é um objeto portador de informação, que se manifesta ou não, dependendo do estado de cognóscio do indivíduo que o lê.

O segundo autor em destaque é Allen (1996). Ele analisa a teoria dos três usos da informação, de Buckland (1995), e tece comentários. Em primeiro lugar, diz que informação e conhecimento devem ser entendidos como processos inextricáveis, dado que são experienciados por um mesmo indivíduo. Em segundo, que só é possível compreender a *informação como conhecimento*, no contexto de uma experiência socialmente construída, ou seja, em um corpo de conhecimento de domínio público. Em razão disto, manifesta sua preferência pelo conceito de informação como processo.

A partir dessa fala, se vê diante da possibilidade de duas perspectivas de conceito. A primeira, que referencia o conhecimento individual como algo de caráter intangível, pessoal e marcado pelas experiências de um sujeito. E a outra, que diz respeito ao conhecimento coletivo, palpável e tangível, porque registrado materialmente e experienciado no âmbito de uma cultura. Embora não seja este o foco da análise, no momento, é relevante notar que no contexto organizacional tais conhecimentos têm se apresentado sob a possibilidade de gestão.

Por outro lado, tendo-se novamente em conta a ótica da Complexidade, é possível concordar com o autor em pelo menos um aspecto. A informação e o conhecimento são de fato inextricáveis. O que mais uma vez se explica pela sua relação de complementaridade. Contudo, tais elementos não devem ser analisados somente na ótica do coletivo, mas também em função do sujeito que se constrói em torno do seu ambiente.

No momento, este também não é o foco da discussão. Por ora, se constrói um viés teórico em que se dispõe a situar o fenômeno informacional no contexto da experiência socialmente construída por indivíduos, que são agentes interpretantes de informação, entendendo que esta, uma vez no plano das significações, pode lhes ocasionar mudanças, que se encontram entrelaçadas a outros planos de análise.

Esse esforço é feito para que se compreenda até que ponto um indivíduo, que se configura como usuário de um arquivo, pode mudar o próprio estado de conhecimento sobre determinado assunto, no contato com a documentação. Por aí se vislumbram as trilhas que levam o fenômeno

informacional até a Arquivologia atual e tornam vanguarda os movimentos que, na atualidade, vêm fazendo opção por uma tendência analítica e até mesmo paradigmática, que a insere no contexto de uma ciência da informação. De concreto, pode-se dizer que os conceitos e posições que se pretende sedimentar, deste ponto em diante, passarão diretamente por este caminho.

3 PASAR HACIENDO CAMINOS, CAMINOS SOBRE EL MAR

A ARQUIVOLOGIA PERPASSA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Eu, Assurbanipal, li todos os escritos acumulados pelos príncipes meus predecessores. Reuni estas tabuletas, fi-las transcrever e, colecionando-as, marquei-as com meu nome, para conservá-las em meu palácio.

Assurbanípal, rei da Assíria (668-627 a.C.)

No Brasil, a Arquivologia vem sendo definida como a ciência dedicada ao estudo dos arquivos, enquanto instituições e conteúdo. E a origem destes, segundo Silva (2000), remonta ao surgimento da escrita, momento em que já reuniam as potencialidades que mais tarde seriam definidas classicamente como suas características fundamentais: a estrutura orgânica, coerente com as funções e atividades da entidade produtora; o valor probatório das informações; as regras de controle; e uma estrutura diplomática

capaz de conferir identidade e autenticidade aos documentos. O autor afirma que, não obstante a origem remota, o conhecimento que se tem dos procedimentos arquivísticos utilizados no passado é parcial, sobretudo em função da deterioração dos suportes. Tal fato, conforme analisa, teria ocorrido com os mais importantes arquivos antigos, que foram destruídos ou desarticulados, restando poucos dados a seu respeito.

Ao longo da história, as instituições de cunho arquivístico passaram por alterações significativas no que tange o seu papel na sociedade. Algumas delas estiveram estreitamente vinculadas a outras, de ordem política e social, sobretudo na Europa, onde, segundo Bradsher (1990), até o século XVIII, estas instituições tinham como função precípua preservar os registros em razão da necessidade de manutenção dos direitos e privilégios das classes dominantes. Esta realidade só se alteraria nos dois últimos séculos com o surgimento de algumas funções adicionais para os arquivos, muito embora as anteriores não tenham sido de todo deixadas de lado.

A Revolução Francesa de 1789, é apontada por Silva (2000), Bradsher (1990) e Schellenberg (1973), como o marco significativo da mudança no papel das instituições arquivísticas. Na Europa, data desta época a criação dos chamados Arquivos Nacionais, que sob ideologia universalizante e o propósito de generalização do acesso, se oficializaram como lugares de referência da memória dos seus respectivos Estados Nacionais.

O caso latino-americano não fugiu à regra. Aqui, os arquivos

institucionalizaram-se como resultado de um processo de independência que levou à formação de estados modernos na região. Sob esta perspectiva, os arquivos foram considerados repositórios de identidade nacional emergente como arquivos históricos (Jardim, 1995 a: 58).

Assim, os jovens Estados Nacionais latino-americanos - resultantes de um intenso processo de insurreição colonial e independência político-administrativa das metrópoles, durante o século XIX - seguiram proposta semelhante à de nações europeias, menos de um século antes. E seus respectivos arquivos históricos, não por acaso, passaram a assumir o papel de guardiães da identidade e memória nacional. Também, aqui, foram elevados à condição de seus lugares de referência.

De acordo com Martin-Pozuelo Campillos (2000), os esforços pela consolidação de um construto teórico para a área remetem ao final do século XIX, quando surgiu a Arquivística. A autora pondera que a teoria e a prática da *disciplina* estiveram ligadas desde a origem, ainda que de forma incipiente, e complementa que o marco histórico inicial que possibilitou o desenvolvimento deste processo ocorreu

com a publicação em 1898 do manual dos holandeses ⁷. Pela primeira vez se aborda a função dos arquivos, a partir da necessidade de uma metodologia e se assume uma função específica que justifica sua separação da biblioteconomia (Martin-Pozuelo Campillos, 2000: 2)

⁷ Manual publicado em primeira edição, na Holanda, em 1898, considerado obra pioneira na teoria da Arquivologia, ao lançar os princípios fundamentais da Arquivística. Ainda hoje é referência recorrente na literatura.

Assim, a Arquivística se firmou como disciplina responsável pelo estudo e organização dos arquivos, em conexão com o Estado Moderno. Isto representou o marco de um período a partir do qual, segundo Silva (2000), ela passaria a se constituir num campo de atuação desvinculado da História e dos preceitos que a identificavam como sua disciplina auxiliar. Contudo, não teria ocorrido o mesmo em relação à Biblioteconomia, conforme complementa, dado que a Arquivística ainda sofreria suas influências, manifestas sobretudo em tentativas de aplicação de conceitos classificatórios nos arquivos.

Ainda de acordo com Silva (2000), os fatores que direcionaram a área à independência definitiva foram o avanço na produção documental e conseqüentemente a explosão informacional, gerada nos anos da Segunda Guerra. Graças a eles, se sedimentaram algumas das bases fundamentais da Arquivística de então, tais como o princípio do respeito aos fundos e a teoria das três idades dos arquivos⁸. Todo este processo foi culminante na revolução tecnológica que se firmou entre os anos 60 e 80 e suas respectivas demandas, entre as quais a busca pela definição de uma nova ciência, a Arquivologia.

Portanto, dentro desta perspectiva, a Arquivologia pode ser definida como uma ciência de saber recente, que remonta aos últimos quarenta anos, quando se ampliaram os limites de atuação da Arquivística, demarcados um século antes. E resulta de um processo estreitamente relacionado aos esforços que se voltaram para a contextualização dos arquivos frente aos problemas gerados pelo crescimento do volume da documentação e ao contexto de uma sociedade cada vez mais polarizada pela tecnologia e pela informação, conforme o que se vem assistindo nas últimas décadas.

Conseqüentemente, da gênese da Arquivística até a atual modernização teórica, que aponta para a consolidação de novo campo do saber, em que se situa a Arquivologia, transcorreu praticamente um século. De modo que esta modernização vem solicitando um ajustamento nos princípios, procedimentos e no perfil do profissional da área, como condição para garantir sua inserção nas transformações em curso e responder às demandas que têm se manifestado nos arquivos e na sociedade.

Isso é o que declara Martín-Pozuelo Campillos (2000), quando afirma que os assuntos atualmente pendentes nessa área não se limitam aos problemas relacionados a alguma indefinição teórica ou lacuna metodológica, mas sobretudo ao desenvolvimento tecnológico e à evolução da sociedade, fatores que têm exigido dos profissionais um crescente esforço de adequação dos seus princípios.

Pelo exposto, parece evidente que a Arquivologia tende a se enquadrar na categoria de uma ciência independente, mantendo os seus princípios e metodologias particulares, mas tentando se adequar às novas demandas sociais. E é certo que hoje já se observa que suas tarefas não se atêm exclusivamente às funções de guarda e zelo pela integridade dos documentos históricos. O que não justificaria o progressivo afastamento do campo das Ciências Humanas que vem se verificando, nas últimas décadas, em maior ou menor grau, dependendo do contexto.

⁸ Tais princípios, por serem de importância fundamental não só à teoria mas também à prática arquivística, serão abordados e discutidos no próximo item desta pesquisa.

Evidentemente, a ciência não se desvincilhou de seus princípios e procedimentos mais tradicionais, como a definição de políticas de recolhimento, Descrição e Avaliação arquivística dos documentos. Nem teria por que fazê-lo, uma vez que continuam a demonstrar sua validade, mesmo no atual contexto. Mas, é inegável que a aproximação do campo das Ciências Sociais Aplicadas - onde têm se dado as possibilidades mais evidentes de atuação multidisciplinar - vem rendendo novos métodos de racionalização, tratamento e recuperação da informação, essenciais à demanda do novo contexto.

Essa duplicidade de papéis da Arquivologia contemporânea é mencionada por Alberch i Fugueras (2000). Para o autor, a ciência vem se firmando nas organizações públicas e privadas, pelo uso de metodologias que permitem a execução de atos de gestão e a conectam às modernas tecnologias de informação e às técnicas administrativas que propiciam eficácia, eficiência e rentabilidade. Contudo, não deixou de lado a sua atuação também no âmbito da memória histórica, onde exerce as atividades de cunho social e civil. Neste sentido, apresenta-se como uma importante aliada da democracia e dos direitos dos cidadãos, conformados no acesso à informação e na tomada de consciência da identidade e do sentimento de pertencimento à coletividade.

Mas, mesmo diante de toda essa contemporaneidade, Alberch i Fugueras (2000) nota que a Arquivologia ainda não conseguiu se posicionar, de modo a livrar-se de alguns dos estereótipos que a acompanham desde a gênese e impedem o avanço e a valorização profissional esperada, na nova sociedade. E dá pistas concretas de que esta incapacidade se centra entre dois pólos. No primeiro deles está o déficit crônico de recursos - do qual são

responsáveis diretos os políticos e gestores. Tal déficit impede o desenvolvimento técnico e acarreta uma desvalorização do profissional da área. No segundo pólo, identifica o excessivo apego dos arquivistas tradicionalistas àquilo que intitula *historicismo más rancio* da profissão, o qual impede a ampliação do uso social dos arquivos e conseqüentemente contribui para os manter na condição de pouco atraentes aos usuários.

Portanto, o fato de enquadrar a Arquivologia no campo de uma ciência desse nível, não parece ser aleatório ou simplesmente advir do apelo de algum modismo de época. Ao que tudo indica, trata-se de uma crescente necessidade, teórica e prática, proveniente de constatações em relação ao perfil profissional e à multiplicidade do objeto de estudo arquivístico, no mundo contemporâneo, fatores que serão mais bem discutidos no próximo capítulo.

Diante de todas estas explicações, é possível concluir que cabe à Arquivologia contemporânea realizar a crítica do passado recente, aumentando o nível de compreensão dos desafios que se manifestam. O caminho para superar o chamado paradigma historicista e seus possíveis ranços passa pela reflexão e o debate. Estes podem se desdobrar em tomadas de posição teórica que esclarecerão melhor o papel que caberá à área, nesse modelo de sociedade, além de preparar o terreno para uma eventual ampliação deste papel, no futuro. Especialmente, em realidades como a brasileira, onde o aspecto da carência de grupos de pesquisa e a baixa devolução de profissionais de arquivo ao mercado de trabalho têm predominado.

Em termos mundiais, não se pode esquecer que o próprio projeto de sociedade vigente tem sido um fator determinante das discussões que giram

em torno da Arquivologia contemporânea. De forma que já se vêem na ciência e na profissão sinais de mudanças, manifestos nas tomadas de posição frente ao objeto de estudo ou mesmo às novas habilidades e competências do profissional de arquivo. Por hora, tudo isso parece querer dizer que da percepção da dimensão do atual projeto social e seus impactos, se poderão efetuar as respostas adequadas às demandas mais urgentes. Daí, quem sabe, poderá se projetar um futuro mais promissor para a área e os profissionais que nela atuam cotidianamente.

4 LOS MUNDOS SUTILES, INGRÁVIDOS Y GENTILES

TRÊS DIMENSÕES DE ANÁLISE EM ARQUIVOLOGIA

A despeito do que parecem imaginar, por vezes, os principiantes, os documentos não surgem, aqui ou lá, como resultado de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência, em tal fundo de arquivo, em tal biblioteca, em tal solo, prendem-se a causas humanas que de maneira alguma escapam à análise e os problemas derivados de sua transmissão, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, dizem respeito em si mesmos ao mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra posto em jogo, assim, nada menos é do que a passagem da lembrança através das gerações.

Marc Bloch (1886-1944)

4.1 A “trilogia” do objeto arquivológico e sua problemática

Na atualidade, a Arquivologia se debruça sobre o estudo do que Heredia Herrera (1992) chama de *objeto tridimensional*: os arquivos, os documentos e a informação. Segundo a autora, importa definir esta *trilogia*, em sua íntima relação, para então centrá-la clara e distintamente, enquanto objeto de uma ciência diante de outras que são suas correlatas. Para

ela, o primeiro elemento da trilogia - o arquivo - pode ser definido como *conjuntos estruturados de documentos que oferecem informação* (Heredia Herrera, 1992: 113).

Essa definição, que trata de caracterizá-lo pelo enfoque do conteúdo informacional, se complementa por meio de outra, consensual e até mesmo tradicional na área ⁹, a qual diz que é o

conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor (Camargo et al., 1990: 16-17).

Esse conceito coloca o arquivo no centro da teoria arquivística e lança alguns elementos na sua distinção, enquanto objeto de estudo. Ele é um todo, constituído em razão de uma acumulação de documentos, os quais, independente da estrutura, guardam alguma relação entre si e contêm um valor que pode ser determinado. E o processo de acumulação se dá mediante as necessidades do órgão ou indivíduo produtor, durante o desempenho de suas atividades, ou, ainda, no transcurso da própria vida. Daí, conclui-se que, enquanto conjunto de documentos correlatos, o arquivo é gerado no cotidiano das pessoas e organizações.

⁹ Tal definição pode ser vista também em obras de referência para a área, como Bradsher (1990:2), Duchein (1986:17), Schellenberg (1973:19) e, ainda, Müller, Feith & Fruin (1960:9).

No enfoque de Silva (2000), que analisa a Arquivologia dentro do contexto da Ciência da Informação e da Administração, existe outro conceito, que se assenta no pressuposto de atuação simultânea do arquivo, como *base e veículo, produtor e receptor* de informação. Em tal acepção, é visto como

um sistema (semi-) fechado de informação social materializado em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores (Silva et al. ¹⁰ apud Silva, 2000: 19).

De acordo com Silva (2000), o que justifica a definição do arquivo como um sistema *semi-fechado* é a peculiaridade da informação que gera, reproduzível e acessível ao usuário externo, apenas depois de cumpridas as funções administrativas e legais que lhe deram causa. Nesta análise, o autor tem em vista uma possível comparação com bibliotecas, definidas como *sistemas abertos*, nos quais o acesso não se restringe. E, voltando à questão conceitual, sugere que se veja o arquivo como gerador de serviços e memória, o que considera essencial para as tomadas de decisão e o cumprimento de suas funções e objetivos integrais.

¹⁰ SILVA, Armando M. da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 214.

Com base nessas definições, Silva (2000) postula, ainda, uma revisão no conceito de *Arquivística*, inserindo-a no rol de uma

ciência da informação social, que estuda os arquivos (...), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente (Silva et al. ¹¹ *apud* Silva, 2000: 19).

Assim, na última citação do autor, nota-se que não houve distinção entre os termos “arquivologia” e “arquivística”. E aqui se faz uma digressão para dizer que, na verdade, isto ilustra uma tendência recorrente na literatura da área, de modo que parece ainda não haver conformidade terminológica quanto aos usos e conceitos, seja na tradição anglo-saxônica ou latina. Contudo, pode-se dizer que, em relação a esta última, nota-se a existência de uma tendência que aponta para o uso do termo “arquivística”, como forma de designar tanto a ciência como a disciplina.

No Brasil, o termo “arquivologia” vem sendo utilizado, com maior ou menor frequência, para designar a ciência ou o campo de atuação onde se insere a disciplina Arquivística. Portanto, o que parece evidenciar-se em tal distinção é o cunho teórico e abrangente da primeira, enquanto área de estudo, num contraponto à especificidade, determinada pelo aspecto técnico-metodológico da segunda. Logo, esta será a posição adotada em todo o corpo das reflexões propostas neste estudo.

¹¹ SILVA, Armando M. da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 214.

Digressão feita, nota-se que diante da perspectiva de considerar a biblioteca como um sistema aberto, o autor possivelmente desconsidera o fato de que os acervos raros têm o acesso restringido, em algum momento. Assim, não estão abertos ao público, de modo geral. E, finalmente, nota-se também que a influência da Ciência da Informação, mais especificamente dos chamados Sistemas de Recuperação da Informação, está presente em suas definições. Por isso, em síntese, os arquivos são vistos como sistemas que prestam serviço e armazenam um tipo peculiar de informação, que deve ser disponibilizada ao acesso dos usuários, resguardando-se naturalmente as restrições legalmente previstas. Daí o seu aspecto semi-restrito.

A visão do arquivo na categoria de um sistema de informação encontra guarida em Buckland (1995). Tal enquadramento se dá na acepção de *informação como coisa*, o que, segundo o autor, permite dizer que os arquivos se constituem de *coisas*, ou seja, documentos, que servem como referência material para a informação. Esta, por sua vez, pode ser recuperada pelos usuários, que utilizam os serviços para intermediar o processo. Portanto, concluindo, os arquivos seriam aqueles sistemas de informação que em seu interior agregariam os serviços disponibilizados aos seus usuários.

No entanto, para Allen (1996) são os serviços que agregam os sistemas de informação, e não o contrário. E as necessidades dos usuários são atendidas pelo acesso direto ao sistema. Um e outro se agregam às instituições, que atendem a usuários específicos e atuam por meio de metas e missão definidas. O arquivo, acrescenta, é uma instituição deste porte, que agrega serviços e sistemas de informação, disponibilizados aos usuários.

A análise de Morin (1977) apresenta uma terceira possibilidade de compreensão da questão. Ele define *sistema* como aquilo que um *observador* considera *autônomo* e *emergente*, relacionando-se com um *subsistema* de forma *integrante* e *dependente*. As fronteiras entre eles são intercambiáveis, na medida em que um sistema pode atuar como subsistema de outro, sem que isso implique necessariamente na perda de sua identidade.

Assim, dependendo da posição do analista, o termo “arquivo” pode ser usado para referir-se a uma dada instituição, destinada à guarda e manutenção de conjuntos de documentos de natureza especial, como também pode servir para particularizar os conjuntos que uma instituição abriga e que se definem pela natureza dos documentos ou informação que contêm.

Esse tipo de pensamento, que leva em conta a ótica do observador, permite que se compreenda que, em termos das conexões possíveis, o arquivo pode ser entendido como uma entidade complexa, o que implica prescindir de posições deterministas ou conceitos teóricos fechados. E permite também que se veja o arquivo como uma instituição que emerge em função de um conteúdo documental que a integra, complementa e, acima de tudo, designa.

Com isso, se pretende demonstrar que mesmo diante de enfoques aparentemente variados, a *trilogia* do objeto arquivológico mantém sua validade. O arquivo, em que pesem tão diversas possibilidades de abordagem, agrega um tipo de informação potencial, que indiscutivelmente se caracteriza pela organicidade, inerente ao processo de acumulação dos documentos. Este enfoque o individualiza perante outras instituições que apresentam metas e missão semelhantes, porém conteúdos de natureza informacional diversa.

Inicialmente, o segundo elemento da trilogia proposta - o documento - será apresentado numa dimensão histórica, onde se sujeita a interpretações, que se prendem ao contexto e às circunstâncias de sua produção e utilização, conforme o que diz a epígrafe que abre este capítulo. Nesta dimensão, se nota que o próprio conceito atribuído ao termo sofreu variações.

O documento foi definido de forma estrita como “*atos escritos, emanados dos poderes públicos ou privados, que em última análise são os papéis conservados pelos arquivos e bibliotecas*” (Glénisson, 1961: 13). Em tal definição se evidencia uma visão materialista que o associa ao texto, seu correspondente concreto e mais imediato.

Essa associação não pode ser considerada fortuita, se devidamente interpretada dentro do contexto em que se firmou. Não por acaso, o século XIX foi o *locus* da situação. Nele, se desenvolveu e tomou corpo a noção de verdade histórica transposta ao documento escrito. Mas, esta noção teria manifestado seus sinais e sintomas em momentos anteriores.

Na Antigüidade Clássica, segundo Thompson (1992), já se advogava em prol do documento escrito como testemunho legítimo do passado. Um pouco mais adiante, no século XVIII, o pensamento *negativista* e *cético* que caracterizou o Iluminismo, do ponto de vista científico, passaria a desprezar os relatos orais e a reforçar o apego ao texto como prova. Isto se confirmaria de forma definitiva no século seguinte que, sob a influência do viés cientificista do Positivismo, lhe atribuiria o *status* de fonte irrefutável da verdade.

Dessa forma, o documento textual passaria a ser visto como uma personificação do real e não um veículo para a sua leitura e interpretação. Esta

idéia tendeu a desqualificar o indivíduo e sua capacidade de inserção crítica perante os fatos da História. Evidentemente, o papel de protagonista se deslocaria para a palavra escrita, que passaria a “falar” em seu lugar. Uma visão assim, não é muito confortável. Especialmente, quando se considera sua potencialidade em legitimar e reforçar a ideologia dominante. Mas, tal foi o alcance desta personificação, naquele período.

Enfim, coube ao século XX a tarefa de realizar novas interpretações e tentar oferecer ao indivíduo a perspectiva de sujeito nas transformações sociais. Neste contexto, as atenções se desviaram para os relatos, vivências e experiências do homem comum e seu cotidiano, de modo a promover sua integração ao percurso da História. Este processo de valorização da evidência oral correu paralelo ao crescimento da produção documental, tratando de desmitificar o papel até então atribuído unicamente ao texto escrito.

Uma conclusão que se extrai desse processo, no presente, é que os extremos podem ser perigosos. O texto não tem esse poder que lhe foi dado, de expressar por si só a verdade. Por outro lado, não se discute o fato de que exerce um papel importante nas sociedades vinculadas à escrita, que não podem prescindir dele.

Para Le Goff (1984), a chave que abre as portas dessa situação está na constatação de que tanto a verdade como a mentira, podem ser igualmente atestadas pelo documento escrito. Esta posição é mais bem esclarecida na seguinte passagem:

o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento (Le Goff, 1984: 547-548) [grifo nosso].

Assim, Le Goff (1984) conclui que o monumento é uma espécie de verniz, que imprime ao documento uma *aparência enganadora*. Ele é fruto de uma sociedade que o produziu, de acordo com suas relações de força e poder. E a monumentalização do documento ocorre sempre que se deixa levar pelas suas aparências e conseqüentemente se exime de questioná-lo e investigá-lo de forma exaustiva. Portanto, para se chegar à verdade dos fatos, é preciso *demolir* toda a *roupagem* do monumento, ou seja, jogar por terra aquilo que impede de enxergar o que se esconde por trás das aparências.

Da fala do autor se extraem importantes conclusões para os arquivos. A condição aparente do documento não fornece todos os elementos necessários à definição de suas funções ou compreensão do seu contexto e finalidades de produção, os quais nem sempre estão explícitos, na medida em que se associam a eventuais usos e às apropriações ideológicas decorrentes.

Na verdade, a naturalidade com que muitas vezes se define o processo de produção e acumulação do documento textual, no contexto arquivístico, deve ceder lugar à intencionalidade, quando se considera que tal não ocorre de modo inócuo ou aleatório. Assim, concluindo, o recurso

metodológico da crítica histórica fornece elementos que auxiliam no entendimento de que as razões de existência de determinado documento, em um fundo de arquivo, podem ser mais intencionais do que propriamente naturais, conforme usualmente se determina.

Uma segunda dimensão de análise do documento, de caráter mais técnico, aponta para distinções semânticas. Na língua inglesa, a expressão *document* é comumente substituída por *record*. E Bradsher (1990) sugere diferentes usos e conotações etimológicas que justificam tal substituição¹². Conforme diz, o termo *record* deve ser utilizado preferencialmente para enfatizar aqueles documentos que têm um valor de prova, associado à intenção explícita de preservação. A expressão *document*, ao contrário, deve ser usada para designar o valor informativo ou instrutivo e a função de uso imediato de um documento.

Não seria o caso de se optar pelo uso de uma ou outra terminologia, apenas em função do exposto. Mas sim, de ponderar sobre uma provável predileção pelo uso de um termo em detrimento de outro, em alguma situação, por considerar que representa uma tomada de posição teórica. Ademais, o emprego do vocábulo documento já se encontra consolidado na tradição latina, de modo que não seria prudente propor uma revisão de conceito, apenas em função de uma evocação semântica.

¹² Os termos mencionados têm sua origem etimológica no latim. A palavra documento (*docere*) tem o sentido de *ensinar*, o que conota o seu valor de uso imediato. Ao contrário, o termo registro (*recordari*) tem o sentido de *recordar*, ou seja, manter na lembrança, preservar. Para o autor, tal sutil diferença tem relevância teórica, pois define diferentes posturas.

Porém, é relevante frisar que a Arquivologia tem tratado o documento em mais de uma perspectiva, atribuindo-lhe um valor de informação e instrução, ao qual se associa um caráter de evidência e prova. Deste modo,

os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando estes documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por razões funcionais, administrativas e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são, via de regra, exemplares únicos e sua gama é variadíssima, como forma e suporte (Bellotto, 1991: 15).

Assim, se conclui que os documentos, sob o ponto de vista arquivístico, são registros únicos na essência, ainda que possuam cópias, e se acumulam de forma orgânica, ao longo da existência de instituições ou pessoas, dando ciência das suas atividades ou evidenciando procedimentos. Portanto, não são frutos de coleção ou objetos de seleção, pois se figuram em um determinado arquivo é porque guardam relação com outros registros. Outrossim, a definição proposta leva em conta o fato de que o valor do documento arquivístico independe do suporte, mas relaciona-se à sua função como prova e testemunho de um fato.

O estudo das atividades de um organismo é visto como condição para que se tenha uma compreensão ampliada do conteúdo documental do seu arquivo. De acordo com Lopes (1996) e Schellenberg (1973), as atividades principais desenvolvidas por um órgão são:

- a) *atividades fim*: atividades características de uma entidade, que se referem diretamente às ações técnico-científicas que justificam a sua existência. Portanto, são as que a definem e individualizam;
- b) *atividades meio*: atividades secundárias, de ordem burocrática ou gerencial, que facilitam ou auxiliam no cumprimento das funções de determinada entidade.

A definição proposta indica uma tendência pelo estudo das atividades fim, uma vez que dão pistas claras do perfil administrativo e funções fundamentais desempenhadas pela instituição ou órgão a que se referem. De acordo com esta noção, os documentos reunidos em torno destas atividades são apontados para receber tratamento preferencial, dado que evidentemente têm maior potencial para a manutenção prolongada. E o interesse pelo seu estudo apóia-se na constatação de que *se não se sabe como e para que funciona determinada organização, é impossível pensar em qualquer solução de tratamento de seus acervos* (Lopes, 1996: 44). Contudo, parêntese seja aberto para ponderar que não se pode deixar de dar atenção aos documentos vinculados às demais atividades de um órgão, porque eles também têm o potencial para, de alguma forma, evidenciar seus procedimentos.

Então, está claro que o valor atribuído ao arquivo se confunde com o valor do seu próprio conteúdo. Daí, deduz-se que o estudo da trilogia, inicialmente proposta, somente se completa por meio da inclusão, às análises, de um terceiro elemento, vinculado a este âmbito: a informação arquivística.

A informação contida nos documentos de arquivo, avalia Schellenberg (1973), sobretudo naqueles de caráter oficial, pode ser definida em função de sua *unicidade*. Inicialmente, isto sugere que é *singular* e não se encontra disponível em outras fontes. Todavia, pondera, se o trâmite do documento se dá na esfera pública, pode ocorrer da mesma informação aparecer em outras fontes documentais, o que torna relativo o seu valor. Então, concluindo, do ponto de vista arquivístico, deve se levar em conta a unicidade, não apenas do documento, mas da informação que contém.

Em relação às potencialidades de informação do documento, face o olhar do profissional ou pesquisador, pode-se dizer inicialmente que serão “*dados*” até que a pesquisa os resgate, transformando-os em “*informações*” que poderão demonstrar, afinal, como se efetuaram as relações Estado-sociedade e delas faça sua análise, síntese, crítica e “*explicação*” (Bellotto, 1991: 6).

Como se vê, a citação anterior aponta a pesquisa histórica como possibilidade para a emergência do conteúdo informacional dos documentos, sob a forma do conhecimento captado pelo pesquisador. E percebe-se também que tende a uma aproximação com o campo da Ciência da Informação, ainda que de forma discreta, quando, na definição do provável conteúdo de um documento de arquivo, menciona alguma distinção entre dado e informação.

De acordo com Heredia Herrera (1992), existem dois tipos de informação em um documento: *bruta* e *elaborada*. Para a autora, a transformação de uma informação à outra se dá a partir da análise e interpretação dos documentos, o que é intermediado pelos profissionais.

Tal fala pode ser explicada pelo fato de que a informação, conforme inferências anteriores, necessita de uma consciência mediadora para manifestar-se. Portanto, a informação em estado bruto nada mais é, senão o próprio dado, que, uma vez representado pelo indivíduo, se torna informação elaborada, ou seja, informação propriamente dita.

Indiscutivelmente, é importante trazer para o debate um ponto bastante comentado. A informação, na acepção arquivística, não pode ser isolada do contexto, sob pena de perder o valor. Isto se explica, segundo Heredia Herrera (1992), pelo fato de que a articulação entre informação e arquivo é essencial para que haja um enriquecimento do conjunto, em termos de qualidade, tornando-o o mais completo possível.

Obviamente, para que essa articulação entre arquivo e informação de fato seja mantida, há que propugnar por uma mudança de enfoque, tratando-se os documentos segundo o seu potencial informacional e não meramente como aparentes dados de interesse para a pesquisa. Com isto, se quer dizer que a documentação precisa ser exaustivamente interrogada pelos arquivistas, para que o seu conteúdo informacional encontre as possibilidades de emergir e receber tratamento e divulgação compatíveis com o seu valor, o qual se estabelece em função de perspectivas que serão esclarecidas adiante.

Na análise de Lopes (1996), percebe-se um indício dessa mudança de enfoque. O autor argumenta que o caráter singular da informação dos arquivos - dado pela organicidade, originalidade e naturalidade no ato de acumulação - justifica sua inserção como objeto central da teoria arquivística. Na atual conjuntura, segundo diz, o objeto-documento já cedeu espaço ao

objeto-informação. Portanto, os arquivos geram e armazenam informações orgânicas originais, que se encontram registradas em suportes variados.

Em relação à citação anterior, se faz ressalva quanto ao aspecto da *naturalidade* no ato de acumulação da informação arquivística, que, reitera-se, tem um caráter intencional. Quanto à idéia de mudança no enfoque do objeto arquivológico, esta encontra eco na fala de Silva (2000). O autor comenta que na atual configuração da sociedade não cabe o que intitula *superlativização do suporte*, em detrimento do contexto de produção e recepção da informação. E atenta para a necessidade de considerar que

não é, portanto, irrelevante, o 'salto semântico' da expressão 'documento de Arquivo' para a 'informação arquivística' (ou informação de Arquivo), porque pressupõe uma nítida predominância do conteúdo sobre o suporte, mas sem negar a sua importância enformadora (Silva, 2000: 3).

Por estas falas, se ilustra uma tendência que se apresenta na Arquivologia contemporânea. Parece que a ciência se encontra diante de uma situação paradigmática, que instiga ao debate em torno dessas perspectivas de mudança de enfoque em relação ao seu tradicional objeto de estudo. Não menos instigante é o fato de que, conforme se observa, esta situação se configura exatos cem anos após a gênese da Arquivística, na condição de disciplina auxiliar da História.

Tudo indica que no epicentro da mudança está implícito um desvio para o campo das Ciências Sociais Aplicadas, e isso tem até sugerido uma possível inserção da Arquivologia no campo de uma ciência da informação, o

que ainda não se apresenta de forma hegemônica. E nas análises feitas até o momento, se tem reforçado tal proposta, porque se entende que está associada a questões de suma importância na agenda atual da área. Portanto, a situação está aberta ao debate.

Se na atual sociedade, a informação ocupa lugar central nas organizações, onde tem sido apontada como fator preponderante para o poder e a competitividade entre nações, tal fato gera um aumento em sua demanda e potencial de usabilidade. De acordo com Lopes (1996), isto se dá na mesma proporção em que cresce o número de pessoas que trabalham direta ou indiretamente com ela.

Diante de tal realidade, os profissionais, cuja especialidade é a de encontrar soluções científicas para os problemas informacionais, têm a responsabilidade aumentada. E à medida que se admite um uso estratégico para a informação, inevitavelmente, se depara com a necessidade de administrar, manter e recuperar os documentos de forma mais eficiente e racional. Este ainda parece ser o caminho adequado, ao menos entre as organizações que desejam avançar no futuro. A Arquivologia tem um papel importante a desempenhar neste percurso.

4.2 Os princípios teórico-metodológicos de abordagem arquivológica e sua problemática

Os princípios, que a partir deste ponto estarão em evidência, porque são considerados fundamentais à teoria arquivística, são a organicidade, a ordem original, a proveniência e respeito aos fundos e, finalmente, a teoria das três idades dos arquivos. Na seqüência, se fará um estudo de suas afirmações mais relevantes, situando-as dentro da problemática geral que, em termos metodológicos, envolve a sua aplicação nos arquivos.

4.2.1 Organicidade

O princípio da organicidade explica a idéia de que o arquivo forma um conjunto de documentos correlatos, cujo caráter de acumulação é feito em consonância com as atividades do órgão ao qual se refere. Na análise de Silva (2000), vista anteriormente, se aventou inclusive a hipótese de que o seu caráter seja sistêmico. O que levaria à conclusão de que a remoção de alguma de suas partes implicaria uma mudança significativa no todo, tendo como resultados prováveis desorganização e reorganização.

Assim, os conteúdos dos arquivos são preservados em razão dos grupos completos que formam. Esta é a idéia inerente ao princípio da organicidade. Portanto, *a priori*, não se justifica a manutenção de documentos

de arquivo que não apresentam vinculação entre si, pelo fato de que não podem se associar a um contexto de pesquisa ou prova.

De acordo com Bellotto (1991), o princípio da organicidade esclarece as diferenças que existem entre conjuntos arquivísticos e coleções de bibliotecas, museus ou centros de documentação. Como o próprio nome diz, o termo coleção implica a reunião de objetos, adquiridos em razão do assunto. Nos arquivos, este processo se dá de forma diferente. Os documentos são acumulados, durante um tempo determinado, à medida que vão sendo produzidos e utilizados para servir à função que lhes deu causa. Portanto, a lógica de acumulação nos arquivos é orientada pela ordem dos documentos e não pelo tema a que se referem.

O princípio da organicidade dá origem a um outro, conhecido na Arquivologia como princípio da proveniência e respeito aos fundos. Este, por sua vez, deriva do conceito de fundo de arquivo, e ambos embasam os procedimentos metodológicos efetuados na área. Em razão disso, serão o tema das discussões que se seguirão.

4.2.2 Proveniência e respeito aos fundos

De acordo com Duchein (1986), o princípio da proveniência e respeito aos fundos foi originalmente divulgado em 1841, na França. Os objetivos eram funcionar como norma, estabelecer uma ordem aos documentos de arquivo e facilitar a sua recuperação. O seu formulador foi o historiador e

paleógrafo Natalis de Wailly, então chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior francês. Este princípio, continua, representou uma revolução para a área e foi reconhecido imediatamente por historiadores e arquivistas europeus. Contudo, somente no século XX, alcançaria os EUA. Atualmente, conclui, é um princípio mundialmente conhecido e adotado. De modo que representa uma aquisição definitiva para a área, embora vez por outra ainda suscite questionamentos.

Ainda segundo Duchein (1986), os procedimentos arquivísticos se diferem daqueles praticados por bibliotecários ou documentalistas, justamente em função da observância do princípio da proveniência e respeito aos fundos. Mas, a sua aplicabilidade está condicionada ao conhecimento prévio do conceito de fundo de arquivo.

Assim, numa definição inicial, pode-se dizer que o fundo de arquivo *se compõe de todos os papéis produzidos por um organismo no curso de suas atividades, qualquer que seja seu objeto* (Duchein, 1986: 22). O que está em acordo com o conceito a seguir, onde é abordado como o

conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões lhe seja afim (Bellotto, 1991: 79).

Diante de tais citações, se observa que o conceito de fundo pode ser confundido com o próprio conceito usualmente atribuído ao arquivo. Logo, é preciso esclarecer que teoricamente os fundos se configuram quando os

documentos atingem sua fase permanente, que é o estágio em que serão armazenados indefinidamente. Neste momento, passarão a coexistir em um único repositório e para fins de preservação, conjuntos arquivísticos de procedência diversa. Assim, para evitar que a documentação remanescente de um órgão se mescle à de outro e, ainda, por questões de individualização e manutenção da integridade dos conjuntos, estes passam a se constituir em fundos distintos e recebem titulação compatível com a origem.

Mediante as observações anteriores, portanto, se considera vedada a inserção de documentos alheios a determinado fundo. Daí deriva que o princípio do respeito aos fundos implica a obediência incondicional à proveniência dos documentos. O que, em outras palavras, consiste fundamentalmente em

manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa (Duchain, 1986: 14).

As justificativas para o respeito a esse princípio, conforme remata Duchain (1986), associam-se à natureza indivisível dos arquivos, ou seja, ao princípio da organicidade. O autor adverte sobre a necessidade de sua aplicação nas tarefas de organização dos acervos, demonstrando que

à margem do respeito aos fundos todo trabalho arquivístico é arbitrário, subjetivo e desprovido de rigor, quando mais não fosse, porque quase todos os documentos poderiam ser classificados de duas ou três maneiras diferentes caso se tomasse como base da classificação o tema correspondente (Duchain, 1986: 17).

Conforme considerações de Thibodeau (1990) e Bellotto (1991), o princípio da proveniência e respeito aos fundos serve de alicerce para as operações metodológicas de Descrição e Arranjo dos conjuntos arquivísticos, sobretudo na sua fase permanente. E os fundos, sendo unidades físicas maiores, geralmente incluem séries e subséries de registros, cujas titulações refletem a estrutura organizacional do seu produtor. Assim, a determinação da proveniência antecede à fixação do fundo.

Aqui se faz nova digressão, para dizer que dentro da atual situação de mudança de enfoque do objeto arquivológico, encontram-se propostas de ampliação da aplicação do princípio da proveniência e respeito aos fundos - obrigatório na fase permanente dos arquivos - também às fases corrente e intermediária, onde normalmente isto não ocorre. A defesa repousa na hipótese de que tal procedimento tornaria as operações de gestão dos documentos mais eficientes, tratando-se a informação de modo uniforme, desde a produção até o destino final, quando os fundos previamente fixados seriam transferidos definitivamente às instituições responsáveis por sua manutenção permanente.

Digressão feita, as definições que vêm sendo mencionadas poderiam supor que o princípio da proveniência e respeito aos fundos, relativamente fácil de compreender, seja também simples de aplicar. Não é o que freqüentemente se observa. A realidade que em geral acomete a administração de instituições, faz com que os conjuntos arquivísticos passem por toda sorte de mutilação e descaracterização, antes de chegar ao seu destino final. Isto torna particularmente difícil a tarefa de nomeação e constituição do fundo correspondente e a realização das operações derivadas.

Alguns exemplos dessas situações foram analisados por Duchein (1986). Primeiramente, cita a questão das variações de competência dos organismos como fator bastante complicador no processo de identificação de um fundo de arquivo. Em segundo lugar, fala da dificuldade de se ter a noção exata da situação de um determinado fundo, em relação à proveniência ou mesmo classe a que pertence. Por fim, cita a questão do desconhecimento ou indefinição teórica quanto ao que intitula *respeito externo* e *interno* dos fundos. Em função destes fatores, conclui, a obediência à integridade, ordem original e divisões internas dos fundos nem sempre são considerados.

Contudo, salienta-se que as dificuldades mencionadas pelo autor não devem se configurar como obstáculo teórico, mas sim em justificativa a mais para que se busquem formas concretas de revertê-las. O próprio Duchein (1986), se detendo na análise dos pontos citados, sugere conceitos que podem se caracterizar como diretrizes metodológicas no ato de identificação dos fundos, envolvidos nesse tipo de problemática. São eles:

- a) *Noção de proveniência ligada à produção*: todo fundo que conserva sua identidade deve ser considerado como proveniente do organismo que o produziu;
- b) *Noção de proveniência ligada ao recolhimento*: todo fundo que perde sua identidade pelo desmembramento ou integração a outro fundo, deve ser considerado como proveniente do organismo que o recolheu;

- c) *Fundos abertos*: são fundos incompletos, gerados a partir de documentação proveniente de órgãos existentes e em razão do seu funcionamento, nos quais se pode acrescentar documentos.
- d) *Fundos fechados*: são fundos completos, gerados a partir de documentação proveniente de órgãos extintos ou essencialmente modificados, nos quais é proibido acrescentar documentos;

Além do exposto, as noções e conceitos anteriores auxiliam também nas decisões em relação à pertinência dos atos de remoção ou manutenção de documentos ou séries dentro de um determinado fundo. E como se sabe, estas são tarefas realmente difíceis de realizar, dependendo do estado em que se encontra determinada documentação.

4.2.3 *Ordem original*

Os princípios da organicidade e da proveniência e respeito aos fundos vão ao encontro do terceiro princípio em evidência que é o da ordem original. Ele foi referenciado por Hilary Jenkinson como *princípio da santidade da ordem original*, em 1920, na primeira edição do seu manual de administração de arquivos ¹³. De acordo com Bellotto (1991: 82), o mesmo princípio é reconhecido entre os arquivistas italianos como *quieta non movere*.

Conforme Silva (2000), o princípio da ordem original foi proposto primeiramente pelos italianos, em 1867, como uma adaptação ao princípio da proveniência. Por meio dele se preconizou que além da indivisibilidade do fundo haveria de se atentar para a preservação dos critérios de organização original dos documentos praticados pelo órgão produtor. Na sua visão, tal proposta serviu para corrigir uma *incongruência* na teoria de Natalis de Wailly, que não previu a manutenção da estrutura interna dos fundos.

De acordo com Lodolini ¹⁴, citado por Lopes (1996), tal princípio deriva do chamado *metodo storico* ¹⁵ italiano, criado em 1875. Em tese, este método diz que a ordem primitiva dos documentos deve ser mantida ou reconstituída, porque evidencia uma realidade histórica. Por extensão, qualquer alteração em tal ordem pode representar uma negação do próprio conceito de arquivo, ou seja, de sua organicidade.

Assim, abrem-se duas possibilidades iniciais de análise. Primeiramente, se defende a manutenção da ordem original dos documentos, pautando-se em justificativa de fidedignidade histórica. Em segundo lugar, se recomenda o seu restabelecimento, nos casos em que não tenha sido preservada, por qualquer motivo, apelando-se para o aspecto orgânico do arquivo. Em um e outro caso não se cogita a possibilidade de um afastamento da ordem original.

¹³ A citação completa da obra está ao final, nas referências bibliográficas.

Também no século XIX, Müller, Feith & Fruin (1960), no manual de arquivística, escrito e publicado em primeira edição, em 1898, recomendaram o restabelecimento da ordem original dos documentos, nas operações de Classificação e Arranjo. Isto se deu em função da certeza de que ela evidenciaria a estrutura produtora do arquivo. Tal fato pode ser comprovado pela proposição número 17 do referido manual, publicado com o aval da Associação dos Arquivistas Holandeses. Nele, se diz que *no arranjo do arquivo, portanto, urge antes de mais nada, restabelecer tanto quanto possível a ordem original. Somente então será possível julgar-se se é conveniente, ou não, e até que ponto, dela apartar-se* (Müller, Feith & Fruin, 1960: 40).

Contudo, percebe-se que apesar da aparente rigidez metodológica, os autores permitem que se abra um precedente na teoria, que se configura na possibilidade de não se manter a ordem original em algumas situações, explicitadas na proposição número 18, tal como segue:

a ordenação original de um arquivo pode ser modificada a fim de se corrigirem divergências em relação à estrutura geral do mesmo, quer se atribuam tais divergências a erros dos administradores do arquivo, quer resultem de modificações temporárias no sistema de custódia dos documentos (Müller, Feith & Fruin, 1960: 40).

¹⁴ Lodolini, Elio. **Archivística**: princípios y problemas. Traducción de Mercedes Costa Paretas. Madrid: ANABAD, 1993, p. 194-204.

¹⁵ Em Duchein (1986: 26) e Schellenberg (1973: 213-214), encontram-se referências que identificam o princípio da ordem original ao contexto arquivístico alemão.

Apesar de abrirem espaço à possibilidade de alteração da ordem original, nas situações previstas, Müller, Feith & Fruin (1960), no mesmo manual, ponderaram que esta deveria se efetuar em caráter excepcional e mediante o registro documental dos procedimentos efetivados. Por outro lado, manifestaram um particular descrédito quanto ao fato de que um administrador, arquivista ou órgão, por qualquer motivação, viesse a proceder de forma a arquivar seus próprios documentos de maneira inadvertida ou inadequada.

Portanto, pela sua ótica de análise, se tornariam bastante restritos os casos em que se justificaria alguma alteração ou afastamento da ordem original. No entanto, um século depois, se tem uma visão diferenciada da questão. A experiência demonstra que o número de instituições que praticam a ordenação dos documentos é que é inadequado, ao menos no caso brasileiro, onde o que se vê é justamente o oposto do que se afirmava no manual.

Por outro lado, o debate em torno do princípio da ordem original não foi esgotado. De modo que existem discussões atuais em torno da viabilidade de sua manutenção, ou não, nos arquivos. E as argumentações acerca do tema vão sendo construídas no próprio centro da teoria arquivística.

De acordo com Duchein (1986), pode se questionar sobre até que ponto o princípio do *respeito* aos fundos implica *obediência* à ordem original dos documentos. Na resposta que formula, se mostra enfaticamente contrário ao restabelecimento da ordem original, na hipótese de que não mais exista. O autor se justifica, por meio de analogia com a Arquitetura. Se não é permitido restaurar um monumento do qual não existem evidências concretas, pelo mesmo princípio, em um arquivo, é impossível restaurar uma ordem original

desconhecida. Ademais, neste ato não se estaria praticando propriamente uma restauração, mas sim reconstrução. E, emenda, independentemente da área, nenhum profissional está autorizado a executar este tipo de prática, porque

nem o historiador, nem o arqueólogo, nem o arquivista deve reconstituir (o) que o tempo destruiu, salvo em raros casos em que uma reconstituição rigorosamente exata, segura e apoiada em provas irrefutáveis seja possível (Duchain, 1986: 26).

Os argumentos do autor levam a crer que se apóia nos princípios científicos de intervenção, esclarecidos por Brandi (1992), em obra dedicada aos aspectos teóricos dos procedimentos de restauração, publicada em primeira edição em 1963, onde se faz distinção entre *restaurar* e *reconstruir* uma obra de arte ¹⁶.

A partir de tudo isso, se toma uma posição de recomendar que a ordem original seja mantida sempre que se reconhecer algum princípio teórico que a respalde e justifique. Ou, nos casos em que não tenha sido preservada, desde que seja possível ou conveniente restaurá-la, com o auxílio de pesquisa documental. Mas, naturalmente, cada arquivo é um universo particular de abordagem, que deve ser analisado individualmente.

¹⁶ A referência completa é: BRANDI, Cesare. **Teoría de la restauración**. Madrid: Alianza Forma, 1992.

E a questão exige ainda outra tomada de posição. Nos casos em que a ordem original dos documentos tenha sido totalmente destruída, cabe a opção pela construção de uma nova ordem, totalmente contemporânea e embasada nos procedimentos metodológicos mais atuais da área, naturalmente documentando-se todo o procedimento.

Essa posição se baseia no fato de que, efetivamente, toda reconstrução que reproduz inadvertidamente o aspecto de um original de época, descaracterizado pelo tempo ou intervenção humana, constitui-se em ato de improbidade profissional, definido por Brandi (1992) como *falsidade histórica* e *falsidade artística*. Em tese, diz o autor, no primeiro caso, a reconstrução tende a aproximar o objeto contemporâneo do original passado, negando-lhe as características que o tempo imprimiu. No segundo, mais grave, atenta-se contra a autenticidade do próprio objeto, imitando-se suas características estéticas e artísticas originais. Assim, as duas práticas têm razões para serem rejeitadas. Tanto nos arquivos como em outro lugar.

4.2.4 Teoria das três idades dos arquivos

Ao contrário da crença laica, o arquivo é uma entidade de natureza dinâmica, que cresce na ordem direta das atividades desempenhadas pelo órgão cuja estrutura representa. Da observância desta peculiaridade deriva a noção do ciclo de vida ou idades dos arquivos. Tal noção naturalista está

amplamente conectada à idéia de que os documentos, durante sua tramitação, cumprem também determinados ciclos ou etapas de permanência.

Nos arquivos, o ciclo vital dos documentos, conforme indica Bellotto (1991), compreende o cumprimento de três etapas essenciais:

- a) *Primeira Idade ou Arquivos Correntes*: onde os documentos se encontram em uso e cumprem as funções administrativas, jurídicas ou legais, pelas quais foram criados. A permanência nesta etapa depende da sua tipologia ou função e dura em média de 5 a 10 anos, quando ocorre a *transferência* à outra fase;
- b) *Segunda Idade ou Arquivos Intermediários*: fase na qual os documentos ultrapassaram os valores jurídico-administrativos iniciais, mas ainda podem ser solicitados, permanecendo separados dos anteriores e cumprindo prazos legais, até que sejam submetidos à Avaliação, que determinará sua *eliminação* ou *recolhimento*. O período médio de permanência nesta fase é de 20 anos;
- c) *Terceira Idade ou Arquivos Permanentes*: fase em que os documentos remanescentes das etapas anteriores são recolhidos à instituição ou órgão designado para efetivar a guarda permanente. São os registros de valor histórico. Chegam a essa fase após 25 ou 30 anos, em média.

A fala da autora pode ser reforçada por algumas considerações. Os documentos, de uma fase a outra do ciclo, além da transferência, eliminação e recolhimento, sofrem também, em cada ato de passagem, um procedimento de Avaliação arquivística, imprescindível às decisões que dizem respeito à sua destinação. Portanto, o amplo conhecimento e o planejamento destes procedimentos são fatores preponderantes no desempenho das atividades de gestão, porque através da sua realização se obtém a eficiência no controle e na racionalização da documentação que tramita em uma instituição, seja ela de origem pública ou privada.

Em princípio, o documento é criado para atender aos trâmites exigidos, segundo as atividades ou funções desempenhadas pelo órgão. Logo, será a natureza destas atividades ou funções que irá justificar sua maior ou menor utilização e, em última análise, determinará o seu tempo de permanência em cada etapa.

Portanto, não é possível fixar um prazo rígido de manutenção dos documentos, nessas etapas, de forma a dar-lhes tratamento uniforme. Há que pesquisar a natureza do órgão e da atividade que motivou a sua criação e tramitação, para então decidir sobre o momento adequado para que tal transferência se processe, dentro dos planos de destinação estabelecidos.

Paralelo a isso, é importante frisar que os documentos de terceira idade - que passaram pelo crivo da Avaliação e adquiriram o *status* de permanentes - não se caracterizam exclusivamente pelo valor histórico, embora este seja um aspecto importante de sua natureza. A eles pode estar associado também um caráter jurídico-legal ou fiscal, que justifique ou mesmo

exija sua manutenção prolongada, independente do valor em geral relacionado à pesquisa, mas evidentemente relacionado ao ato que o gerou.

Muito embora a teoria das três idades dos arquivos seja o foco de discussões acadêmicas e tenha uma ampla aceitação teórica, em nível mundial, sabe-se que na prática, longe do seu lugar de origem, os EUA, nos anos 40, ainda não encontra a difusão pretendida. De modo que caberia ao menos tentar elucidar a razão deste distanciamento.

De certa forma, Jardim (1995 b) lança luz sobre o tema, ao avaliar o caso brasileiro. Segundo ele, as instituições arquivísticas públicas do país têm constituído acervos permanentes, ignorando os princípios de gestão dos documentos. Isto se dá, porque elas orientam seus processos de avaliação em função de uma lógica que privilegia os aspectos relacionados a circunstâncias isoladas, em detrimento do estabelecimento de políticas de recolhimento. Assim, conclui, guardam documentação supostamente de *valor histórico*, sem que tal valoração tenha se efetivado com base em algum processo científico de análise. A tudo isso ainda acrescenta o problema da indisponibilidade de recursos humanos, materiais e tecnológicos. Então, o resultado é o descontrole do ciclo da informação arquivística e a ambigüidade na política informacional oficial do país, traduzida, ora pela *opacidade* ora pela *transparência informacional do Estado* ¹⁷.

Portanto, ainda são relativamente grandes, no Brasil, as dificuldades que afastam teoria e prática. Talvez, a principal delas seja o desconhecimento ou mesmo o conhecimento fragmentado dos princípios e métodos, bem como da natureza singular da informação arquivística, o que leva à adoção de

práticas desviantes no cotidiano das instituições, especialmente aquelas de carácter público, nas quais por questões de outra ordem os problemas tendem muitas vezes à amplitude.

Por outro lado, esses aparentes métodos de avaliação ventilados pelo autor, se traduzem em critérios circunstanciais, que refletem os interesses de grupos dominantes. Estes tendem a dar maior visibilidade a um tipo de história factual, traduzida nos documentos oficiais, que em geral representam uma elite social. Desta forma, as camadas menos privilegiadas da sociedade acabam sendo excluídas desta política de informação burocrática, que faz do método de Avaliação um procedimento visivelmente seletivo.

Deste ponto em diante, os esforços tenderão a se concentrar na conceituação e problematização dos procedimentos metodológicos de abordagem dos conteúdos arquivísticos. Eles contribuem para o domínio mais ampliado do conteúdo intelectual do acervo e, numa visão contemporânea, facilitam a realização dos processos de busca e de recuperação da informação. Além disso, demonstram a validade do processo de Avaliação arquivística, enquanto método de reabilitação condigna da memória dos grupos sociais. As próximas intervenções se encaminharão dentro desta perspectiva.

¹⁷ As idéias de opacidade e transparência informacional serão abordadas em item subsequente.

4.3 Os procedimentos teórico-metodológicos de abordagem arquivológica e sua problemática

4.3.1 Gestão de Documentos

As ações voltadas à gestão dos documentos se concentram sobretudo nas suas fases corrente e intermediária, momento em que normalmente têm o uso requisitado pela organização que os produziu. Portanto, para que seja possível a efetivação de ações deste porte, é imprescindível que se tenha um conhecimento mais apurado da natureza dos arquivos e das etapas inerentes ao seu ciclo documental, aspectos previamente citados.

Em princípio, a Gestão de Documentos tem sido vista como um conjunto de medidas e rotinas aplicadas aos tipos de acervos mencionados, com o objetivo de controlar o fluxo de produção e utilização da documentação. No entanto, uma definição tão técnica não lhe dá a visibilidade merecida no âmbito da teoria arquivística.

O seu alcance vai além da aplicação de medidas ou mesmo rotinas de manutenção em arquivos. Estas, por mais eficientes que sejam, não dão conta de abarcar a totalidade e complexidade que representam os procedimentos destinados à gestão dos documentos. Neste sentido, prefere-se situá-la como uma subárea da Arquivologia, entendendo que nela se desenvolvem os procedimentos de abordagem voltados a conteúdos arquivísticos que se encontram em etapas específicas do seu ciclo vital.

Inicialmente, nota-se que a Gestão de Documentos foi construída sobre as bases teóricas do princípio das três idades dos arquivos. Ela tomou forma nos EUA e Canadá, a partir dos anos 40 do último século. Antes do seu surgimento, conforme lembra Jardim (1995 b), as atividades de gestão arquivística se achavam ancoradas em uma visão dicotômica, que valorizava o aspecto histórico ou administrativo dos documentos, mas carecia de uma abordagem teórica mais profunda do assunto. O autor transpõe a situação para a realidade brasileira atual, concluindo que aqui

a monumentalização dos documentos e a negligência de seus aspectos informacionais têm norteado, com exceções produzidas a partir dos anos 80, a maioria das nossas instituições arquivísticas públicas (Jardim, 1995 a: 58).

No panorama mundial, o momento imediatamente anterior ao surgimento da Gestão de Documentos, que compreendeu o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, pode ser caracterizado como aquele em que a Arquivística era vista basicamente como uma disciplina auxiliar da História e os arquivos se mantinham sob os cuidados quase exclusivos de historiadores. Tal contexto foi analisado anteriormente.

O resultado dessa fase, segundo Silva (2000), foi o surgimento de uma visão *incorporacionista* dos fundos de arquivo, orientada por uma lógica de recolher mais e eliminar menos documentos. E o autor acrescenta que sob a diretriz de tal atuação, que interpreta como *equivocada*, realizaram-se nos acervos arquivísticos avaliações tendenciosas e sem muito rigor científico.

Efetivamente, pode-se dizer que se a eliminação de documentos se efetuava ainda de forma bastante tímida naquele contexto, acredita-se que isto pode ter-se dado, não apenas em função de uma intenção deliberadamente equivocada, mas provavelmente em virtude de alguns fatores que, em conjunto, poderiam ser apontados como contribuintes em tal postura.

O primeiro deles se manifestou na mentalidade da época que, como se viu, tendeu a atrelar a História ao documento escrito e, conseqüentemente, os arquivos à História. Uma máxima, ilustrativa do momento, segundo Thompson (1992), pode ser vista em um clássico manual de método documental na História, escrito e publicado em 1898. Nele, se afirmava que todo trabalho historiográfico deveria assentar-se nos documentos e se concluía, de forma taxativa, que *não há substituto para os documentos. Se não há documentos, não há história* (Langlois & Seignobos ¹⁸ *apud* Thompson, 1992: 79).

A máxima citada demonstra que o contexto do século XIX se configurou como uma justificava bastante forte para que se compreenda um provável excesso de zelo e a decorrente recusa em praticar eliminações de documentos, posicionamento observado nos responsáveis pela manutenção dos acervos. Assim, era essencialmente a idéia vigente que precisava mudar. Portanto, não caberia à Arquivística, *de per si*, realizar esta tarefa. O seu papel no contexto a mantinha sob influência direta da História. Também ela, que não usufruía de uma liberdade teórica, sofria os efeitos da ideologia dominante.

¹⁸ LANGLOIS, C. V. ; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução ao estudo da história**. 1898, p. 17.

De todo modo, se naquele momento a recusa em praticar eliminações refletiu uma tomada de posição, num futuro imediato, implicou a necessidade de ampliarem-se as discussões em torno de procedimentos teórico-metodológicos que justificassem o abandono da idéia incorporacionista até então adotada.

Provavelmente, isso foi culminante quando se percebeu que as inclusões indiscriminadas só faziam aumentar o volume dos acervos e, conseqüentemente, diminuir a eficiência no controle. Portanto, a mudança ocorreu quando a situação tornou indispensável o aprofundamento do debate em torno do controle documental. Não por acaso, a gênese da idéia, na História e na Arquivologia, teve lugar e fato comuns: os EUA, no período Pós-Segunda Guerra.

Nas primeiras décadas do século XX, segundo Thompson (1992), houve um crescimento explosivo da História Oral entre os norte-americanos¹⁹, gerando importantes trabalhos científicos. Eles valorizaram os relatos de pessoas e utilizaram metodologias sistemáticas de entrevista e observação participante. De acordo com o autor, essa fase marcou o *renascimento da evidência oral*, que passou a ter o uso bastante ampliado²⁰.

¹⁹ Thompson cita que a História Oral instituiu-se em 1948, segundo a *Oral History Association*.

²⁰ O momento imediatamente anterior ao século XX foi marcado pela influência positivista, que representou a síntese do conhecimento científico. Na História e sob esta influência, optou-se pelo desprezo às evidências orais, por considerá-las deformadoras da verdade.

A Segunda Guerra representou para Janotti & Rosa (1993) um marco nesse renascimento. A partir dela, os depoimentos orais passaram a ser usados como opção teórico-metodológica, em oposição ao predomínio da história política positivista do outro século, embasada na documentação textual. Assim, os estudos voltaram-se para as questões sociais, valorizando as histórias de vida das minorias, trabalhadores e sindicalistas, para então proceder ao seu confronto com o discurso dominante.

O mais interessante foi que a proposta do novo século não optou pela exclusão do documento textual enquanto evidência, mas pela sua inclusão e confronto com outras fontes e métodos de pesquisa. Além desta, a Segunda Guerra trouxe outra novidade. Ela despertou o interesse da sociedade pelos relatos de civis e soldados ex-combatentes, que descreviam, por vezes em detalhes, sua vida no *front*. Este foi também um grande impulso para a afirmação da evidência oral como recurso metodológico.

Na Arquivística, ainda não alçada à condição de ciência independente, ocorreu processo igualmente significativo. Em 1941, conforme Paul (1990), os arquivos nacionais dos EUA tomaram a iniciativa de estabelecer um programa de gestão da massa documental gerada pela guerra. Essa tomada de posição, diz a autora, deu lugar na sociedade a um novo profissional acadêmico, chamado *records manager*, responsável pela gestão dos arquivos correntes e intermediários. E os arquivos permanentes continuaram sob a responsabilidade dos *archivists*. Desta maneira, o campo de atuação dos *records manager* passou a se identificar com programas, cujo

objetivo era tornar eficiente a armazenagem, o acesso, o uso e a transferência dos documentos, no âmbito do seu órgão produtor.

Assim, na gênese daquilo que os norte-americanos, especialmente os EUA, passariam a denominar *Records Management*, estava embutida uma postura que se configuraria em nova visão para a área. A partir daí, a responsabilidade pelos arquivos correntes e intermediários passaria preferencialmente para as mãos dos *records managers*, reservando-se aos *archivists* a tarefa de manutenção dos arquivos permanentes.

Essa mudança sedimentou-se por meio da teoria das três idades dos arquivos, postulada no mesmo período, que deu conta de estabelecer uma função diferenciada para os arquivos correntes, intermediários e permanentes. Portanto, aos dois primeiros delegou-se a tarefa precípua de gerenciar a documentação administrativa, ao passo que, aos últimos, se reservou o compromisso de guarda e manutenção duradoura dos registros qualificados como históricos.

De acordo com Jardim (1995 a), a Arquivologia norte-americana demarcou o seu espaço de contribuição por meio dessa teoria, que ocasionou a distinção profissional entre o *records manager* e o *archivist*, ainda visível nos dias atuais. O autor menciona que a ela se prende ao contexto norte-americano, não sendo completamente reconhecida pelos arquivistas europeus, onde encontra resistências à aplicação.

Uma crítica do processo é feita por Silva (2000). Ele afirma que, desde a origem, a teoria das três idades vive um paradoxo. Por um lado, apontou para uma visão ininterrupta do ciclo de vida dos documentos. Por

outro, trouxe a idéia de desarticulação, embutida na questão conceitual de cada etapa, onde o sentido do arquivo como um todo se perdeu. O autor qualifica a situação como um *perigoso corte epistemológico*, que se evidenciou a partir da separação entre a *gestão documental* - voltada à Administração - e a *Arquivística* - qualificada como *disciplina histórica*. Na atualidade, portanto, a situação se traduz em uma *tensão dialética*, onde importa superar a dicotomia e propor novas bases teóricas para a área. Pelo que conclui, o panorama traçado vem delineando *os contornos de um saber arquivístico situado numa "zona" fluida, a que alguns autores já chamaram de "era post-custodial"* (Silva, 2000: 25).

Portanto, se de um lado a observância do ciclo de vida lançou novas formas de tratar e gerenciar o conteúdo informacional dos arquivos, do outro, a partir do seu país de origem, os EUA, gerou aquilo que alguns consideram como uma cisão profissional, traduzida na subdivisão da própria Arquivologia em duas áreas de atuação distintas: o *Records Management* e o *Archives*²¹.

Mas, é preciso reconhecer que apesar da fragmentação a teoria abre caminho para outras visões. Os momentos de tensão e ruptura iminente são propensos às transformações estruturais. Tudo indica que, nos últimos 20 anos, a Arquivologia vem percebendo a necessidade de se posicionar teoricamente diante dessa realidade de tensão esboçada recentemente e sob os contornos de novo *fin-de-siècle* para a área.

²¹ A conceituação das duas áreas encontra-se no item destinado à Terminologia.

Um meio de abordar a tensão atual, apontado por Lopes (1996) e Jardim (1995 a), é a proposta da *Arquivística Integrada*, proveniente do Canadá, nos anos 80 ²². Segundo afirmam, esta teoria pretende desfazer aquela dicotomia gerada nos arquivos, a partir da cisão profissional. E o caminho indicado seria a uniformização dos procedimentos, integrando-se as três fases ou idades dos arquivos.

As novidades dessa proposta, segundo Lopes (1996), se situam na vertente que elege a informação como objeto de pesquisa e busca uma abordagem interdisciplinar com as ciências afins. Ela pode servir para estimular a formação profissional e obter as respostas adequadas às expectativas mais recentes. As análises do autor se prendem às posições balizadoras fundamentais da proposta, que são:

- a) rompimento com as práticas da *Arquivística* tradicional, que tratam a informação somente na sua fase permanente;
- b) reestruturação da *Arquivística* atual, pela recomposição da dicotomia existente entre o *records management* e os *archives*.

²² A referência completa da obra é: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Les fondements de la discipline archivistique**. Québec: Université du Québec, 1994. p. 49-54.

Tudo indica que a proposta canadense representa de fato um avanço na área. Na visão de Silva (2000), o sinal de alerta lançado há vinte anos, *significou que não é mais possível enfrentar os desafios da Sociedade da Informação com a mente fechada no paradigma historicista, tecnicista e custodial herdado da Era das Luzes* (Silva, 2000: 30). Contudo, o autor considera que o avanço proposto não é suficiente para dar conta de todas as questões pertinentes à mudança na visão historicista gerada na área, há cem anos. Assim, conclui, é preciso insistir na concepção do arquivo enquanto *sistema natural e conjunto orgânico de informação*.

Essa concepção de arquivo, mais recente, tenta desviar a ótica do objeto-documento para o objeto-informação. Portanto, assume relação com a situação do paradigma informacional, que vem fazendo eco na Arquivologia. A idéia que parece estar em pauta é a de criar um contraponto à visão anterior de arquivo, considerada por demais historicista. Assim, se abre caminho para duas tendências que refletem posições diferentes, embora esteja claro que uma não se sustenta necessariamente em função da outra.

As últimas análises apresentam como pontos em comum a necessidade de mudança no enfoque do objeto-arquivo e na própria teoria arquivística. Contudo, se numa visão a solução parece vir da reintegração das etapas do arquivo e uniformização de procedimentos, na outra, defende-se que a questão tem raízes mais profundas e merece um exame mais apurado. Ao que tudo indica, em âmbito acadêmico.

Paralelo a esse, existe outro debate em andamento. A expressão “gestão da informação” vem sendo usada para caracterizar uma nova área de

atuação, ligada aos *information managers*. Esta terminologia veio ao encontro de demanda profissional existente na sociedade atual, competitiva e com os interesses voltados à obtenção de respostas para as questões ligadas à produção, fluxo e recuperação de dados - nos sistemas - e gestão administrativa e estratégica da informação - nas organizações.

A demanda pelos *information managers*, para Silva (2000), advém do fato de que o tráfego da informação, nas organizações, escapa ao olhar de historiadores e arquivistas. Por conseguinte, o mercado passa a exigir a presença de novos profissionais, capazes de lidar com os recursos informáticos e manter uma postura crítica frente ao processo informacional em curso.

Em que pese o fato de que o autor propõe a aproximação da Arquivologia à Ciência da Informação e Administração, seria razoável supor que os *information managers*, ao realizarem tarefas de gestão da informação supririam uma carência existente nos arquivos. Contudo, esta proposta deve ser vista com reserva. Ainda cabe, especialmente no atual projeto de sociedade, a defesa de uma visão mais ampla do arquivo e seu inegável papel social. Por vezes, se tem a impressão de que aquilo que vem sendo intitulado “gestão da informação”, ainda se encontra dentro do limite de cobertura dos procedimentos da Gestão de Documentos. Assim, caberia elucidar a questão.

Ademais, o conceito de informação como fenômeno imaterial, humano e estritamente dependente da interpretação de um indivíduo, alimenta a resistência em aceitar a possibilidade concreta de algum tipo de gestão. No entanto, se reconhece que, em nível de procedimentos, há que considerar basicamente o suporte, que num certo sentido confere o caráter palpável à

informação e atua como seu veículo material. Nessa ótica, o documento torna-se passível de intervenções, com vistas à informação potencial. Portanto, levando-se em conta que os fins últimos das atividades de gestão nos acervos se destinam à organização, tratamento e manutenção dos documentos e, em última instância, informação, se aceita o uso da terminologia corrente, mas ciente de suas implicações teóricas.

Por último, muito se diz sobre o fato de que os profissionais que realizam a gestão dos documentos têm atribuições técnicas bastante amplas, vinculadas à eficiência e racionalização, conceitos normalmente associados à área organizacional. Mas, é preciso enxergar que o perfil de vanguarda do profissional envolvido nessa área não se restringe ao uso adequado da técnica. Tampouco se repousa exclusivamente em algum tipo de enquadramento a uma eventual demanda de mercado.

Mas, numa sociedade, como a atual, de valores bastante cambiáveis, os indivíduos vêm se sentindo fragilizados em seus direitos e desvinculados do passado. Portanto, as atenções desse profissional devem se voltar para o atendimento deste tipo de demanda, garantindo aos indivíduos o direito de acesso aos documentos e à informação, como condição para a prática efetiva da cidadania e da própria identidade. Este é um exercício que impõe uma certa capacidade de inserção crítica. E a defesa desse pressuposto se embasa na idéia de que nenhuma mudança se alicerça, na ciência, à margem das discussões de algum projeto de sociedade.

4.3.2 Classificação e Arranjo

A organização intelectual de um acervo é procedimento da prática arquivística. E as operações que se destinam a este fim, nos arquivos correntes e permanentes, são, respectivamente, a Classificação e o Arranjo.

Do ponto de vista conceitual, as operações de Classificação consistem em ordenar intelectualmente os documentos de arquivo, de forma lógica e estruturada. A materialização desse procedimento encontra-se no chamado Plano de Classificação. Por meio deste dispositivo tem-se a configuração exata do arquivo como um todo, podendo-se com isso, desenvolver estratégias de avaliação para os grupos de documentos.

A Classificação é entendida por Schellenberg (1973) como um procedimento fundamental na administração e controle dos documentos correntes. Ela se configura por meio da ordenação dos documentos, que obedece a um plano dedicado a facilitar o seu acesso e uso eficiente. O autor cita três elementos válidos na metodologia de Classificação:

- a) atividade a que se referem os documentos;
- b) estrutura organizacional do órgão produtor;
- c) assunto ou conteúdo do documento.

O *survey* é citado por Lopes (1997) como uma técnica indispensável à Classificação. Para o autor, por meio dele se determinam o histórico da organização, as atividades por ela desenvolvidas, as suas estruturas e

unidades administrativas. A partir daí, se tem possibilidade de construir um quadro geral da situação do arquivo, delineando-se as opções adequadas em termos de procedimento.

O Arranjo, tal como a Classificação, é uma operação básica de ordenação dos conjuntos arquivísticos. A diferença é que, de acordo com a literatura, suas operações se executam na fase permanente dos documentos, onde são criados os chamados quadros de fundos e quadros de arranjo. Estes quadros possibilitam a representação estrutural dos fundos arquivísticos, auxiliando na visualização do seu aspecto orgânico.

As estratégias de Arranjo, de acordo com Thibodeau (1990), se operam com base nos princípios da proveniência e ordem original, além da análise prévia da estrutura do órgão produtor. Portanto, é somente a partir do conhecimento destes elementos, que se pode estabelecer concretamente um esquema lógico da disposição dos conteúdos informacionais do acervo.

A estrutura orgânico-funcional do órgão produtor é também fator *sine qua non* do Arranjo, na visão de Bellotto (1991). A autora acrescenta a necessidade de identificação das tipologias documentais presentes no acervo. Elas também são determinantes do procedimento. Assim, pela *tipologia diplomática*, se tem uma idéia da função do documento enquanto *unidade*, ou seja, *espécie* documental. Já no caso da *tipologia arquivística*, importa o *gênero* ao qual pertence determinado grupo de documentos. E assim, a autora sugere que a representação estrutural dos fundos siga proposta da área, fixando como níveis possíveis e em ordem decrescente:

- a) arquivo;
- b) fundo;
- c) seção;
- d) série;
- e) sub-série;
- f) unidade documental.

Do ponto de vista prático, Schellenberg (1973) sugere que os procedimentos de Arranjo obedeçam a uma seqüência de ordenação dos fundos, realizada em duas fases distintas, que são:

- a) dos grupos de documentos, uns em relação aos outros;
- b) das peças individuais, dentro dos grupos.

As operações de Classificação e Arranjo são procedimentos que no quadro geral arquivístico não fogem aos debates que se processam na área. Assim, existem divergências que encontram argumentação em questões de ordem terminológica e conceitual. Elas dizem respeito à efetivação, ou não, destes procedimentos em determinada etapa do ciclo de vida dos arquivos. De modo que é relevante luz sobre algumas destas questões.

De acordo com Lopes (1997), a maioria da literatura disponível sobre Arranjo, trata de situá-lo como procedimento voltado aos arquivos

permanentes. No entanto, sustenta que estas operações devem ser executadas também nos arquivos correntes. E justifica-se, dizendo que no Brasil a distinção existente entre Arranjo e Classificação não é de ordem conceitual, mas tem origem em problemas de tradução. Assim, segundo ele, o termo de uso corrente no país é “arranjo”, por influência da terminologia inglesa “*arrangement*”. O termo “classificação” tem seu equivalente no francês “*classment*” e designa o mesmo procedimento. Não obstante, seu uso tem sido preterido no país.

Diante do que diz o autor, se conclui que as diferenças entre o Arranjo e a Classificação não se prendem propriamente aos conceitos ou aplicabilidade, mas principalmente à predileção por determinada terminologia. Porém, para Schellenberg (1973), a distinção entre tais procedimentos tem um fundo teórico. Ele pondera que os métodos de arquivamento utilizados pelo órgão de origem - no arquivo corrente - não são os mesmos do órgão de destino - o arquivo permanente. E também que o arquivo corrente trata a documentação pertencente a uma única instituição. Enquanto que o permanente recebe documentação remanescente de instituições distintas. Isto torna necessária a adoção de procedimentos de abordagem igualmente distintos, nos dois casos.

Idéia semelhante se identifica em Bellotto (1991). Ela argumenta que na fase permanente não cabe a realização de uma classificação, nos moldes da fase corrente, porque as funções dos arquivos nestas etapas são diferenciadas. Assim, se um visa ao atendimento de fins administrativos, o outro atende à pesquisa histórica. No Brasil, segundo diz, o termo “arranjo” tem

sido utilizado para identificar, tanto o quadro dos fundos e a disposição interna de suas seções e séries, como a ordem interna dos documentos nestas mesmas séries. Ela pondera que até mesmo a Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA) define “arranjo” de forma dúbia, como processo e resultado.

Das falas anteriores se extraem conclusões. O Arranjo é um procedimento fundamental na fase permanente dos documentos. Nesta etapa, onde a documentação tem proveniência diversa, é importante não mesclar ou desintegrar os conjuntos. Tampouco, dispô-los em ordem que dificulte o acesso e a recuperação da informação. Portanto, este procedimento se apresenta como condição para agrupar os documentos, dar visibilidade e revelar suas potencialidades informacionais.

Por outro lado, a idéia de aplicar a metodologia de arranjo à fase corrente representa uma via interessante. Ela se apóia naquela proposta de reintegração e uniformização nos procedimentos de tratamento arquivístico, anteriormente citada. E o que se pretende, em tese, não é estender a Classificação à fase permanente, mas recompor a visão integral do arquivo, pelo emprego do método de fixação dos fundos e arranjo dos conjuntos documentais, já na primeira fase do ciclo arquivístico.

Contudo, pelo alcance da proposta, se percebem dificuldades em sua concretização. Ela implica uma mudança de ótica quanto aos procedimentos e seu emprego, além do mais, exige melhor *performance* no trato da documentação de ordem corrente e intermediária. Portanto, não dispensa a ampliação do número de arquivistas nos quadros das organizações

públicas ou privadas, uma vez que eles são os profissionais adequados ao trato deste tipo de documentação.

Mas, não se pode negar que tal proposta representa, evidentemente, um avanço na direção da esperada valorização profissional, no entendimento mais profundo da instituição-arquivo e, finalmente, no controle mais efetivo da produção documental e fluxo da informação nas instituições, necessidades cada vez mais imprescindíveis na contemporaneidade.

4.3.3 Descrição

O conhecimento dos instrumentos utilizados na Descrição existe desde o final do século XIX. Já em 1898, Müller, Feith & Fruin (1960) dedicaram três capítulos do seu manual à fundamentação deste procedimento. Os autores discorreram sobre as estruturas, as características e o emprego adequado dos principais instrumentos descritivos disponíveis. Além de indicarem também as normas a serem observadas na sua execução.

Durante o século XX, o processo descritivo se erigiu sobre esses pilares da chamada Arquivística tradicional. Até que se chegou ao ano de 1996, onde ocorreu novo marco para a história do processo. Naquele momento, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) publicou um documento elaborado por comissão *ad hoc*, intitulado *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G)*.

Nessa Norma encontram-se dispostos 26 elementos gerais de descrição de documentos, instituídos para orientar e normalizar estes procedimentos, em termos mundiais. Dando prosseguimento aos trabalhos, a Comissão tornou-se um comitê permanente, chamado *Comitê de Normas de Descrição*. Atualmente, a ISAD (G) se encontra na sua segunda edição e a normalização do processo descritivo tem sido apontada como uma grande conquista. Em função dela, o rigor e a regularidade na descrição científica dos documentos vêm se tornando possíveis.

Apesar disso, a sua aplicabilidade ainda se encontra condicionada à observância da realidade e legislação arquivística de cada país. De modo que a ISAD (G) vem sendo submetida a revisões e contribuições dos membros comissários, que representam os arquivistas e seus países de origem, junto ao comitê permanente. De sorte que sua contemporaneidade se configura em barreira a ser transposta na consecução dos objetivos inicialmente propostos.

A Descrição arquivística é apontada como tarefa complementar ao Arranjo. Ela visa o domínio intelectual do conteúdo documental e a facilitação do trabalho de recuperação da informação, mediante a criação de dispositivos especiais, que são os instrumentos descritivos.

A metodologia de Descrição centra-se no reconhecimento de grupos completos de documentos, buscando captar sua idéia dominante, para então situá-los em um contexto analítico de pesquisa. Portanto, envolve a execução de procedimentos que dão uma visão abrangente e qualitativa do arquivo, sem que necessariamente se atenha aos aspectos mais particulares.

A meta da Descrição arquivística, de acordo com Thibodeau (1990), é ajudar os pesquisadores a localizar informações pertinentes à sua pesquisa. O que se alcança por meio de um trabalho de antecipação, que analisa e descreve os documentos, a fim de identificar o seu potencial para indagações futuras. A autora confirma que as atividades descritivas devem ser focalizadas nas *record series*²³, definindo suas características comuns. Além disto, o processo descritivo tende a incorporar algumas categorias mínimas de informação, que seriam:

- a) título e datas cronológicas balizadoras da série;
- b) quantidade de registros e padrão de arranjo adotado na série;
- c) resumo do conteúdo informacional da série.

Além do exposto, para Bellotto (1991), a Descrição deve apoiar-se também em política institucional que avalie os recursos humanos a serem empregados, o perfil dos usuários, a frequência de uso dos documentos, o estado de conservação e, finalmente, as prioridades e técnicas de descrição a serem adotadas. Segundo diz, esta planificação do trabalho pode significar a realização de tarefas longas ou exaustivas. Contudo, sua execução torna-se indispensável ao funcionamento do arquivo. A autora estabelece uma categorização dos instrumentos de descrição, da seguinte maneira:

²³ Segundo Camargo et al. (1990: 98), o termo equivalente, em português, é *série*.

- a) *gerais*: aqueles que têm como objetivo o reconhecimento mais amplo do arquivo, seus serviços e acervo. São os guias e quadros de fundo;
- b) *específicos*: aqueles que detalham certas partes ou aspectos do acervo. São os inventários, catálogos, repertórios, índices e edição de fontes.

Portanto, cada instrumento é gerado para atender a uma finalidade especial, e as decisões sobre sua pertinência dependem de política institucional de descrição. O que, em tese, ilustra uma situação qualificada como ideal, podendo se tornar um pouco diversa, na realidade. Mas, de forma alguma, isto deve servir como justificativa para o abandono do procedimento.

No Brasil, tem se observado que o processo de Descrição às vezes carece de embasamento científico. E Lopes (1997) chama a atenção para o fato, com pelo menos duas situações concretas. Ele cita aquelas instituições que produzem instrumentos descritivos, baseando-se em métodos impróprios, como a descrição individual ou o uso de sistemas biblioteconômicos de classificação. E lembra também aquelas que não geram instrumentos descritivos, nas quais o processo de recuperação da informação fica a cargo de indivíduos que conhecem o acervo e por isso conseguem localizar algum documento solicitado.

Essa realidade não justifica o problema da carência de embasamento científico. Ao contrário, contribui para dificultar ainda mais a sua

solução. É fácil imaginar o quanto pode ser confortável para as instituições contar com a presença de funcionários habilidosos na recuperação de documentos. Às vezes, eles suprem, e até com bastante eficiência, as lacunas deixadas pela ausência dos instrumentos descritivos. Contudo, quando se retiram, o caos se generaliza.

As questões apontadas realmente são recorrentes e demonstram o quanto pode ser prejudicial distanciar-se da teoria. Se não houver uma consciência e divulgação mais ampla do processo descritivo, tais situações continuarão sendo vistas. Da mesma maneira, se não se investir na formação profissional e na ampliação dos quadros funcionais, pouco se conseguirá avançar em termos de controle efetivo do conteúdo intelectual da documentação brasileira.

Em relação a esse tipo de situação, própria do Brasil, Jardim (1995 b) aponta que há uma tendência à produção de instrumentos de descrição, que optam por detalhar determinadas partes dos acervos, em detrimento do controle mais amplo do todo. Eles são pouco *amigáveis* e refletem tendências parciais, não cumprindo de fato sua função. E assim, segundo diz, se constitui no país um tipo de memória que se diz *neutra*, mas fundamenta-se em um patrimônio documental polarizado em dois sentidos evidentes: a *opacidade* e a *transparência informacional*.

Essas afirmações levam a algumas conclusões. A opacidade informacional se traduz nos conjuntos documentais não iluminados pelo processo de Descrição arquivística. A idéia de transparência informacional se faz presente naqueles conjuntos que, em um dado momento, são eleitos como

representativos da memória coletiva, apesar de não se referirem de fato a uma coletividade. Talvez por isso o autor tenha questionado o caráter neutro desse tipo de memória.

A decisão sobre a manutenção, ou não, de um grupo de documentos, passa por processos interdisciplinares de julgamento. E não se trata de alguma predileção pessoal. Assim, não há como justificar a eleição e manutenção de partes descontínuas ou pouco significativas de um acervo, especialmente quando se encontram desconectadas do conjunto. Pelo mesmo princípio, não há como justificar a eliminação de documentos considerados de pouco valor, em termos de significação, mas avaliados à margem de um processo metodológico de investigação.

No século que se findou, houve sinais inegáveis da desconexão do indivíduo com o passado. Estes, não raro, se traduziram na dificuldade ou mesmo impossibilidade de manter objetos com os quais não se estabeleceu identidade. O que dizer, então, daqueles casos visíveis, em que os objetos avaliados representam segmentos específicos de um grupo social, em detrimento evidente de outros? Este tipo de seleção tem sua prática amplamente questionada. As teorias atuais têm explicitado métodos interdisciplinares de avaliação de acervos. De modo que não se justificam intervenções desta natureza, realizadas à margem dos procedimentos que reclamam um alto nível de responsabilidade científica.

4.3.4 Avaliação

Como se sabe, os objetos são dotados de qualidades que os permitem ser identificados como vestígios que referenciam um grupo social. Em se tratando dos documentos de arquivo, Jardim (1995 b) aponta que apresentam determinados valores que permitem sua integração ao patrimônio de uma sociedade, em razão da sua capacidade de expressar a sua memória.

Assim, de modo inconsciente ou deliberado, o homem exerce suas faculdades de decisão perante os objetos. E a base geral do processo de Avaliação é esta. Que no contexto de uma realidade e sob métodos específicos de julgamento, os objetos possam ser estimados em maior ou menor grau, e mantidos em função disto.

Em essência, o processo de Avaliação arquivística também é este. Julgar os registros que permanecerão, determinar o tempo de permanência e explicitar as bases científicas e sócio-culturais sob as quais foram identificados os seus atributos. Por isso, os documentos arquivísticos são avaliados à luz do método e não de eventuais procedimentos que possam traduzir-se em critérios subjetivos e parciais de exame.

Na concepção de Duranti (1994), a Avaliação arquivística é o *processo de estabelecimento do valor dos documentos produzidos e recebidos no curso de uma atividade, qualificando tal valor e determinando sua duração* (Duranti, 1994: 329). A autora acrescenta que o objetivo primário da Avaliação reside na identificação dos documentos que serão mantidos continuamente e por tempo ilimitado.

Mas, os métodos de Avaliação de documentos nem sempre estiveram explicitados. No século XIX, a Avaliação não era um procedimento sistemático. A tendência predominante naquela conjuntura era a de inclusão e manutenção de grandes volumes de documentos, sem atentar para uma análise mais profunda de seus conteúdos.

Na primeira metade do próximo século já se sentiriam os efeitos de tal prática, sobretudo nos EUA, onde se evidenciou uma tendência ao descontrole documental. Assim, de acordo com Danniels (1990), o aumento gradativo dos acervos e a consciência da impossibilidade estrutural de armazená-los, impulsionou ao avanço nas metodologias de Avaliação. E a partir delas conseguiu-se obter a racionalização dos custos de manutenção dos documentos e a identificação precoce dos itens com potencialidade para a preservação permanente.

Parêntese seja feito para dizer que a realidade descrita se restringe ao contexto particular da América do Norte, palco de tendências pragmáticas e de outras propostas para a área, como se vem demonstrando ao longo das exposições feitas. Mas, de modo geral, não se pode perder de vista que a Avaliação reveste-se de um caráter de terminalidade, porque decide sobre o tempo de durabilidade dos objetos e determina os seus destinos.

Em Arquivologia, os documentos, a exemplo do que ocorre com os arquivos, são avaliados sob a ótica do ciclo de vida. Assim, para Bradsher (1990), eles iniciam seu ciclo quando *nascem ou são adotados* - ou seja, produzidos ou recebidos, no cumprimento de alguma função. Em seguida, *vivem ativamente*, dedicando-se ao cumprimento da função. Ao final, seguem

dois destinos. Se *aposentam* - momento em que seu uso se reduz - e *morrem* - quando são eliminados. E são também passíveis de *renascimento*, quando findas as funções pelas quais foram criados, sejam-lhes acrescidas qualidades que justifiquem a manutenção permanente.

Pela analogia, sugere-se que o processo de Avaliação seja feito em cada uma das etapas da vida dos documentos, até o momento de se tomarem as decisões finais sobre o seu destino: eliminação ou recolhimento. Portanto, é evidente que por trás deste processo encontram-se os procedimentos que garantirão, em alguma medida, sua permanência no futuro.

Em geral, as avaliações arquivísticas determinam o destino de conjuntos inteiros. Isto é confirmado por Bellotto (1991), quando diz que as decisões pertinentes à eliminação ou recolhimento repousam sobre a série documental, a qual sofrerá a chamada *sentença de vida ou morte*, prevista em dispositivo arquivístico específico ²⁴. Esta sentença, via de regra, depende da valoração dos documentos, tarefa arquivística que demanda grande esforço teórico, em função da complexidade e interdisciplinaridade que envolve.

As perspectivas de valor, inicialmente estabelecidas para os documentos, são apontadas por Schellenberg (1973), como segue:

- a) *valor primário*: valores legais, fiscais, executivos e administrativos atribuídos ao documento no ato de criação e na consecução de determinado objetivo, pela entidade produtora;

²⁴ Este dispositivo é a tabela de temporalidade. Seu conceito encontra-se no capítulo destinado à terminologia adotada.

- b) *valor secundário*: valores que persistem, após o uso primário do documento. Momento em que passa a ser utilizado por outras pessoas, além da entidade produtora. Pode ser de duas ordens: *probatório*, quando tem um caráter de prova; ou *informativo*, quando se associa a algum contexto de pesquisa.

As definições de valores citadas, foram retomadas mais recentemente por Jardim (1995 b). O autor pondera que um documento de valor secundário sempre apresenta valor informativo, porque deriva de informação anterior, produzida no contexto da organização. Por outro lado, complementa, independente do valor primário ou secundário, todo documento apresenta um valor probatório, uma vez que testemunha um fato, a partir do qual se constituiu. O autor propõe, então, que a Avaliação se faça mediante o entrecruzamento destas categorias de valores.

Uma segunda categoria de valores, que pode ser utilizada na Avaliação de acervos, é sugerida por Child (1997) e Atkinson (1997):

- a) *valor de uso*: associa-se ao uso do (s) item (s) como fonte de informação freqüente, o que justifica sua demanda;
- b) *valor intrínseco*: associa-se à pesquisa e deriva das características inerentes ao (s) item (s), que condicionam sua preservação no estado original.

O conceito de valor intrínseco, continua Child (1997), apesar do caráter objetivo, pode ter uma aplicação relativa, em função da época ou do profissional. Daí, a necessidade de que a Avaliação se dê de forma interdisciplinar, onde as chances de atingir a objetividade poderão ser aumentadas. A autora propõe ainda o reconhecimento de alguns requisitos, que podem servir de embasamento no processo de atribuição do valor intrínseco dos documentos. Seriam eles:

- a) estrutura física;
- b) qualidade estética ou artística;
- c) autenticidade e originalidade;
- d) antigüidade;
- e) valor probatório ou informativo.

Diante das perspectivas apontadas, nota-se primeiramente que existe uma certa correspondência entre “valor intrínseco” e “valor secundário”. Ambos remetem o documento ao contexto dos arquivos permanentes, onde se justifica a preservação prolongada. Por outro lado, a definição atribuída ao “valor de uso” se aproxima do “valor primário”, dado que enfatiza a demanda pelo documento como fonte de informação freqüente, ou seja, no âmbito dos arquivos correntes.

Por outro lado, a questão do valor primário, quando associada à freqüência de uso, deve ser vista com alguma reserva, no contexto da

Avaliação arquivística. Isso é relativamente fácil de explicar. A lógica do valor de uso associa-se à demanda de consulta. Assim, num acervo, o documento passaria a ter importância especial sempre que sua demanda aumentasse. O que justificaria o interesse por sua manutenção.

Em princípio, essa lógica pode se enquadrar à Biblioteconomia, onde estão justificados os investimentos em tratamentos e aquisições individuais de objetos, que serão disponibilizados ao acesso de um número maior de usuários. Porém, no caso da Arquivologia, os documentos são avaliados prioritariamente pela função que desempenham e não pela demanda dos usuários. Se assim o fosse, poder-se-ia proceder, por exemplo, à eliminação de algum documento menos consultado do arquivo. Mas, isto não ocorre, pelo fato de que os documentos são orgânicos, o que faz com que a Avaliação não se processe de forma individualizada, mas sim em conjunto.

E existe ainda um outro fator. O arquivo, ao contrário da biblioteca, recebe um tipo de usuário bastante específico. Esta realidade limita ainda mais o seu universo de demanda. Portanto, conclui-se que, em princípio, o conceito do valor de uso poderia ser aplicado, no arquivo, como justificativa para ações específicas, tais como a reprodução ou reformatação de itens. Assim, os documentos mais consultados receberiam estes tratamentos, de forma a preservarem-se os originais sob melhores condições.

Uma terceira categoria de valores é apresentada por Danniels (1990). Nela, encontramos as seguintes proposições:

- a) *significado da função*: valor que se refere à importância de uma atividade ou função comprovada pelo documento, no contexto de sua criação;
- b) *singularidade da informação*: refere-se ao caráter da informação contida no documento, não estando esta disponível em nenhum outro lugar, de nenhuma outra forma, que não seja no próprio documento;
- c) *usabilidade da informação*: refere-se aos requisitos de utilização e acessibilidade da informação contida no documento.

As proposições anteriores levam a reflexões interessantes. O conceito de singularidade da informação, por exemplo, pode ser associado ao aspecto da unicidade da informação. Por outro lado, a usabilidade remete à questão das possibilidades de uso do sistema por um usuário de informação. No caso do arquivo, o documento pode não estar acessível por uma série de motivos. Os instrumentos de pesquisa podem não existir; o suporte pode estar fragilizado ou deteriorado; o conteúdo pode estar ilegível; as ferramentas tecnológicas podem não ter sido bem empregadas. Enfim, durante a Avaliação arquivística devem se consideradas todas estas possibilidades.

Em todas as categorias referenciadas, as definições de valores se complementam. Evidentemente, em cada uma delas nota-se a preocupação em enfatizar um ou outro atributo do documento, mas há uma convergência de

propósitos, que demonstra o esforço por determinar metodologias que assegurem a eficiência e a objetividade nos processos de Avaliação.

Isso pode se tornar especialmente importante, quando as decisões pesam também sobre a manutenção da informação, no formato original ou não, o que se dá sobretudo nos grandes acervos, onde a demanda por soluções se torna mais urgente. Nestes, muitas vezes, as medidas adotadas, ao contrário do que se esperaria, se traduzem em políticas radicais de eliminação.

Um modelo contundente de tal racionalidade é citado por Lopes (1997). Segundo ele, nos EUA e Canadá pratica-se uma política agressiva de Avaliação de acervos, que resulta na eliminação de cerca de 90% da massa documental. Assim, pela lógica de avaliação norte-americana, apenas uma amostra de 10% dos registros tem caráter definitivo. Tal estatística, de acordo com Jardim (1995 b), está em consonância com dados da UNESCO, cujas estimativas apontam que são recolhidos aos arquivos permanentes apenas 10% da documentação produzida nas demais fases.

No caso dos EUA, tal política se associa, há pelo menos 20 anos, à prática da reformatação, efetuada nos planos nacionais de microfilmagem para preservação, vinculados às grandes empresas do ramo fotográfico. Este é um importante diferencial, uma vez que na seqüência dos procedimentos de microfilmagem dos documentos está prevista a eliminação ou negligência de boa parte dos suportes originais.

Não se pode negar que no contexto atual já se ultrapassaram os limites da noção incorporacionista de acervos, legada pelo século XIX. Por outro lado, sustentar uma prática ou política de reformatação, exclusivamente

em função de justificativas que se pautam na necessidade de modernização dos acervos, disponibilização e utilização de ferramentas tecnológicas, sem se valer de um questionamento mais profundo do processo, parece injustificado.

Diante de tudo o que foi exposto, emerge uma conclusão. Uma das maiores dificuldades em avaliar um objeto, está em identificar a sua dimensão aproximada no contexto de uma cultura. Os documentos são objetos que já no ato de criação apresentam múltiplas determinações, sujeitando-se aos caprichos de uma existência efêmera, que faz com que nasçam, vivam e morram pelas mãos do homem. Obviamente, cabe ao seu criador, criar possibilidades para que renasçam da obscuridade dos arquivos, desvelando suas potencialidades.

Em presença de tantas importantes constatações, é de se esperar a opção por procedimentos metodológicos capazes, ao menos, de dirigir aos documentos múltiplos olhares. Não atentar para este fato significa negligenciar uma questão fundamental, que, sugere-se nesta pesquisa, seja incorporada às demais questões de fundo teórico da Arquivologia:

- *que sentido existe em manter ou preservar um objeto, cujo valor não pode ser identificado com uma coletividade?*

Infelizmente, tal questão não será abordada, no momento, porque evidentemente força a uma ampliação das discussões para outras esferas de análise e conhecimento, o que não está indicado para esta pesquisa. Mas, fica registrada a sua pertinência.

5 SE HACE CAMINO AL ANDAR, AL ANDAR SE HACE CAMINO

- *Gato Cheshire... quer fazer o favor de me dizer qual é o caminho que eu devo tomar?*
- *Isso depende muito do lugar para onde você quer ir - disse o Gato.*
- *Não me interessa muito para onde... - disse Alice.*
- *Não tem importância então o caminho que você tomar - disse o Gato.*
- *... contanto que eu chegue a algum lugar - acrescentou Alice como uma explicação.*
- *Ah, disso pode ter certeza - disse o Gato - desde que caminhe bastante.*

Lewis Carroll (1832-1898)

5.1 Visão geral dos métodos e procedimentos

Inicialmente, é preciso lançar mão de uma visão geral dos métodos e procedimentos, para em seguida discutir sobre aqueles que foram efetivamente utilizados no âmbito da atual pesquisa. O intuito é, portanto, situá-la da melhor forma possível no contexto da metodologia adequada, mas sem recorrer a esquemas rígidos de classificação.

Numa abordagem inicial, Marconi & Lakatos (1982) sugerem que as investigações científicas sejam definidas de acordo com os interesses do pesquisador em relação ao objeto; as situações e condições de execução da pesquisa; o campo e a metodologia empregada. E, de acordo com Sánchez (1998), existem parâmetros que auxiliam na sua contextualização. São eles:

- a) tipo de tratamento da realidade, onde se situam as classes de pesquisa histórica, descritiva e experimental;
- b) ênfase metodológica: qualitativa ou quantitativa;
- c) âmbito de desenvolvimento: bibliográfico, de laboratório ou de campo.

As pesquisas são contextualizadas por Triviños (1992) de forma similar. O autor as situa em três categorias amplas: exploratória, descritiva e experimental. E, melhor definindo, diz que *os estudos exploratórios são aqueles que permitem ao investigador aumentar a sua experiência em torno de determinado problema* (Triviños, 1992: 109). Por isto, servem de base a outros. Já os estudos descritivos são os que expõem uma realidade e a analisam em profundidade e com exatidão. Neste tipo de abordagem, conforme complementa, se inserem os chamados estudos de caso. O terceiro e último, o estudo experimental, conclui, visa ao estabelecimento das relações causais dos fenômenos e suas variáveis atuantes.

Em relação ao estudo de caso, Triviños (1992) considera que é uma classe de pesquisa abrangente, uma vez que o objeto de análise se apresenta como uma *unidade*, que importa conhecer de forma aprofundada. Quanto à ênfase, aponta que pode ser de ordem quantitativa ou qualitativa. Segundo diz, o que diferencia uma e outra, numa primeira observação, é que

o tratamento estatístico no estudo de caso é simples quando a análise é quantitativa. A análise qualitativa, pode ter apoio quantitativo, mas geralmente se omite a análise estatística ou o seu emprego não é sofisticado (Triviños, 1992: 111).

E quanto ao nível de aprofundamento da análise, particularmente empregado no estudo de caso qualitativo, o autor acrescenta que importa ponderar que

a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda no assunto. A simplicidade dos primeiros passos do investigador, tanto do noviço, como do experiente, pode conduzir o primeiro, o pesquisador incipiente, para apreciações equivocadas sobre o valor científico de seu trabalho. Este, por outro lado, marcado mais que outros tipos de pesquisa qualitativa, pela implicação do sujeito no processo e pelos resultados do estudo, exige severidade maior na objetivação, originalidade, coerência e consistência de idéias (Triviños, 1992: 134).

Portanto, conclui-se que os estudos de caso apresentam-se como um tipo de pesquisa eminentemente qualitativa e descritiva. Neles, o pesquisador deve abordar um objeto que se caracteriza pela unicidade. E tal

análise exige um grau de conhecimento sobre o tema, que tende a aumentar, à medida que crescem o compromisso e a profundidade da pesquisa. Assim, se captam as nuances e sutilezas, encobertas muitas vezes pela aparência enganadora do objeto ou contexto envolvente.

Em se tratando da descrição, Martins (1994) menciona sua importância no contexto das pesquisas de fundo qualitativo e se detém na análise alguns de seus aspectos conceituais, que seriam:

- a) audiência: a descrição se volta a uma audiência, na medida em que é direcionada a alguém, ou seja, a um sujeito que *não conhece* o assunto ou objeto descrito;
- b) tópico ou assunto: o objeto da descrição precisa existir para ser descrito. Assim, não é possível descrever algo que é fruto de imaginação. Em tal situação se tem um relato de experiência, e não descrição;
- c) posição relativa dos falantes e dos ouvintes: o indivíduo que descreve alguma coisa está em posição diferente do ouvinte, já que deve conhecer algo que o outro não conhece;
- d) funções: o propósito da descrição é auxiliar alguém a reconhecer alguma coisa;
- e) sucesso: a descrição deve ser capaz de facilitar o reconhecimento do objeto à audiência.

Ainda em se tratando da questão do *sucesso*, o autor frisa que não se pode avaliar uma descrição pelo ângulo do *falso* ou *verdadeiro*, mas sim considerá-la *pior* ou *melhor*. Isto decorre da constatação de que o ato de descrever implica exclusivamente dizer como um objeto pode ser diferenciado, ou seja, *reconhecido* ou representado em meio a *outras coisas*. De onde se conclui que

o mérito principal de uma descrição não é sempre a sua exatidão ou seus pormenores, mas a capacidade que ela possa ter de criar uma reprodução tão clara quanto possível para o leitor da descrição. Poderá haver tantas descrições de uma mesma coisa quantas sejam as pessoas que vejam essa mesma coisa (Martins, 1994: 56).

De forma que, como se percebe, os estudos descritivos podem ser mais complexos do que aparentam, tanto mais quando se trata de pesquisas com ênfase qualitativa, onde as teorizações que utilizam os meios dedutivos são quase sempre excluídas. Assim, cabe ao pesquisador qualitativo concentrar esforços no processo da descrição, de modo a torná-la clara e completa, tanto quanto possível.

O processo de descrição se desenrola a partir do uso de um ou mais métodos, os quais se associam ao problema de pesquisa e ao referencial teórico. Segundo Luna (1994), este é o *filtro* que permite ao pesquisador enxergar determinada realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades. Assim, conclui o autor, é necessário que as decisões metodológicas derivem sempre de um problema, que por sua vez será explicado pelo viés teórico que lhe deu causa.

Os métodos são analisados por Lakatos & Marconi (1986) sob os enfoques da abordagem e dos procedimentos. Assim, numa visão comparativa, os métodos de abordagem são os que se definem pela abrangência e se aplicam a contextos particulares de pesquisa. Por outro lado, os métodos de procedimento têm finalidades mais restritas e se aplicam ao âmbito da investigação de forma mais concreta.

Essa classificação geral dos métodos, embora se isente das discussões que giram em torno do seu aspecto quantitativo ou qualitativo, lança luz inicial sobre as possibilidades de demarcação das pesquisas e dos seus contextos, em nível mais ou menos amplo. Neste sentido, tem validade.

No que tange o uso dos métodos nas Ciências Sociais, Triviños (1992) delimita três enfoques principais: positivista, fenomenológico e marxista. Ele aponta que cada um deles tende a deter-se em determinado aspecto da realidade. Assim, enquanto o positivismo privilegia de forma quantitativa os fatos sobre os sujeitos, a fenomenologia inverte a questão para o ângulo subjetivo e a interpretação qualitativa dos fatos, buscando o seu significado e bases culturais. Já o marxismo subverte a ordem e avança para o campo das relações e contradições inerentes aos fatos, procurando não propriamente interpretá-los, mas transformar a realidade em que se inserem.

Assim, é preciso levar em conta que numa pesquisa existem diferentes possibilidades de abordagem do real. E mais, que este não pode ser compreendido de forma absoluta, razão pela qual o pesquisador opta por realizar uma leitura desta mesma realidade, sob um determinado viés teórico. Alguma negligência em relação a isto, pode levar a incorrer no erro de tornar

superlativo o uso das técnicas de pesquisa, em detrimento da *performance* do pesquisador, que na verdade é quem tem o direito à opção por uma ou outra corrente metodológica e deve assumir os riscos inerentes à escolha feita.

Essa superlativização, de acordo com Luna (1994), deriva-se de falsa crença, que tende a considerar as técnicas como se tivessem o poder de revelar algo mais do que a própria adequação ao problema formulado e ao referencial teórico. Seguramente, esta tendência desdobra-se em outro fato. Os pesquisadores passam a ser avaliados, no meio acadêmico, não pelo uso adequado das técnicas, mas pela opção por um ou outro método de abordagem ou corrente teórica. E concluindo, o autor aponta ainda outro desdobramento da questão que

evidencia-se na tentativa de confrontar diferentes tendências teórico-metodológicas como se a verdade de cada uma pudesse ser atestada pela fragilidade da outra. Ao contrário, a força de uma abordagem teórico-metodológica é demonstrada pela resistência à crítica que se exerce contra ela mesma (Luna, 1994: 33).

Portanto, as opções metodológicas não se pautam exclusivamente em modismos de época ou tendências acadêmicas, mas antes na capacidade de enxergar o caminho que o problema de pesquisa aponta. Neste vislumbre inicial encontram-se de fato as possibilidades de demarcação teórica e adequação metodológica da pesquisa, tanto em relação ao contexto envolvente como no que tange o aspecto do universo conceitual do pesquisador, suas opções e preferências.

5.2 Demarcação da pesquisa

Primeiramente, se demarca o espaço desta pesquisa, dizendo que sua situação-problema revelou a necessidade de compreensão, interpretação e proposta de modificação no processo de tratamento dado à documentação arquivística, inserida no contexto de uma instituição cultural. Para tanto, buscou-se embasamento nos referenciais teóricos da Arquivologia, optando-se por sua inserção no contexto de atuação de uma ciência da informação.

Em relação à ênfase metodológica, afirma-se que é qualitativa. Assim, nesta pesquisa, apesar de ter havido a necessidade de aplicação de técnicas quantitativas, o seu uso não teve como objetivo a generalização de resultados, mas antes, serviu como instrumento de descrição e interpretação do processo desejado, dentro dos enfoques analíticos previamente referenciados.

O que não equivale dizer que se tenha optado por negligenciar os resultados. Tanto estes como as proposições de mudança, foram devidamente apontados, no decorrer do processo e em apanhado geral, ao final do trabalho. Desta forma, foram considerados igualmente relevantes os atos de descrever, interpretar e propor elementos de transformação das situações investigadas.

Contudo, reitera-se que a dedicação maior se concentrou na compreensão da intenção por trás do suposto procedimento de recolhimento e acumulação de documentação, adotado pela Instituição analisada. E o fundo

de arquivo focado pela pesquisa serviu de pretexto para incitar à reflexão do processo, que culminou com a configuração atual do acervo institucional.

Assim, o tipo de abordagem dado ao contexto e ao problema, apontou para a escolha da pesquisa de campo, apoiada em estudo de caso. E ao pesquisador coube esta decisão por acreditar que um estudo deste nível ofereceria as condições necessárias para desvelar e detalhar o universo das teorias e práticas pretendidas pelo estudo.

Ainda no que diz respeito ao estudo de caso, optou-se pela abordagem qualitativa por entender que o múltiplo objeto de pesquisa - uma instituição cultural, o acervo e um dos fundos de arquivo - exigiria um estudo mais completo. E sabe-se que este tipo de análise, pelo nível de abrangência e complexidade, não pode se realizar sem um conhecimento profundo da realidade. E mais ainda que o envolvimento do pesquisador aumenta na relação direta com o aprofundamento no tema.

Finalmente, tendo-se efetuado a demarcação metodológica central desta pesquisa, interessa então definir um pouco mais as suas fases de investigação e execução, que serão demonstradas na seqüência.

5.3 Composição do universo da pesquisa

A construção do universo de pesquisa é o desafio inicial do pesquisador, porque exige um esforço muitas vezes exaustivo em busca de dados que ajudem a compor e interpretar uma situação-problema.

E foi dentro desta perspectiva que se realizou o levantamento das fontes documentais, textuais e orais. Durante toda a pesquisa, elas tiveram como escopo o aprofundamento dos conhecimentos, nos seguintes aspectos:

- a) missão e estrutura organizacional da Instituição;
- b) trajetória da Instituição, acervo e produtores;
- c) processo de acumulação, reunião e tratamento do acervo;
- d) relações entre os sujeitos e os fatos apresentados.

5.3.1 *Entrevista*

Para Minayo (1992) a entrevista é um instrumento singular das ciências sociais. Ela possibilita que por meio da *fala* se revelem estruturas, sistemas de valores, normas e símbolos. Paralelo a isso, através da atuação de um *porta-voz* e sob determinadas condições - que são históricas, sócio-econômicas e culturais - transmite as representações de grupos.

No ponto de vista de Haguette (1992), a entrevista é um processo de interação social entre duas pessoas. Assim, o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações do entrevistado. Com este intuito, realiza um roteiro prévio, no qual lista os pontos ou tópicos a serem abordados, de acordo com a problemática central da pesquisa.

Em relação ao tipo de entrevista que se adapta à pesquisa qualitativa, o semi-estruturado é tido como privilegiado, porque *ao mesmo*

tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (Triviños, 1992: 146).

Assim, nesta pesquisa, optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas e focalizadas, como recurso metodológico. Isto se deu, em função da necessidade de manter a ênfase qualitativa do estudo. E também pelo fato de que o pesquisador é conhecedor da Instituição e mantém um envolvimento acadêmico com a mesma, há pelo menos sete anos. Portanto, no momento da investigação, os entrevistados já faziam parte do universo do entrevistador e isto evidentemente favoreceu a interação entre ambos.

O roteiro que serviu de base para a formulação das questões de entrevista, apresentou os seguintes tópicos de investigação (ANEXO A):

- a) trajetória da Instituição e missão;
- b) estrutura organizacional, cargos e funções setoriais;
- c) trajetória do acervo e fundo de arquivo, nos aspectos da acumulação e reunião de documentos;
- d) processo de organização e tratamento do acervo e fundo;
- e) trajetória do titular e indivíduo retratado pelo fundo;
- f) possíveis usuários e usos da informação do acervo.

Os entrevistados foram selecionados intencionalmente pelo pesquisador. Assim, foram entrevistados os indivíduos considerados absolutamente essenciais no esclarecimento dos tópicos de entrevista predeterminados TAB. 1. As condições gerais observadas no processo de escolha dos informantes foram:

- a) envolvimento direto com a documentação, no exercício de atividades funcionais;
- b) posição hierárquica na estrutura organizacional;
- c) formação profissional e tempo de atuação na Instituição.

TABELA 1

Identificação e perfil dos entrevistados

Item	Identificação do entrevistado ¹	Formação acadêmica principal	Mais alto nível de instrução	Mais alto cargo ou função exercida na Instituição	Tempo de permanência na Instituição (em anos)
01	Entrevistado A	Música	Secundário	Presidente	9
02	Entrevistado B	História	Mestrado	Chefe de Setor	17
03	Entrevistado C	História	Graduação	Chefe de Supervisão	18
04	Entrevistado D	História	Graduação	Secretário	5

NOTA - 1: Os entrevistados autorizaram a divulgação dos seus nomes, mas optou-se por manter o sigilo.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em locais, datas e horários agendados com os entrevistados. Houve uma certa flexibilidade na

condução das mesmas, uma vez que os depoimentos não foram gravados e também não houve delimitação do tempo de duração. Via de regra, estes não ultrapassaram o limite de 60 minutos.

Os entrevistados tiveram liberdade na exposição da fala e o pesquisador utilizou formulário de entrevista para registrar os dados obtidos. Assim, eles responderam espontaneamente às questões pertinentes às suas atribuições e cargos, tendo em vista o envolvimento com o acervo. Os depoimentos foram finalizados quando os itens do formulário foram contemplados de forma satisfatória²⁵.

5.3.2 *Pesquisa bibliográfica e documental*²⁶

A pesquisa bibliográfica se efetuou em duas etapas. Primeiramente, recorreu-se à literatura das áreas de Ciência da Informação e Arquivologia, com a intenção de levantar o referencial teórico capaz de dar sustentação ao trabalho de campo e responder às indagações do pesquisador. Neste sentido, pode-se dizer que o trabalho foi exaustivo, mas fundamental.

²⁵ Houve casos em que mesmo depois de finalizada a etapa de entrevista o pesquisador teve a possibilidade de recorrer aos entrevistados, para esclarecer algum ponto obscuro da investigação, no que foi prontamente atendido pelos mesmos.

²⁶ A relação detalhada das fontes citadas neste item encontra-se nas referências bibliográficas.

Num segundo momento, recorreu-se a publicações da Instituição e também a pesquisa monográfica desenvolvida em 1999, pelo pesquisador, versando sobre o diagnóstico de conservação do acervo institucional. Tais fontes auxiliaram no esclarecimento e confrontamento dos pontos enfocados na etapa de entrevista.

Durante a pesquisa documental, efetuou-se também a coleta dos dados disponíveis nos termos de empréstimo, no Estatuto de funcionamento e na lei de criação da Instituição. Os primeiros foram consultados com o objetivo de traçar um perfil para os usuários e usos do acervo, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002. O recorte foi estabelecido, pois, em pesquisa anterior, ambos - o perfil dos usuários e a frequência de uso do acervo - haviam sido abordados, num intervalo de tempo situado entre 1996 e 1999. De modo que de posse de todos estes dados se teve condições de traçar um perfil abrangente dos usos e usuários do acervo nos últimos sete anos.

Mas, apesar disso, os usos e usuários do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva não puderam ser avaliados, porque a Instituição não realiza o controle estatístico dos conjuntos. De toda forma, a ausência de tais dados não inviabilizou as análises deste item da pesquisa.

Finalizando, o Estatuto de funcionamento e a Lei de criação da Instituição foram consultados com o objetivo de confirmar dados históricos da Fundação, sua missão e atual estrutura de funcionamento. Naturalmente, tanto estas como as demais fontes primárias, foram confrontadas com os dados coletados durante as entrevistas.

5.3.3 Amostragem aleatória

A técnica de amostragem aleatória é um instrumento utilizado para caracterizar um conjunto, genericamente designado por população, a partir da observação e análise de sua fração, a amostra.

O que designa uma amostragem aleatória é o fato de que as amostras são extraídas ao acaso, o que garante que todos os itens de uma população, definidos como unidades de amostra, tenham as mesmas condições de serem selecionados pelo pesquisador. Este cuidado confere um certo grau de confiabilidade à mesma, considerada assim como representativa da população de referência.

Um outro procedimento recomendado para garantir a representatividade e confiabilidade da amostra diz respeito aos percentuais. De forma que nas populações consideradas homogêneas, a opção adequada é a extração de percentuais menores. Nas heterogêneas, ao contrário, estes devem ser maiores.

Em relação a esta pesquisa pode-se dizer que a utilização da amostragem aleatória atendeu ao objetivo de auxiliar no levantamento dos dados existentes nas chamadas “fichas catalográficas”, pertencentes ao Fundo Sebastião de Affonseca e Silva. Tais fichas são o instrumento-padrão adotado pela Fundação para classificar os documentos.

A opção por realizar a amostragem justificou-se pela necessidade de descreverem-se os procedimentos que orientaram o processo de tratamento do

acervo arquivístico institucional, de forma confiável, garantindo assim uma interpretação condizente com a realidade.

Para fins de extração das amostras, as populações do Fundo foram identificadas da seguinte maneira:

- a) **População 1:** fichas catalográficas dos documentos textuais do “Arquivo do Museu Dona Beja”;
- b) **População 2:** fichas catalográficas dos documentos textuais do “Arquivo Dom José Gaspar”;
- c) **População 3:** fichas catalográficas das fotografias do “Arquivo Dom José Gaspar”.

Nas populações acima mencionadas, decidiu-se pelo percentual de amostra de 10%. As fichas catalográficas caracterizam populações bastante homogêneas, o que justificou a opção por este valor, considerado suficiente para validá-las. Por outro lado, esta decisão foi reforçada pelo fato de que os dados coletados não seriam utilizados para a realização de inferências dedutivas, mas sim no confronto com os dados de entrevista. E ambos, os dados de amostragem e entrevista, atuaram como recurso auxiliar no processo de descrição do Fundo.

A identificação e o sorteio das unidades de amostra efetuou-se por meio da Tabela de Números Aleatórios. Assim, cada unidade sorteada foi identificada, recorrendo-se à Tabela e ao “código local” correspondente, na ficha catalográfica. Exemplificando a situação, o número 035, sorteado na

Tabela, correspondeu à ficha catalográfica identificada pelo código local 035 (ANEXO B e C).

Exceção a este procedimento deu-se na identificação das fotografias do “Arquivo Dom José Gaspar” ANEXO D. Como os seus códigos locais não obedecem à seqüência numérica progressiva, optou-se por identificá-las pela atribuição de numeração fictícia, de 001 a 210, abarcando, portanto, todo o universo populacional de 210 itens. Em seguida, o sorteio procedeu-se da mesma forma que nas demais populações mencionadas.

Houve, ainda, um quarto grupo, composto pelas fichas catalográficas referentes às fotografias do “Arquivo do Museu Dona Beja”, no qual não se realizou a amostragem aleatória, por se tratar de universo populacional bastante reduzido, constituído por apenas 36 unidades. Neste caso, optou-se pela realização da coleta de dados em 100% das fichas.

5.4 Representação do universo da pesquisa

A representação do universo de uma pesquisa depende diretamente de sua composição. Neste trabalho, os instrumentos visuais serviram de apoio na organização e disposição dos dados previamente coletados. Eles serão enumerados na seqüência.

5.4.1 Organograma

Este dispositivo deu uma idéia estrutural do quadro funcional da Instituição, localizando hierarquicamente os seus departamentos, setores e supervisões. Isto auxiliou na visualização dos cargos e/ou funções descritos.

5.4.2 Quadro de Fundos

Tal quadro é visto pela literatura arquivística como um instrumento descritivo, usado para representar um fundo de arquivo, dentro de estrutura que reflita os aspectos de organicidade e proveniência de suas partes.

No Fundo Sebastião de Affonseca e Silva, tal estruturação dependeu de análise prévia do conteúdo do acervo. Assim, optou-se primeiramente pela elaboração do Quadro de Fundos da Fundação Cultural Calmon Barreto, baseando-se em modelo sugerido pela literatura ANEXO E. Em seguida, situou-se o Fundo, dentro daquele universo.

5.4.3 Quadros e tabelas

Esses instrumentos foram elaborados para representar os dados obtidos na amostragem das fichas catalográficas e na pesquisa documental, esta última realizada nos termos de empréstimo da Fundação.

Tais dados, em síntese, foram:

- a) registro de usuários do acervo e frequência de empréstimos;
- b) registro de finalidade de uso de itens do acervo;
- c) itens de amostra;
- d) listas de cabeçalhos de assuntos;
- e) códigos locais;
- f) assuntos e descritores;
- g) sumários e resumos;
- h) observações.

5.4.4 Figuras

Sem entrar no mérito da multiplicidade de interpretações sugeridas por uma fotografia, pode-se dizer que nesta pesquisa elas foram utilizadas como recurso visual, no intuito de ilustrar determinadas falas do texto, enriquecendo-o e ao mesmo tempo facilitando o processo descritivo. Portanto, seu uso destinou-se à instrução do leitor que desconhece o ambiente de investigação do pesquisador.

5.5 Interpretação do universo da pesquisa

Toda pesquisa tem um espaço de contribuição e uma validade, que são estabelecidos dentro de um universo particular, que, uma vez composto e representado, precisa ser interpretado, para que adquira algum significado. Tal interpretação somente se torna possível, mediante o entrecruzamento dos dados apurados e os conhecimentos obtidos da literatura. Assim, de acordo com o próprio universo conceitual e opções metodológicas, o pesquisador constrói as análises pertinentes ao tema investigado.

Na atual pesquisa, os capítulos 6, 7 e 8, que virão na seqüência, foram destinados às interpretações e proposições do pesquisador, em face dos dados apurados. E o viés teórico que as fez transparecer foi apresentado previamente nos capítulos 2, 3 e 4.

Neste momento, é interessante registrar que o universo da pesquisa foi sendo descortinado à medida que as opções metodológicas apontavam a direção. Porque, diferentemente de Alice, personagem da ficção, se soube desde o início onde interessava chegar. No entanto, ponderando sobre o trecho em epígrafe e reafirmando o que disse a consciência do Gato Cheshire à menina, nem mesmo a precisão do destino impediu de se caminhar bastante.

6 CAMINANTE NO HAY CAMINO SINO ESTELAS EN LA MAR

O mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que vivo. Sou aberto ao mundo, me comunico indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável.

Merleau-Ponty (1908-1961)

6.1 A trajetória da Fundação Cultural Calmon Barreto ²⁷

A Fundação Cultural Calmon Barreto surgiu do esforço de um grupo de músicos, artistas e intelectuais locais que, no início dos anos 80, solicitaram à Secretaria Estadual de Cultura a criação de um conservatório de música. Todavia, outras necessidades levaram à opção pela criação de uma instituição cultural. Assim, os projetos conduziram à elaboração do Estatuto de funcionamento e à nomeação da primeira Diretoria e Conselho Fiscal, em 27 de junho de 1984, oficializando a existência da Instituição.

²⁷ O processo de descrição da trajetória da Instituição se baseou nas entrevistas e na pesquisa bibliográfica, cuja referência é: FREITAS, 1999: 36-43.

Inicialmente, a Fundação funcionou em caráter provisório, nas dependências do Museu Dona Beja, atualmente sob sua administração. Contudo, aquele espaço físico era restrito e insuficiente, o que forçou a procura por um local mais adequado, que pudesse ser adquirido inclusive como sede definitiva da Instituição.

Isso se obteve em março de 1985, quando o prédio da antiga estação da cidade, desativado desde o ano de 1982, foi cedido pela Rede Ferroviária Federal, através de termo de comodato, intermediado pela Secretaria Estadual de Cultura. Esta condição alterou-se mais tarde, com a transferência decisiva do edifício à Prefeitura, o que culminou no seu tombamento em nível municipal, instituído através da Lei nº 2.411, de 28 de dezembro de 1990. Desde então, o edifício vem sendo mantido pela Instituição, que conta com o apoio do poder público municipal (FIG. 1 e 2).



FIGURA 1 - Fachada frontal do edifício, em estilo neoclássico.



FIGURA 2 - Vista da lateral posterior-esquerda do edifício e pátio

Com a posse definitiva do edifício, a Fundação passou a direcionar esforços para a organização administrativa e funcional de seus setores e serviços, bem como a constituição do acervo. Assim, definiram-se a estrutura organizacional, a missão e as áreas de atuação. Para isto, contou, ainda, com o apoio de um grupo de especialistas em educação e cultura, contratado na gestão da primeira diretoria, o que ocorreu em seguida à formação de sua equipe de trabalho, nomeada pelo prefeito.

A Fundação Cultural leva o nome de Calmon Barreto, porque decidiu prestar homenagem a este artista plástico, nascido na cidade, em cujo currículo constam atividades acadêmicas e artísticas relevantes exercidas no Rio de Janeiro, dentre elas a de professor, na Escola de Belas Artes, e a de gravador-mestre, na Casa da Moeda. O artista recebeu, ainda, como escultor e gravador, importantes prêmios em salões de arte brasileiros.

Muito provavelmente, o fator decisivo para a identificação da Instituição ao artista tenha sido a sua demonstração de profundo interesse pela história, pelo homem e pelo ambiente da cidade e região. Isto foi bastante evidenciado em boa parte de sua obra, de temática predominantemente descritiva, onde utilizou o pincel como instrumento para desvendar o sertanejo, o vaqueiro, a fauna, o relevo e a vegetação tão peculiares da região, sem deixar de registrar o cotidiano da cidade de Araxá, com suas casas e edifícios históricos, alguns dos quais ainda subsistem na paisagem urbana. Outros, já demolidos, se eternizam na memória do povo e nas telas do artista.

O artista também fez parte do grupo idealizador e fundador da Instituição e segundo consta foi seu contribuinte permanente, dando apoio financeiro e profissional. O ano de 1994 marcou o seu falecimento. Parte do conjunto de sua obra foi doada por familiares, alguns anos mais tarde, e incorporou-se ao acervo da Fundação, que inaugurou, na cidade, o Museu Calmon Barreto, local onde se pode ter atualmente uma amostra bastante representativa de sua trajetória artística.

6.2 A missão e estrutura organizacional

A Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá é uma instituição de direito público e tem a Prefeitura Municipal como órgão mantenedor. O raio de atuação abrange a área cultural em vários segmentos, alcançando do ponto de vista administrativo o exercício de funções pertinentes a uma Secretaria Municipal de Cultura.

A missão preferencial da Fundação, de acordo com dados de entrevista e Lei de criação, nº 1905, de 27 de junho de 1984 ANEXO F, é proteger o patrimônio cultural da cidade, direta ou indiretamente sob a sua guarda, resgatar e incentivar as manifestações originais das culturas local e regional, dando apoio aos artistas e escritores, de modo geral. Esta missão está presente também no seu atual Estatuto de funcionamento ANEXO G. Conseqüentemente, a Fundação é uma instituição de fomento à cultura e de preservação dos bens culturais. E atua também na promoção de eventos do gênero, relevantes para o município e região.

A Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá tem por finalidade promover, apoiar e incentivar as manifestações culturais do município, formar talentos, construir e divulgar a memória local e, junto das autoridades competentes, procurar os meios de preservação de seu patrimônio histórico e artístico (Araxá, 2001 a: 1)

Além da incorporação do edifício-sede, a Fundação auxiliou a Prefeitura na reforma e transferência de outros edifícios, que fazem parte do patrimônio da cidade e do Estado. Neles, mantém em funcionamento quatro museus, a Escola de Música, a Casa de Cultura e, sob regime de arrendamento à iniciativa privada, o antigo cinema e associação de lazer da cidade, chamado “Clube Brasil”. Este espaço, anteriormente desativado, foi reaberto recentemente, após a realização de ampla reforma. O local tem sido utilizado para a produção de eventos culturais, fomentados diretamente pela Fundação ou mesmo indiretamente, por meio de grupos ou empresários do meio artístico local. Desde a inauguração, que se deu após a reforma do

edifício, o cinema - que funciona no pavimento inferior do edifício - é regularmente aberto ao público para a apreciação de sessões cinematográficas comerciais. No andar superior funcionam, ainda, a Biblioteca Pública Municipal e a Academia Araxaense de Letras.

Atualmente, os recursos humanos que compõem o quadro funcional da Fundação perfazem um total de 64 funcionários. Tal número, quando analisado em termos relativos, demonstra a existência de carência profissional em algumas áreas, especialmente nos setores diretamente vinculados ao acervo e projetos, onde o corpo técnico é bastante reduzido.

No que tange a formação e qualificação dos profissionais diretamente responsáveis pelo acervo, nota-se que a área predominante, desde a origem da Instituição, tem sido a de Ciências Humanas, com destaque para o campo da História. Todavia, a formação acadêmica predominante nos setores administrativos tem se situado nas áreas de Direito e Música. Por outro lado, é relevante mencionar que não há arquivistas ou mesmo cientistas da informação no seu quadro funcional.

O trabalho de preservação da técnica do tear manual, originário da tradição regional, vem sendo realizado cotidianamente nas dependências da Instituição, por meio de um programa de apoio aos artesãos locais, o qual se mantém desde a origem da Instituição. Os profissionais recebem um salário mensal fixo para preservar o ofício e o resultado do seu trabalho é exposto e comercializado em loja de artesanato, que funciona na própria sede da Fundação. Há, ainda, duas secretárias compondo o quadro funcional. Elas subsidiam os diversos setores de trabalho da Instituição.

Desde a criação, a Fundação passou por fases de formulação e reformulação do organograma, de modo que, no momento, encontra-se estruturada e subdividida em um departamento e sete setores, os quais se acham diretamente subordinados à presidência e conduzem suas respectivas supervisões. A presidência, por sua vez, subordina-se imediatamente à prefeitura municipal (FIG. 3).

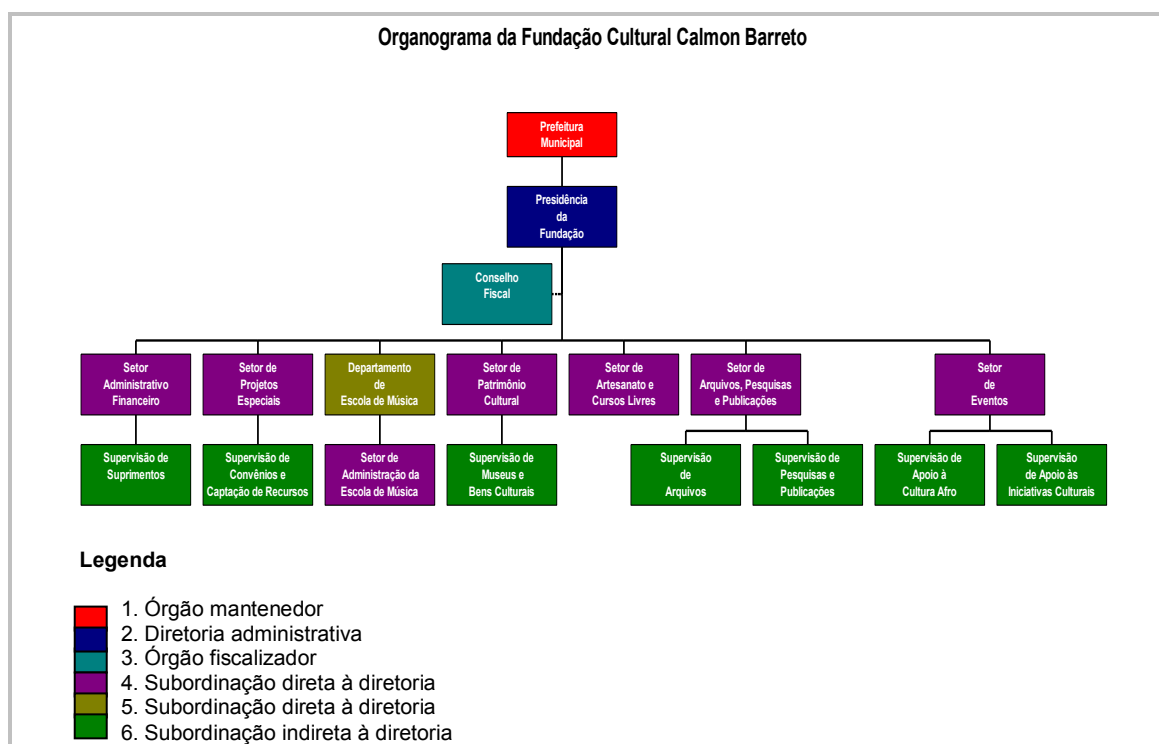


FIGURA 3 - Organograma atual da Fundação Cultural Calmon Barreto

FONTE: Estatuto da Fundação Cultural Calmon Barreto. Disponível em: ARAXÁ, 2001 a: 2.

Assim, na seqüência se fará uma breve descrição dos cargos e funções constantes do organograma institucional atual, apoiando-se nos dados obtidos na pesquisa documental e também nas entrevistas realizadas na Instituição. Deste modo, se terá uma idéia clara e sucinta dos níveis de estruturação existentes e suas respectivas competências.

6.2.1. Cargos e funções ²⁸

6.2.1.1 Presidência

Cargo que responde pela administração da Instituição. O presidente exerce funções equivalentes às de um secretário de cultura, ocupação inexistente no organograma da Prefeitura Municipal. Está subordinado ao Executivo local, sendo designado por portaria expedida pelo prefeito. A nomeação dos titulares dos demais cargos do quadro administrativo é de sua responsabilidade, assim como a definição dos planos de ação dos setores e do Departamento de Escola de Música, tendo em vista as prioridades e a atuação integrada entre eles.

6.2.1.2 Conselho Fiscal

É um Conselho autônomo, composto por três membros efetivos e seus respectivos suplentes. Os conselheiros são nomeados por meio de decreto executivo municipal, para um período de quatro anos. A sua função é realizar a fiscalização financeira da Instituição, executando todos os atos a ela pertinentes. O Conselho compõe-se de profissionais de reconhecido desempenho na área fiscal e idoneidade moral. O mandato não é remunerado.

²⁸ Todo o processo de descrição dos cargos e funções, conforme se mencionou, baseou-se nos dados de entrevista e na pesquisa documental, realizada no Estatuto da Fundação Calmon Barreto.

6.2.1.3 Setor Administrativo-Financeiro

Este setor atua diretamente subordinado à presidência da Fundação, sendo o responsável pela sua gestão patrimonial, financeira e orçamentária. A dotação institucional é estipulada anualmente, no orçamento da Prefeitura Municipal, que vale frisar, é o seu órgão mantenedor. A Instituição goza de autonomia na gestão financeira e administrativa de recursos. Além disto, pode manter parcerias com instituições governamentais ou particulares, na execução de programas e projetos que tenham objetivos culturais. O setor mantém a Supervisão de Suprimentos sob sua responsabilidade, e esta tem por funções promover e controlar o processo de licitação, de compra e de suprimento da Instituição.

6.2.1.4 Setor de Projetos Especiais

Este setor é o responsável pela elaboração, supervisão e implementação de projetos e convênios culturais desenvolvidos em nível institucional. Ele é atendido diretamente pela Supervisão de Convênios e Captação de Recursos que, como o próprio nome sugere, é aquela que intervém junto à iniciativa governamental ou privada, com o intuito de obter os recursos necessários à execução dos referidos projetos.

6.2.1.5 Departamento de Escola de Música

Este departamento é o responsável pelo fomento às atividades culturais musicais, na cidade e região, tendo em vista a sua difusão e preservação. Por meio dele se mantém a “Escola Municipal de Música Maestro Elias Porfírio de Azevedo”, localizada nas proximidades do edifício da Fundação, em construção reformada e incorporada ao seu patrimônio.

Tal construção pertenceu à Rede Ferroviária Federal, tendo sido utilizada como residência funcional do chefe da Rede Regional. A aquisição definitiva, efetuada recentemente pela Prefeitura, significou o coroamento de um grande esforço por parte da Instituição e da Escola de Música, que até então não possuía um local próprio para o funcionamento.

A Escola conta com um corpo docente que leciona a arte musical em várias modalidades. O seu objetivo mais relevante tem sido difundir o gosto pela música na comunidade, desenvolvendo potencialidades, talentos e preservando suas manifestações culturais.

Em nível hierárquico, a Escola encontra-se diretamente subordinada à presidência da Fundação, sendo assistida pelo chamado Setor Administrativo, que coordena a Secretaria e administra os recursos orçamentários e financeiros, além de orientar no desenvolvimento das atividades de cunho docente e discente.

6.2.1.6 Setor de Patrimônio Cultural

Este Setor atua na guarda e manutenção dos bens culturais do município. Para isso, realiza eventos ligados à arte e à cultura, organiza exposições temporárias, lançamentos de livros e desenvolve atividades educativas, na área do patrimônio. Ele também tem como atribuição o fornecimento de apoio técnico ao Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (CONDEPAC).

O Setor conta com a Supervisão de Museus e Bens Culturais, responsável pelo funcionamento dos museus municipais ²⁹ e pela salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural do município, o que normalmente se efetiva por meio da participação da Fundação em atos como identificação, conservação, restauração e tombamento dos bens culturais locais.

Em geral, os museus prestam atendimento ao público da cidade e região, através do desenvolvimento de programas na área de Arte-Educação e também apoiando as chamadas visitas orientadas, as quais se realizam em parceria com as instituições educativas do município e são destinadas especialmente aos estudantes dos níveis de ensino fundamental e médio.

²⁹ Existem quatro museus sob a responsabilidade direta desta Supervisão: Museu Histórico de Araxá Dona Beja, Museu Sacro da Igreja São Sebastião, Museu Calmon Barreto e Museu da Imagem e do Som.

6.2.1.7 Setor de Artesanato e Cursos Livres

Este Setor orienta o trabalho de continuidade da tradição da tecelagem manual, em tear mineiro. Ele atua na formação de novos artesãos, na divulgação e na comercialização da produção, o que ocorre nas dependências da Instituição - em loja anexa à oficina - , ou mesmo nas feiras artesanais eventuais, realizadas no município e região.

Ao longo dos anos, tem proporcionado à comunidade os chamados "Cursos Livres", que ocorrem na Fundação, mas com a infra-estrutura em geral a cargo de terceiros. Os cursos são oferecidos em várias modalidades, entre as quais o tear manual, o bordado arraiolo, o desenho e a pintura sobre tecido e tela. E não têm fins lucrativos. Os seus resultados normalmente são mostrados em exposições realizadas pelos alunos, ao final de cada período ou curso.

6.2.1.8 Setor de Arquivos, Pesquisas e Publicações

Este setor, através da Supervisão de Pesquisas e Publicações, se incumbem da memória do município, dedicando-se à preservação documental, à pesquisa histórica e sua difusão. Ele atua como referencial nas atividades relacionadas à pesquisa escolar e acadêmica, além de prestar serviço como fonte de informação histórica aos órgãos públicos ou privados, particulares e

imprensa. É o responsável pela elaboração do boletim "O Trem da História", veículo periódico de divulgação de suas pesquisas historiográficas, que circula desde 1991. Além disto, o setor tem publicado obras de referência para a história do município, por meio do desenvolvimento de projetos, em parceria com empresas privadas e instituições públicas.

Este setor conta também com a Supervisão de Arquivos, responsável direta *pela guarda, catalogação, conservação e preservação dos acervos documentais e iconográficos* (Araxá, 2001 a: 7). E as atribuições especialmente direcionadas à manutenção dos acervos arquivísticos institucionais ³⁰, encontram-se destacadas no Estatuto da Instituição, de acordo com o que segue:

- I. *Supervisionar, acompanhar e monitorar o **controle dos arquivos** públicos, particulares e dos acervos documentais reunidos na Fundação;*
- II. *Promover a **ampliação do Arquivo** sob formas de **doação** ou **aquisição**;*
- III. *Zelar pela **preservação do Arquivo** de acordo com as técnicas de conservação;*
- IV. *Subsidiar a pesquisa histórica sobre o município junto aos demais Setores da Fundação e à comunidade como um todo;*
- V. ***Disponibilizar ao público os Arquivos**, para serem usados como fonte de consulta e pesquisa;*
- VI. *Realizar estudos e pesquisas históricas;*
- VII. *Elaborar publicações referentes à memória histórica* (Araxá, 2001 a: 7). [grifos nossos]

³⁰ Em tais atribuições já se tem uma idéia da concepção de arquivo e sua dinâmica, no âmbito da Instituição. No capítulo 8, estes aspectos serão retomados para análise.

6.2.1.9 Setor de Eventos

Este setor se incumba do fomento às atividades que envolvem diferentes segmentos da sociedade, incentivando as manifestações culturais e buscando novos talentos artísticos. Ele conta com o apoio da Supervisão de Apoio à Cultura Afro, que promove e coordena eventos da tradição negra na comunidade, visando à manutenção de manifestações e programas de valorização e conscientização de sua cultura. A Supervisão de Apoio às Iniciativas Culturais é um outro segmento subordinado a este setor. Ela dá suporte técnico e operacional às atividades anteriormente descritas.

6.3 O processo de formação e configuração do acervo

O trabalho desenvolvido pela Fundação Cultural Calmon Barreto, especificamente na área do patrimônio documental arquivístico, iniciou-se no ano de 1984, sob a responsabilidade do setor denominado “Centro de Preservação do Patrimônio Histórico”. Daí, até o ano de 1987, a Instituição conseguiu reunir a maior parte do acervo atual. De acordo com depoimentos coletados em entrevistas, este foi o momento em que se optou pela realização de visitas a proprietários de acervos públicos e privados da cidade, com o objetivo de levantar o maior volume de documentação possível e iniciar a organização e o tratamento do acervo, nos moldes definidos pela Instituição.

Assim, a Fundação reuniu o seu primeiro acervo, proveniente de Sebastião de Affonseca e Silva. Uma parte deste conjunto, acumulada pelo titular no exercício da tarefa de memorialista, foi doada por ele mesmo a um museu local e chegou à Instituição no ano de 1985, onde passou a ser denominada “Arquivo do Museu Dona Beja”. A outra parte só chegaria em 1987, através de doação feita pelos seus familiares, constituindo o “Arquivo Dom José Gaspar”. Esta documentação será mais bem descrita em capítulo posterior, porque é o objeto de estudo desta pesquisa (FIG. 4).



FIGURA 4 - Detalhe do “Arquivo do Museu Dona Beja” (*acima*) e “Arquivo Dom José Gaspar” (*abaixo*), em local de armazenagem

Também em 1985, a Fundação iniciou a reunião e organização do “Arquivo Fotográfico” e do “Arquivo de Periódicos”, paralelamente à produção e acumulação de documentação própria, que passaria a se constituir no “Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico”.

O processo de formação do “Arquivo Fotográfico” iniciou-se através da reunião de originais e cópias fotográficas, provenientes de acervos particulares e providenciados pela Instituição. De modo que, atualmente, este acervo compõe-se de 7.930 fotografias originais, nos processos colorido e preto & branco, distribuídas em 529 pastas de arquivo, além de películas flexíveis e cópias fotográficas, sendo estas últimas em menor número.

De acordo com dados das fichas catalográficas, a temática do acervo é variada. Ela vai desde o homem comum às pessoas proeminentes, passando pelo espaço urbano, eventos, obras públicas da cidade e imagens florais. Os seus itens acham-se classificados e arquivados individualmente, tendo-se em conta o assunto e o código alfa-numérico seqüencial e progressivo. Há ainda um grupo de fotografias referentes à administração de dois prefeitos da cidade. Elas estão sendo tratadas e arquivadas por meio de códigos próprios, o que as individualiza perante o restante do acervo. Até o presente, perfazem um total de 2.910 itens, armazenados em arquivos metálicos com gavetas (FIG. 5 e 6).



FIGURA 5 - Detalhe do “Arquivo Fotográfico”, em local de armazenagem (1)



FIGURA 6 - Detalhe do “Arquivo Fotográfico”, em local de armazenagem (2)

O “Arquivo de Periódicos” iniciou-se a partir da reunião de jornais e panfletos doados por pessoas físicas, órgãos públicos e empresas privadas, além dos que foram acumulados pela Instituição, ao longo dos anos, na condição de assinante. Em princípio, podem ser citados como seus órgãos de proveniência a Câmara, a Prefeitura Municipal e duas empresas privadas de comunicação da cidade.

De acordo com dados de entrevista, este acervo foi agrupado exclusivamente com base no formato. E conforme se observou, existem títulos de periódicos que não mais circulam no município ou região. Eles datam das primeiras décadas do século XX e são os exemplares mais antigos de que dispõe a Instituição, estando acondicionados avulsos, em *folders* (FIG. 7).

Esta pesquisa demonstrou que uma parte desses periódicos foi acumulada por Sebastião de Affonseca e Silva, titular de outros conjuntos

institucionais investigados. Em 1985, quando o seu conjunto documental foi enviado à Instituição, procedeu-se à remoção dos periódicos do seu grupo de origem e à sua integração ao “Arquivo de Periódicos”, onde permanecem.



FIGURA 7 - Detalhe dos *folders* do “Arquivo de Periódicos”, em local de armazenagem (1)

Os títulos mais recentes são os que foram acumulados pela Fundação e também aqueles doados pelas empresas de comunicação locais. Pelo que se pôde apurar, a maioria deles ainda encontra-se em circulação no município. Eles estão dispostos no formato de encadernações comerciais, providenciadas pela Instituição e pelos órgãos de onde provêm (FIG. 8).

De acordo com observação feita, parte desse acervo recebeu ordenação em forma de lista cronológica e de títulos. Contudo, vale salientar que a ausência de um tratamento informacional global, neste acervo, tornou impossível a tarefa de determinar o seu volume total.



FIGURA 8 - Detalhe das encadernações do “Arquivo de Periódicos”, em local de armazenagem (2)

O terceiro grupo, que se configurou a partir de 1985, foi o “Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico”. Conforme dados de entrevista, ele também resultou da reunião de documentação proveniente de pessoas físicas, através do desenvolvimento de projeto de levantamento de acervos. Além disto, possui documentação produzida e acumulada pelo departamento que deu nome ao conjunto, o qual, por sua vez, deu lugar posteriormente ao Setor de Patrimônio Histórico e, mais recentemente, ao Setor de Patrimônio Cultural.

Nesse conjunto, podem ser encontrados documentos de formatos diversos, entre eles os recortes de jornais, as revistas, os folhetos, os panfletos e os cartões. Além destes, existem os registros que pertencem a espécies documentais diversas. Eles são os relatórios, as cartas, as notas fiscais, as atas e os contratos. O acervo é relativamente reduzido e compõe-se de 380

unidades documentais, classificadas individualmente pelo assunto e arquivadas sob código alfa-numérico seqüencial e progressivo. Os seus itens recebem acondicionamento primário e secundário em *folders* e caixas de arquivo, respectivamente. A armazenagem das cinco caixas que totalizam o acervo se faz em armário metálico (FIG. 9).

Ainda em 1985, quando se iniciou o processo de formação dos conjuntos anteriores, a Fundação obteve licença para organizar e reproduzir documentação pertencente à família politicamente influente em Araxá, no final do século XIX e início do XX. As reproduções se realizaram com o apoio da iniciativa privada e resultaram no “Arquivo da Família Aguiar”.

Esse conjunto compõe-se de registros do gênero textual, configurados em diversos tipos documentais. Entre eles, podem ser citadas as escrituras e os recibos de compra e venda de imóveis; as notas promissórias, os inventários e avaliações de bens; os títulos de eleitor, as cartas recebidas e também expedidas.

Esse conjunto tem um volume relativamente reduzido. Todas as suas 268 unidades documentais acham-se classificadas individualmente pelo assunto e arquivadas sob código alfa-numérico seqüencial e progressivo, procedimento, aliás, também observado nos conjuntos anteriores. Os itens estão acondicionados em *folders* e em duas caixas de arquivo, após o que são armazenados em armário metálico (FIG. 9).

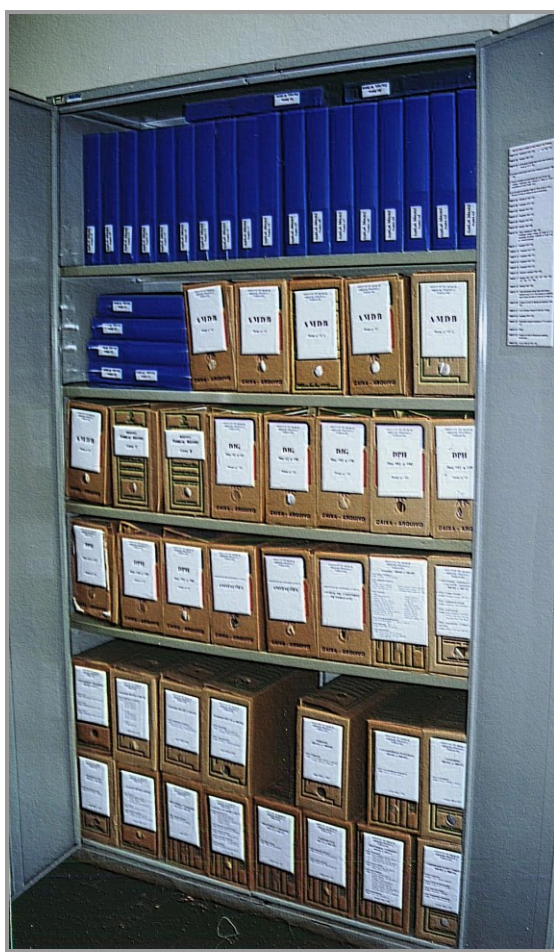


FIGURA 9 – Alguns dos conjuntos institucionais em local de armazenagem: “Arquivo da Igreja Matriz” e “Arquivo do Museu Dona Beja” (*acima*); “Arquivo Dom José Gaspar”, “Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico” e “Arquivo da Família Aguiar” (*centro*); parte do “Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal de Araxá” (*abaixo*)

Paralelo aos esforços anteriores, entre os anos de 1984 e 1987, a Fundação deu início ao "Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico", exercendo atividades que resultaram na formação de dois outros conjuntos institucionais, intitulados “Arquivo de Levantamento da Imigração” e “Arquivo de Bens Culturais”.

Em relação ao primeiro, verificou-se que agrega documentação produzida e acumulada entre os anos de 1985 e 1986. Ela provém da própria Fundação, no exercício da atividade de pesquisa oral, direcionada ao levantamento de dados sobre o processo de imigração na cidade de Araxá. Este é um conjunto de volume reduzido, composto por 131 unidades documentais, que constam de fichas de cadastramento de imigrantes e familiares. Nelas, foram registrados dados referentes à sua origem, manifestações culturais e processo de adaptação social. Estas fichas foram classificadas e arquivadas individualmente, obedecendo ao assunto e código alfa-numérico seqüencial. Elas encontram-se acondicionadas primariamente em envelopes e invólucros plásticos, e dispostas em pastas de arquivo suspensas. A armazenagem é feita em arquivos metálicos com gavetas.

O segundo conjunto citado, foi produzido e acumulado no período de 1984 a 1987, no decorrer de levantamento urbano, atividade institucional que teve como objetivo a inventariação dos bens culturais imóveis da cidade de Araxá. Este grupo compõe-se de documentação de gêneros e formatos distintos. Assim, são encontrados os documentos textuais avulsos, ou seja, fichas de cadastramento de imóveis. Além destes, existe a documentação iconográfica, representada pelas fotografias e negativos.

Essa documentação, independentemente do gênero ou formato encontra-se acondicionada conjuntamente, em 106 pastas de arquivo suspensas. A armazenagem é feita em arquivo metálico com gavetas. O processo de classificação e arquivamento é individual, atendendo ao assunto e código alfa-numérico seqüencial.

No ano de 1986, a Instituição recebeu o conjunto intitulado “Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal de Araxá”. Isto se deu mediante solicitação oficial, feita à Câmara Municipal. Anteriormente ao recebimento, segundo depoimentos, o conjunto estava sendo mantido nas dependências do estádio municipal. Este acervo, sob a guarda definitiva da Fundação, é amplo e constitui-se de itens em formatos e espécies documentais diversos. Além disto, seu processo de produção e acumulação ocorreu em períodos bem delimitados da história do município, que demarcam tanto o nível de abrangência das atividades desempenhadas como o caráter dos seus órgãos de origem.

A propósito do fato, foram identificados nesse acervo registros que atravessam duas fases históricas distintas do município. A primeira remonta ao século XIX, momento em que a Câmara respondia pelas funções executivas e legislativas, em Araxá, então uma vila. A segunda fase iniciou-se em 1915, quando a vila foi elevada à categoria de município, passando sua administração ao encargo da Prefeitura. Neste momento, ocorreu a separação definitiva entre Câmara e Prefeitura, o que se concretizou no conteúdo documental do “Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal de Araxá”.

Este acervo contém lacunas documentais, provavelmente em função de mutilações decorrentes de negligência. Atualmente, está em processo de tratamento e a tendência é a de que se repitam os procedimentos adotados nos demais conjuntos, que são a classificação individual por assunto, seguida da atribuição de código alfa-numérico seqüencial. Os itens já classificados encontram-se acondicionados em *folders* e caixas de arquivo. Contudo, aqueles que ainda não receberam classificação acham-se acondicionados

avulsos ou em pastas de polipropileno corrugado, dependendo do formato. A armazenagem é feita nos armários metálicos (FIG. 10 e 11).



FIGURA 10 - Detalhe do "Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal de Araxá", em local de armazenagem (1)



FIGURA 11 - Detalhe do "Arquivo da Câmara e Prefeitura Municipal de Araxá", em local de armazenagem (2)

No ano de 1987, dando seqüência ao processo, a Instituição recebeu o conjunto intitulado “Arquivo da Igreja Matriz”. Conforme se apurou, o procedimento foi efetivado em caráter provisório, após uma concessão escrita do pároco da Igreja de São Domingos. Este conjunto refere-se aos registros civis - em geral, autos de óbito, certidões de batizado e matrimônio - realizados pela Paróquia, sobretudo nos anos anteriores a 1889, data em que ocorreu a Proclamação da República no Brasil. A partir de então, houve uma transferência destas incumbências para os cartórios privados.

O conjunto da Igreja Matriz é mantido pela Fundação, muito em função do potencial informacional para a pesquisa histórica. Ainda não recebeu um tratamento arquivístico definitivo, o que impossibilita estimar o seu volume de forma mais exata, mas sua documentação figura em uma lista cronológica e de assuntos. O acondicionamento é feito em 26 pastas de polipropileno corrugado e a armazenagem se dá em armário metálico (FIG. 12).



FIGURA 12 - Detalhe do “Arquivo da Igreja Matriz” (acima), em local de armazenagem. Notam-se as caixas de acondicionamento do “Arquivo do Museu Dona Beja” (abaixo)

Finalmente, nos anos 90, a Fundação recolheu outro grupo de documentos, proveniente da Primeira e da Segunda Vara da Comarca de Araxá e mantido anteriormente no Fórum Municipal. Conforme se apurou, o recebimento ocorreu sob acordo provisório, uma vez que a Comarca municipal não oficializou o procedimento.

Os documentos freqüentes nesse acervo dão conta de procedimentos desenrolados nas respectivas Varas judiciais, os quais tiveram como motivação, em geral, os processos cíveis típicos de tutela, adoção, falência, divórcio, partilha de bens e execução fiscal. Além destes, existem ainda os processos criminais da Comarca. Mas, de acordo com dados de entrevista, sua ocorrência é em menor número.

Portanto, essa documentação, além do caráter oficial e probatório, apresenta valor para a pesquisa, porque guarda as referências históricas mais antigas do município e região, notadamente na questão da ocupação humana e territorial. Conforme depoimentos, o recebimento se deu em função de preocupação com sua manutenção, uma vez que o Fórum Municipal não dispunha de espaço disponível e mesmo adequado à sua armazenagem.

Essa documentação foi organizada pelo Fórum Municipal, atendendo a normas estritas do Tribunal de Justiça, situado em Belo Horizonte. De acordo com o que se verificou, realizou-se um índice geral dos dossiês processuais, que em muito se assemelha a um inventário analítico. O conteúdo do acervo é vasto e a documentação acha-se acondicionada nos *folders* e nas caixas de arquivo, as quais perfazem um total de 764, até o momento. A armazenagem é feita em estantes metálicas abertas (FIG. 13 e 14).



FIGURA 13 - Conjunto da Primeira e Segunda Vara da Comarca de Araxá, em local de armazenagem (perspectiva 1)



FIGURA 14 - Conjunto da Primeira e Segunda Vara da Comarca de Araxá, em local de armazenagem (perspectiva 2). No armário metálico, situado ao fundo, está o “Arquivo de Bens Culturais”

E, ainda em relação ao processo de formação e configuração do acervo institucional, cabe mencionar a existência da Biblioteca da Fundação, composta por obras que possuem classificação bibliográfica diversa, as quais foram reunidas através de aquisições institucionais ou doações de pessoas físicas. De acordo com os dados disponíveis no livro de tombamento do acervo, ela consta de 1.326 títulos catalogados por assunto, os quais versam sobre história e literatura local e regional. Portanto, é uma biblioteca especializada.

Assim, de acordo com o descrito, é possível concluir que a Fundação Cultural Calmon Barreto vem cumprindo, ao longo dos seus 19 anos de funcionamento, a missão de reunir conjuntos arquivísticos considerados importantes para o município e região, os quais no momento estão sob sua guarda provisória ou definitiva.

E, após essas considerações iniciais convém elevar as análises a outras esferas, com vistas a ampliar o nível de compreensão para o significado de todo esse processo de reunião e configuração do acervo institucional, conforme foi exposto, situando-o no contexto geral da teoria e do conhecimento arquivístico disponíveis na atualidade. Isto é o que se fará em seguida.

6.4. Os fundos de arquivo institucionais

6.4.1 Identificação e análise dos fundos

Como foi dito, até este ponto os interesses estiveram voltados para a descrição do processo de formação e configuração do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, da forma mais aproximada possível. Por isto, as designações de procedimentos, bem como as titulações atribuídas pela Instituição foram respeitadas, ao longo do texto.

No entanto, a partir deste momento, as terminologias a serem empregadas se afastarão de certa forma do âmbito do já descrito, para se situarem no campo teórico demarcado pelos referenciais de pesquisa. Isto quer dizer que os esforços tenderão para uma tentativa de aproximação entre teoria e prática arquivológica, estabelecendo-se as relações possíveis com a situação verificada na Instituição.

Assim, o ponto de partida da análise será a identificação e fixação dos fundos de arquivo institucionais e seus prováveis grupos documentais. E os referenciais utilizados neste intento serão a própria configuração do acervo, previamente descrita, além dos princípios arquivísticos da proveniência e respeito aos fundos e organicidade. Com base neles, verificou-se a existência de três tipos diferenciados de situação envolvendo a identificação do acervo arquivístico institucional. O processo descritivo se centrará neste ponto, de agora em diante.

6.4.1.1 Primeira situação

Nesta situação foram inseridos todos os fundos reunidos pela Fundação, mas produzidos e acumulados por pessoas ou instituições públicas que não a própria. Conforme se verificou, eles mantiveram a identidade com os órgãos produtores, mas passaram pelas circunstâncias verificadas a seguir:

- a) remoção de partes ou mescla a outros acervos;
- b) variações de competência do órgão produtor.

Neste estudo, os fundos institucionais identificados sob as condições acima, foram os seguintes:

- a) **Fundo da Comarca de Araxá:** fundo público, que apresenta datas-limite situadas entre 1792 e 1997 ³¹. A ele pertencem a Seção Primeira Vara - Subseção Ações Cíveis e Subseção Ações Criminais - e Seção Segunda Vara - Subseção Ações Cíveis e Subseção Ações Criminais;
- b) **Fundo da Igreja Matriz de São Domingos:** Fundo de caráter público, até o ano de 1889. As datas-limite situam-se entre 1803 e 1942. Nele, identificou-se a Seção de Registro Civil;

³¹ As datas-limite de todos os fundos mencionados nesta pesquisa foram identificadas com base em amostragem aleatória dos conjuntos, disponível em: FREITAS, 1999: 52-155.

- c) **Fundo da Câmara Municipal de Araxá:** Fundo público, cujas datas-limite tendem a situar-se entre 1818 e 1976. Nesta pesquisa, não foram obtidos dados conclusivos a respeito dos seus prováveis níveis arquivísticos;
- d) **Fundo da Prefeitura Municipal de Araxá:** Fundo público que nesta pesquisa se insere na mesma circunstância do anterior;
- e) **Fundo da Família Aguiar:** Fundo privado, cujas datas balizadoras são 1846 e 1985. O seu titular é falecido. Em função do reduzido volume da documentação e do seu caráter de acumulação, é possível que comporte apenas o nível arquivístico das séries documentais;
- f) **Fundo Sebastião de Affonseca e Silva:** Fundo privado, cujo titular também é falecido. O conjunto interessa especialmente a esta pesquisa e será analisado de forma mais detida. Nele, podem ser identificadas a Seção Dom José Gaspar - com datas-limite entre 1912 e 1944 - , além das prováveis séries documentais diretamente associadas ao titular, cujas datas estão entre 1894 e 1963.

Assim, conforme se nota, as datas balizadoras dos fundos acima identificados sugerem, na maioria dos casos, que eles se encontram em fase permanente. Todavia, ainda recorrendo às mesmas datas e a depoimentos obtidos, infere-se sobre a possibilidade de que haja documentação

intermediária mesclada à anterior. Evidentemente que tal fato, se ocorre, não obedece à política institucional de recolhimento e avaliação arquivística, o que se discutirá mais adiante.

De toda forma, é certo que a documentação proveniente dos órgãos públicos não passou por processo de gestão de documentos, anteriormente ao recebimento pela Instituição, o que reforça ainda mais a hipótese anterior. Portanto, antecipa-se a sugestão de que a Fundação defina de forma clara o seu papel institucional arquivístico, para que possa atuar explicitamente no campo dos procedimentos de avaliação e recolhimento de acervos.

Por outro lado, existe uma questão de ordem teórica, especialmente associada aos fundos da Câmara e da Prefeitura Municipal e que merece menção. Como foi dito anteriormente, sua documentação evidencia procedimentos de órgãos que tiveram suas funções essencialmente modificadas no decorrer da trajetória histórica do município.

Assim, desde o ato de criação, em 1831, até o ano de 1915, sabe-se que a Câmara desempenhou funções executivas e legislativas, em Araxá. A partir daí e até os dias atuais, estas funções limitaram-se ao Legislativo, tendo a prefeitura, assumido o posto de representante do Executivo municipal. De forma que, conclusão evidente, qualquer tratamento arquivístico dado à documentação deverá demonstrar claramente estas circunstâncias.

Diante dessa realidade, se sugere cautela no tratamento desses fundos. Isto porque as etapas históricas atravessadas pelo município e órgãos seguramente estarão refletidas na acumulação da documentação. Tal fato deverá ser respeitado e evidenciado no arranjo e na descrição dos grupos

documentais deste acervo, procedimentos arquivísticos que a Instituição precisará efetuar proximamente.

6.4.1.2 Segunda situação

Em tal situação encontra-se inserida a documentação produzida e acumulada exclusivamente pela Fundação Cultural Calmon Barreto, desde o ano de 1984, no âmbito de funcionamento dos seus diversos setores, supervisões e departamentos, sejam eles atuais ou passados. Para abarcar tal documentação, sugere-se fixar um conjunto intitulado **Fundo da Fundação Cultural Calmon Barreto**, cujas datas-limite se vinculem àquele ano, que demarcou o surgimento da Instituição, e ao presente.

E, em que pese o aspecto aparentemente contra-indicado da proposta de fixação de um fundo institucional, destinado a abrigar documentação também em idade corrente e intermediária, como é o caso em questão, esclarece-se que tal posição se embasa na teoria da *Arquivística Integrada*, que advoga pela sua realização. Assim, acredita-se que a Instituição poderá dar um passo importante em direção a um controle documental mais eficiente e integral de seus conteúdos arquivísticos. Essa opção também se justifica pelo perfil e missão da Fundação e, além disso, acena com a possibilidade concreta de assegurar que a passagem dos documentos à fase permanente seja efetuada mediante a submissão dos conjuntos à avaliação arquivística. Em suma, a Instituição pode dar um exemplo adequado.

Todavia, não se pode deixar de recomendar que no ato de fixação dos níveis arquivísticos do fundo em questão, seja feita uma análise minuciosa da estrutura organizacional da Fundação e das atividades desempenhadas pelo seu departamento, setores e supervisões, presentes e passados. Isto, porque o tratamento arquivístico dado a esse fundo deverá refletir todas as mudanças de competência ocorridas no transcurso do seu funcionamento.

Com base em princípios arquivísticos e na situação observada, é possível adiantar que este será um fundo público, constituído por documentação que ao longo do processo de acumulação estará situada nas três fases arquivísticas clássicas. Não é possível, no momento, fixarem-se todos os seus níveis arquivísticos, mas pode-se dizer com certeza que os seguintes conjuntos institucionais existentes e identificados por esta pesquisa deverão fazer parte do mesmo:

- a) “Arquivo de Levantamento da Imigração”, cujas datas-limite se situam entre 1985 e 1986;
- b) “Arquivo de Levantamento de Bens Culturais”, cujas datas-limite se situam entre 1984 e 1987;
- c) “Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico”: cujas datas-limite se situam entre 1820 e 1991.

Em relação às datas-limite verificadas no conjunto do Departamento de Patrimônio Histórico, citadas na alínea “c”, deve-se fazer uma observação. O seu intervalo de tempo dilatado, em princípio discordante do histórico do

próprio departamento, que iniciou as atividades em 1984, reflete uma outra questão, investigada e esclarecida em entrevista.

Esse conjunto, como se sabe, contém documentação proveniente de doações obtidas em levantamentos realizados pela Instituição junto à comunidade. Evidentemente, em função de serem fruto de um processo de coleção de itens e não propriamente acumulação de grupos documentais inteiros, é razoável supor que sua relação com o restante do acervo não seja orgânica e natural mas sim artificial. Isto, *a priori*, explica a existência de documentação que remete a datas cronológicas tão recuadas. Portanto, propõe-se que sua avaliação se dê de forma que possa esclarecer sua natureza e relação com os demais registros institucionais.

6.4.1.3 Terceira situação

Nesta situação se insere uma fração bastante específica do acervo, representada pelas fotografias e pelos periódicos. As datas-limite encontradas no acervo fotográfico estão entre 1903 e 1995. De forma similar, notou-se que as datas cronológicas referentes aos periódicos acham-se entre 1904 e 1997. Estes conjuntos foram configurados a partir de documentação de origem institucional e não-institucional e, como se sabe, sofreram uma classificação individual que leva em conta o formato. Portanto, tem-se aqui o caso clássico de documentação que foi posta em contato em função de uma associação em princípio artificial e que contraria a teoria arquivística, obviamente diante da hipótese de que se caracterizem de fato como conjuntos desta natureza.

Durante a observação do acervo fotográfico, ficou evidente que existem grupos que guardam uma relação orgânica com os fundos da Câmara, da Prefeitura Municipal, da própria Fundação e de Sebastião de Affonseca e Silva. E existe a possibilidade de que tal fato ocorra também com outros grupos de fotografias não identificados por este estudo. Portanto, conclui-se que é imprescindível que se realize uma prospecção neste conjunto, com o intuito de determinar a sua organicidade e esta possibilidade de associação a outros fundos arquivísticos institucionais, aos quais deverão se integrar.

Em relação aos periódicos, nota-se a mesma situação. Em algum momento, deu-se a separação de exemplares dos seus grupos de origem, seguida da integração a outros. E, salvo exceção, que se refere aos periódicos relacionados ao Fundo Sebastião de Affonseca e Silva, não foi possível proceder a um aprofundamento da análise deste conjunto, de modo a determinar a sua organicidade e relação com os demais fundos existentes, procedimento que igualmente se recomenda seja efetuado pela Instituição.

Assim, conforme se infere, o tratamento dado aos periódicos e às fotografias mostra-se insatisfatório nos aspectos da proveniência e da organicidade. E esta situação verificada pode se traduzir, no futuro, numa perda de identidade destes com os fundos de origem. Evidentemente, em tal hipótese, o processo de recuperação da informação poderá ser comprometido, apresentando lacunas que prejudiquem o acesso aos conteúdos integrais do acervo, em eventuais pesquisas históricas. Naturalmente, estes fatores justificam amplamente a necessidade de uma intervenção institucional na situação detectada, com vistas a solucionar essas questões.

6.4.2 Representação dos fundos

Com base no exposto, pretende-se prosseguir, representando visualmente os fundos de arquivo e os respectivos níveis e subníveis até aqui identificados. De acordo com o que recomenda a literatura, este procedimento parte da fixação dos conjuntos e subconjuntos principais, gerando o chamado quadro de fundos. Tal instrumento evidencia a relação orgânica existente entre eles, em termos de continente e conteúdo. Desta forma, tanto os seus elementos gerais como os particulares podem ser igualmente ressaltados.

E assim, de posse dos dados disponibilizados idealizou-se um modelo preliminar de quadro de fundos para a Fundação Cultural Calmon Barreto, o qual representa a síntese do trabalho desenvolvido até então, ao mesmo tempo em que compreende e interpreta a estrutura correspondente ao acervo arquivístico da Instituição. E sua realização tem uma importância fundamental nesta pesquisa, uma vez que servirá como referencial no encaminhamento das análises efetuadas em capítulo posterior.

Conforme se notará, esse quadro, apresentado na FIG. 15, não refletirá a estrutura dos fundos produzidos pela Instituição. Isto se deve ao fato de que as análises não se detiveram nesta parte do acervo, porque fugiria ao propósito da pesquisa em desenvolvimento. Da mesma forma, as lacunas existentes na estrutura apresentada foram postas de modo intencional, com o objetivo de evidenciar os limites impostos ao atual estudo, além de reforçar o entendimento da necessidade de preenchimento destes espaços, no futuro.

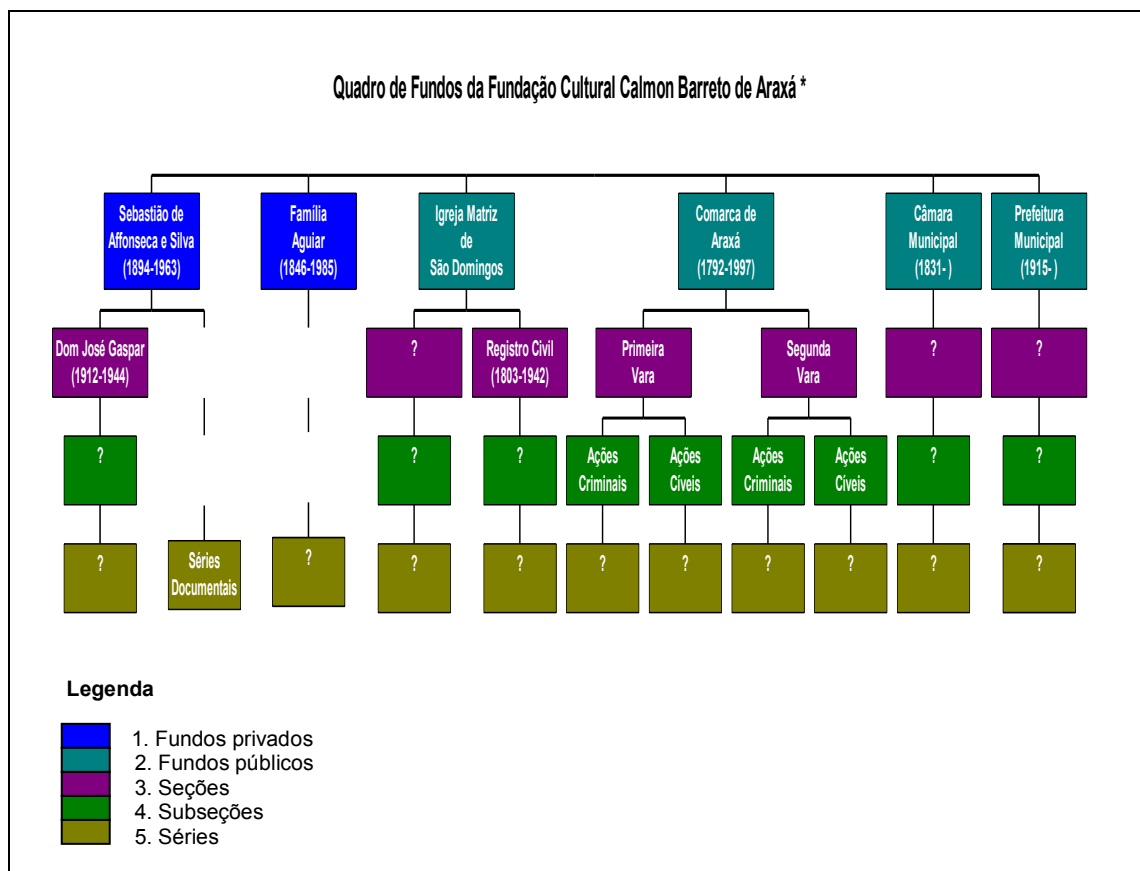


FIGURA 15 - Esquema do quadro de fundos da Fundação Cultural Calmon Barreto.
 NOTA - * Neste quadro se acham distribuídos apenas os fundos recolhidos pela Instituição.
 FONTE - Dados disponibilizados em entrevistas e também em FREITAS, 1999: 52-155.

E, finalizando esta etapa, reitera-se que esta pesquisa avançou até o limite do possível e conveniente, dentro dos rumos teórico-metodológicos previamente traçados para a fixação dos fundos e demais níveis arquivísticos identificados. Evidentemente, isto deixa claro que a continuidade do processo ficará sob a opção e a responsabilidade exclusiva da Instituição em questão.

6.5 Uma análise e interpretação do processo de configuração do acervo

Primeiramente, é interessante pontuar que o procedimento adotado pela Instituição seguiu um padrão que optou pela classificação individual de unidades documentais, mediante o assunto e o formato, desconsiderando-se a identificação dos gêneros e espécies predominantes nos grupos inteiros, ou seja, nas séries documentais. Tal opção, conforme se verificou em depoimentos, define uma posição institucional justificada pela crença de facilitar o tratamento e o acesso ao acervo.

No entanto, é preciso dizer que essa abordagem institucional prescindiu da etapa de fixação dos fundos e que isso tendeu a dificultar a própria preservação da sua identidade e dos seus subconjuntos. Além do mais, no que tange o acervo como um todo, tal abordagem contribuiu para gerar situações diversas, conforme se expôs, que tendem a prejudicar o acesso e a recuperação da informação, fatos que serão demonstrados ao longo do estudo.

E os aspectos evidenciados nas situações previamente expostas convergem para um ponto. O processo de reunião de acervo, desencadeado pela Instituição ao longo dos anos, tem se dado em função de posição orientada por uma visão que se aproxima daquela caracterizada pelo chamado *paradigma incorporacionista* do final do século XIX, quando se conduziam práticas de inclusão de documentos aos acervos, sem atentar para um outro procedimento arquivístico fundamental: a avaliação e a eliminação.

Na Fundação, isso se expressou sobretudo nas propostas de implementação de projetos institucionais de levantamento de acervo, os quais não foram seguidos dos procedimentos arquivísticos compatíveis. Este posicionamento resultou, como se viu, em uma configuração de acervo bastante peculiar e de análise complexa.

Mas, essa situação parece derivar de outra. A Instituição vem reunindo documentação em fase permanente - ou, excepcionalmente, intermediária - , oriunda de órgãos públicos ou privados que realizam uma espécie de doação de massas documentais à Fundação, que as recebe, basicamente em função de um compromisso com o patrimônio documental e da preocupação com a construção da memória histórica da cidade.

Assim, a Fundação, que de fato tem a missão de zelar pelo patrimônio passa, por esta via, a incorporar fundos que não sofreram gestão arquivística nos órgãos de origem. Evidentemente que o problema, já no âmbito institucional, tende a se ampliar e a gerar obstáculos no tocante às intervenções a se efetuarem no tratamento do acervo.

Provavelmente, o interesse por projetos de levantamento e a necessidade de constituição de acervo foram os fatores que desencadearam o processo de incorporação de documentos, situação que recrudescer ao longo do tempo, na medida em que prescindiu do procedimento paralelo de identificação e avaliação arquivística dos fundos. Isto conformou posturas, realidades e ditou as estratégias de abordagem de acervo observadas.

Algumas dessas posturas foram previstas e justificadas pelo Estatuto de funcionamento, mais especificamente em um de seus capítulos, citado

inclusive em item anterior, que trata das atribuições do Setor de Arquivos, Pesquisas e Publicações. Nele, menciona-se a necessidade de *promover a ampliação do Arquivo, por meio de aquisições e doações de acervos* (Araxá, 2001 a, 7). E assim, ainda que se possa dizer, em tese, que no atual Estatuto da Instituição haja a proposta de *monitorar o controle* do acervo, o que se observa, na prática, é que a ampliação e as aquisições - e não o monitoramento do crescimento e o conseqüente controle do conteúdo documental - têm dado a tônica institucional.

Todo o panorama traçado evidencia ainda uma outra situação. Em termos de missão institucional e compromisso social, a Fundação tem ampliado de forma tal a sua abrangência - esforço que não vem se repetindo no quadro funcional, sobretudo em âmbito técnico - , que isto pode vir a interferir nas tomadas de decisão em relação às questões referentes aos arquivos.

Isso se confirma no seu organograma, de estrutura burocrática e não condizente com a atual conjuntura institucional. Nele, nota-se que a distribuição dos cargos, nos respectivos níveis de colaboração e subordinação, tende a tornarem difusas as competências e atribuições de indivíduos e setores, quando analisadas umas em relação às outras. Um risco que se corre é o de que tal dispersão gere um contínuo desvio nas atenções referentes à problemática do acervo, frente a outras necessidades e prioridades eventualmente consideradas mais urgentes.

Pelo exposto, infere-se que a posição assumida pela Fundação, desde o início do processo de formação e configuração do próprio acervo, tem contribuído para mantê-la sob uma condição que se opta por caracterizar como

depositária de documentação, sendo esta subsidiária do paradigma de incorporação de acervos. Conseqüentemente, o campo de atuação da Instituição tem se limitado ao recebimento de documentação posta em depósito sob sua guarda, sem que todavia desenvolvam-se perspectivas de ampliação de tal atuação para o nível do estabelecimento de política arquivística institucional de avaliação e recolhimento.

Portanto, é preciso que a Instituição reconheça que o seu papel frente ao município é mais amplo, porque se refere à manutenção de acervos arquivísticos e não simplesmente ao seu depósito. Tal reconhecimento, em nível institucional, pode lhe designar conduta diferenciada, já que manter implica ter nas mãos, ou seja, exercer o controle sobre algo, que neste caso seria o conteúdo intelectual do acervo.

Na verdade, a atuação da Instituição caminha em direção oposta. Há uma tendência ao crescimento da documentação e por conseguinte recrudescimento do descontrole e geração de lacunas no processo de recuperação da informação arquivística. Tanto mais, quando se considera que a Fundação enfrenta o problema de dispor de um quadro técnico reduzido nas áreas de atuação diretamente vinculadas ao tratamento dos arquivos.

Mas, tais fatos não depõem necessariamente contra a Instituição. Tampouco, o seu reconhecimento significa que se esteja assumindo a posição de responsabilizá-la por ter desenvolvido, durante anos, uma conduta caracterizada pelo excesso de zelo com a documentação. Ao contrário, se pretende fazer com que amplie a visão para o conhecimento de novos princípios, alicerçados no gerenciamento e tratamento adequado da informação

de natureza arquivística, tendo em vista a sua manutenção e disponibilização eficiente aos usuários. E é claro que tudo isto se dá, à medida que se admite que a Fundação pode vir a ser de fato uma instituição mantenedora de registros e informação social. Basta que assuma esta missão em sua real dimensão e que caminhe firmemente nesta direção.

Nesta hipótese, primeiramente haveria que pensar em definir uma política institucional para o acervo, que ultrapassasse os impasses gerados pelas posições adotadas ao longo dos anos. Naturalmente, isto teria que vir junto com tomada de decisão em direção à teoria arquivística, que possui a prerrogativa de embasar cientificamente as soluções para os problemas e situações evidenciados.

Obviamente, não se descartaria a possibilidade do desenvolvimento de política de gestão administrativa, dado que há uma necessidade de ampliação do número de profissionais encarregados dos arquivos e de melhor distribuição de suas funções e competências. Isto poderia levar a uma reformulação do atual organograma institucional.

Em relação ao exposto, pesa também o fato de que no atual Estatuto ou lei de criação da Fundação, não se faz menção direta a um provável papel de administradora de arquivos locais, ao menos nos moldes das funções desempenhadas pelos chamados Arquivos Públicos Municipais, que são as entidades designadas por lei para o exercício e responsabilidade sobre a gestão dos arquivos do poder Executivo. Isto reforça o entendimento de que no caso em pauta a Fundação poderia assumir tais funções.

Por outro lado, é possível vislumbrar no conteúdo subliminar do seu atual Estatuto, que a Fundação entende e assume um caráter que está próximo ao de uma instituição mantenedora de arquivos, especificamente no capítulo que enumera as atribuições do Setor de Arquivos, Pesquisas e Publicações. Isto, aliado ao fato de que não existe um arquivo municipal na cidade de Araxá, pode vir a significar, em última análise, que as tarefas de manutenção dos arquivos e de preservação da memória local venham a ser de fato e de direito suas atribuições. Mas, é preciso que se dê visibilidade a esta condição por meio de dispositivos legais.

Uma tomada de posição desse nível, seria de fato algo de importância vital para os arquivos institucionais. E se justificaria, não somente pela razão natural identificada à missão da Fundação, como também pela sua responsabilidade com um acervo composto por documentação abrangente, que transcende os limites da história local. A cidade de Araxá, no século XIX e início do XX, abarcou relativa extensão territorial, alcançando distritos que hoje emancipados se configuram em cidades de pequeno e médio porte na região do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. A julgar por esse aspecto, estariam também justificadas as ações que trouxessem perspectivas de mudança.

Por outro lado, não se pode deixar de admitir que a Instituição conseguiu ultrapassar limites relativamente importantes em tarefas complexas da Arquivologia. E na superação destas etapas reside o seu mérito. De forma que, na atualidade, está sob condições de prosseguir, voltando-se para as discussões de um projeto institucional duradouro, que a eleve ao patamar daquelas raras instituições que são as pequenas ilhas de luz que atuam nesse

país, desafiando a lógica dominante, imposta pela *opacidade informacional do Estado*. Não por acaso, este é também o desafio que tem se apresentado à Arquivologia, nas últimas décadas. Sem dúvida, aceitá-lo representaria um salto qualitativo na trajetória da Fundação Cultural Calmon Barreto.

6.6 Os usos e usuários de informação do acervo

De acordo com conclusões levantadas em pesquisa bibliográfica ³², o acervo teve, entre os anos de 1996 e 1999, uma frequência de uso regular. Neste período, a Fundação recebeu correspondências e efetuou empréstimos a usuários constituídos na maioria por particulares, dentre os quais se destacaram os estudantes dos três principais níveis de ensino municipais, além dos pós-graduandos. E houve ainda a frequência dos usuários provenientes de instituições públicas ou privadas da cidade.

Os dados apontaram que, na maioria dos casos, os empréstimos efetuados naquele período tiveram na reprodução a principal finalidade de solicitação. Neste sentido, os negativos foram os itens que receberam um maior número de pedidos. Além destes, se destacaram também os periódicos, as fotografias e os livros.

³² FREITAS, 1999: 173-177.

Os textos, por sua vez, apresentaram os menores percentuais de solicitação para a reprodução, no mesmo período analisado. E houve ainda o registro de empréstimos efetuados para atender a finalidades exclusivamente de pesquisa, mas sua ocorrência se deu em menor frequência. Nesta categoria, destacaram-se os periódicos e as fotografias.

A pesquisa bibliográfica demonstrou outrossim que entre os anos de 1996 e 1999 a Instituição atendeu a solicitações diversas, de usuários provenientes de outras localidades e/ou estados brasileiros. Elas foram documentadas por correspondências, encaminhadas na maioria das vezes por estudantes dos três principais níveis de ensino, além dos setores públicos e privados.

Para estender a análise à identificação do perfil dos usuários e usos atuais do acervo, realizou-se pesquisa documental nos termos de empréstimo efetuados pela Instituição, no período de janeiro do ano de 2000 a dezembro de 2002. Estes dados foram analisados junto a outros, disponibilizados pelas entrevistas. Todavia, não foi possível realizar o seu confronto com as correspondências convencionais, recebidas pelo Setor de Pesquisas e Publicações, no mesmo período, dado que estas se achavam mescladas às de outros setores institucionais, o que inviabilizou o acesso pretendido.

Segundo observações feitas em entrevista, as correspondências trocadas diariamente entre usuários e Instituição, nos últimos dois anos, têm se efetuado sobretudo de forma eletrônica. Mas, mesmo estes dados não puderam ser examinados, a despeito de sua relevância, em função de que não foram armazenados pela Instituição ³³.

Assim, de acordo com as solicitações de empréstimo, preenchidas no período citado, conclui-se que os usuários constituem-se na maioria de particulares, seguidos das instituições públicas ou privadas da cidade TAB.2. No primeiro caso, não foi possível traçar um perfil mais completo, porque os termos não dispõem de dados suficientes. No segundo, citam-se como exemplos de usuários institucionais os setores da imprensa local e regional, as empresas fotográficas e publicitárias, as companhias de mineração, o Fórum, a Câmara, alguns dos setores da Prefeitura e, finalmente, estabelecimentos de ensino existentes no município.

TABELA 2

Caracterização dos usuários do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002

Ano	Total ¹	%	Instituições	%	Particulares	%
2000	66	28,08	15	22,72	51	77,27
2001	114	48,51	28	24,56	86	75,43
2002	55	23,4	10	18,18	45	81,81
Total	235	100	53	22,55	182	77,44

NOTA - 1: O número se refere a 100% dos termos examinados no período citado.
 FONTE: Termos de empréstimo da Instituição.

³³ Apesar de não ser o foco da pesquisa, vale mencionar que este aspecto ilustra as especificidades do gerenciamento dos documentos eletrônicos, questão da maior relevância na agenda atual de pesquisa no campo da Arquivologia.

Os registros de empréstimo desse período também indicam que os itens mais solicitados pelos usuários, em ordem crescente, foram: os negativos, as fotografias, os documentos textuais e os livros. Quanto aos periódicos, catálogos e fitas de vídeo, nota-se que não obtiveram índices superiores ao de 5% das consultas registradas nos mesmos termos (TAB. 3).

TABELA 3

Freqüência de empréstimo de itens do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, de acordo com o suporte e/ou formato, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002

Item	Suporte e/ou formato	Total ¹	%
01	Álbum	03	0,25
02	Catálogo	14	1,17
03	CD Rom	01	0,08
04	Texto	219	18,38
05	Fita VHS	14	1,17
06	Fotografia	357	29,97
07	Livro	101	8,48
08	Negativo	382	32,07
09	Painel	40	3,35
10	Periódico	59	4,95
11	Pôster	01	0,08
Total de empréstimos realizados no período....		1191	100

NOTA - 1: O número refere-se à freqüência de empréstimos e não à quantidade de itens solicitados, em termos absolutos.

FONTE: Termos de empréstimo da Instituição.

Em relação aos possíveis usos do acervo, notou-se que, nos casos em que o usuário registrou explicitamente a finalidade de sua solicitação, a prioridade foi para a reprodução de itens, fato que se repetiu em todo o período examinado. Em segundo lugar, veio a opção pela pesquisa. Contudo, vale dizer que houve casos em que os usuários não declararam a finalidade de uso do item solicitado, mas isto ocorreu com menor freqüência. Naturalmente, nestas circunstâncias foi impossível determinar a sua intenção (TAB. 4).

TABELA 4

Finalidades de uso de itens do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002

Ano	Total ¹	%	Reprodução	%	Pesquisa	%	Não especificado	%
2000	66	28,08	36	54,54	10	15,15	20	30,3
2001	114	48,51	64	56,14	32	28,07	18	15,78
2002	55	23,4	26	47,27	22	40	07	12,72
Total....	235	100	126	53,61	64	27,23	45	19,14

NOTA - 1: O número se refere a 100% dos termos, consultados no período citado.

FONTE: Termos de empréstimo da Instituição.

Como se observa, os dados apontados permitem que se trace uma tendência geral para o perfil dos usuários e usos do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto. Primeiramente, é interessante observar que nos últimos sete anos a maior frequência de usuários encontra-se na categoria dos particulares, que obtiveram percentuais superiores aos das instituições, em ambos os períodos analisados. Porém, nota-se que a frequência de uso do acervo, em qualquer dos períodos, ainda é relativamente baixa, o que se confirmou também nas entrevistas.

Por outro lado, existem dados que acenam para a possibilidade de mudança no perfil do usuário particular e sua relação com a Instituição. De acordo com depoimentos, nos últimos dois anos, a tendência tem sido a frequência de usuários em nível de terceiro grau e pós-graduação, cujo interesse está no âmbito da pesquisa acadêmica. Este é um interessante contraponto, quando se considera que, em anos anteriores, eram os estudantes de primeiro e segundo graus que mais freqüentavam o acervo,

motivados ao cumprimento de tarefas escolares. Mas, muito embora tenham sido considerados relevantes, estes dados não puderam ser confrontados com outros, visto que a Instituição não efetua o controle dos seus usuários internos.

No tocante à solicitação de itens para empréstimo, os dados relativos aos últimos sete anos - quando separados por períodos e analisados de forma comparativa - demonstram que houve uma mudança significativa em alguns aspectos mas não em outros, conforme se nota na tabela a seguir (TAB. 5).

TABELA 5

Itens mais solicitados do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto, de acordo com o período, suporte e/ou formato

Item	Suporte e/ou formato	Total A (1996-1999)	%	Classe material e formato	Total B (2000-2002)	%
01	Fotografia	309	16,72	Fotografia	357	29,97
02	Livro	194	10,49	Livro	101	8,48
03	Negativo	632	34,19	Negativo	382	32,07
04	Periódico	647	35,01	Periódico	59	4,95
05	Texto	61	3,3	Texto	219	18,38
Total de empréstimos realizados no período...		1848	99,71		1191	93,85

FONTES: FREITAS, 1999: 175. Termos de empréstimo da Instituição.

Em termos de variações percentuais, os dados acima permitem concluir que houve um grande declínio no empréstimo de periódicos, que passaram dos maiores aos menores índices de solicitação, de um período ao outro de análise. Por outro lado, as fotografias e os textos passaram a receber solicitações mais freqüentes, ao passo que os livros e os negativos mantiveram sua condição praticamente inalterada.

Em relação aos negativos, que no último período de análise se destacaram como os itens mais solicitados, cabe uma observação. Por trás dos aparentemente altos percentuais desta categoria existe uma explicação. Estes materiais acham-se usualmente dispostos em tiras, compostas por diversos fotogramas, atendendo à ordenação do filme fotográfico dada pelo fabricante. Assim, os usuários que solicitaram um determinado negativo, tomaram obrigatoriamente toda a tira. Naturalmente, tal fato forçou o aumento do índice de registros de empréstimo da categoria.

Por outro lado, é inegável que os dados apontam que a reprodução de itens continua sendo a principal motivação das solicitações dos usuários, o que mantém o interesse pela pesquisa em segundo lugar. Mas, é bom frisar que esta análise se pauta exclusivamente em dados que o usuário registra no termo de empréstimo. Em relação a isto, pesa ainda o fato de que em um único termo são registradas solicitações diversas, atendendo às finalidades de um mesmo usuário. Nesta pesquisa, tal fato explica, por exemplo, a aparente divergência entre o número absoluto de termos consultados, no último período (235), em proporção à frequência de itens solicitados (1191).

De qualquer modo, seria fundamental que a Instituição revisse a questão dos empréstimos efetuados para fins de reprodução. Eles são predominantes e podem vir a representar danos à conservação do acervo. Há que se pensar na constituição de uma política de acesso e manuseio de documentos, onde estejam previstas normas de uso e também procedimentos estratégicos de educação dos usuários, incentivando-os à consulta e pesquisa, evitando-se assim o aumento das reproduções, no futuro.

A construção de uma política de digitalização do acervo também pode ser uma boa medida a ser adotada, no intuito de evitar a reprodução de itens, facilitando e incentivando o acesso e recuperação das informações pelos usuários. Ela está amplamente indicada, mas com a ressalva de que faz parte de uma segunda etapa de trabalho, à qual se antecipa o controle intelectual da documentação, sob o procedimento de descrição arquivística.

Ainda em nível de recomendação, cabe sugerir que a Instituição estabeleça formas de registro de dados relativos aos usos e usuários do acervo. De forma semelhante, os registros eletrônicos das correspondências entre usuários e Instituição necessitam ser armazenados e disponibilizados, juntamente com as correspondências recebidas de forma convencional. Eles são igualmente necessários ao diagnóstico de usuários e controle estatístico do acervo, além de servirem como bases de dados para eventuais projetos que possam ser implementados pela Instituição futuramente.

Evidentemente, todas as questões relacionadas ao estudo de usos e usuários do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto são consideradas relevantes nesta pesquisa. Contudo, é necessário reiterar, para efeito de análise, que este tipo de estudo, em alguns aspectos específicos, reveste-se de um valor relativo na perspectiva da Arquivologia.

Diferentemente do que em geral ocorre nas bibliotecas, onde as mais altas demandas de consulta sedimentam a existência destas instituições, os arquivos normalmente atendem a um tipo muito específico de usuário. De modo que o fato de um acervo arquivístico ser pouco consultado, exerce um

peso relativo nas decisões sobre as eventuais ações estratégicas referentes ao uso e tratamento de sua documentação. As informações arquivísticas têm um caráter probatório, que por vezes ultrapassa outros possíveis valores. Portanto, os documentos avaliados sob tais condições têm de ser mantidos, independentemente de outros fatores.

Tal paralelo é fundamental para que se compreenda que a importância do acervo arquivístico da Fundação Cultural Calmon Barreto não deverá ser atestada unicamente pelo maior ou menor percentual de uso ou mesmo frequência de usuários. A missão institucional e a função dos arquivos que mantém se sobrepõem a isto.

E a questão dos baixos índices de uso do acervo da Fundação pode também ser justificada, em alguma medida, pelo princípio das três idades dos arquivos. Os documentos em primeira e segunda idade têm um uso quase que restrito às organizações que os geraram. Numa terceira idade, que é o caso específico em questão, passam a ser solicitados também pelo usuário-pesquisador. Assim, fica evidente compreender o porquê de não se poder exigir um alto índice de usuários, neste caso.

Por outro lado, se a Instituição mantém documentação em fase permanente, é importante que tenha um cuidado especial na identificação do seu potencial informacional, a fim de que possa antecipar as questões de pesquisa que eventualmente serão formuladas por seus usuários. E isto toma uma dimensão especial, quando se considera a relevância local e mesmo regional do acervo, conforme já foi dito.

Neste ponto, realmente pode-se dizer que existe algo a ser feito pela Instituição. Os seus esforços devem concentrar-se no tratamento do acervo, no controle intelectual e na divulgação do seu conteúdo, por meio da criação de instrumentos de pesquisa, que podem ser os guias, catálogos ou inventários, dependendo da proposta prevista em política de descrição institucional. A Fundação não dispõe de nenhum destes instrumentos, atualmente. Eles seguramente poderão gerar a ponte que preencherá lacunas no processo de acesso e recuperação da informação por parte do usuário.

Os usuários, como se sabe, são capazes de formular suas questões de pesquisa de forma independente. O problema maior ocorre quando estas questões não podem ser solucionadas, em função da indisponibilidade de acesso aos dados. E existe ainda o argumento de que o conhecimento prévio do conteúdo informacional do acervo poderá também suprir eventuais demandas surgidas no decorrer do processo de pesquisa.

Portanto, recomenda-se que a Fundação acrescente um outro desafio às propostas já apresentadas. Este, seria a opção metodológica pela descrição arquivística do acervo, seguindo orientações previstas em norma internacional disponível. Com a justificativa de que estas medidas atenderão a duas necessidades consideradas como urgentes, quais sejam a divulgação ampla do conteúdo do seu acervo e o gerenciamento de suas informações. E, naturalmente, os procedimentos recomendados tenderiam a elevar indiretamente o nível de uso do acervo e a frequência de usuários. Além disso, a Instituição estaria atendendo ao claro objetivo de compartilhamento de suas informações, o que seria uma forma adequada de exercer sua função social.

7 CAMINANTE, SON TUS HUELLAS EL CAMINO Y NADA MÁS

Não aceites o que é de hábito coisa natural, pois em tempo de desordem organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht (1898-1956)

7.1 A trajetória do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva e do titular

No capítulo anterior, foram percorridos os aspectos referentes à proveniência, à organicidade e à fixação dos fundos de arquivo da Fundação Cultural Calmon Barreto. Neste capítulo, será feito o aprofundamento dos aspectos relativos ao conjunto escolhido para análise.

Primeiramente, é preciso dizer que, do ponto de vista conceitual, o Fundo Sebastião de Affonseca e Silva caracteriza-se como privado, estando composto por documentação proveniente de pessoa física e em fase permanente. Neste sentido, se enquadra na categoria de arquivo pessoal.

Em relação à dinâmica, é um fundo fechado³⁴, cujo titular é falecido. A sua guarda acha-se na esfera pública, situação que obriga a instituição depositária a uma série de responsabilidades³⁵. E a documentação do Fundo, de relevância para a pesquisa histórica do município de Araxá, encontra-se disponível ao acesso dos usuários, sem restrições quanto ao uso.

Sob a perspectiva historiográfica, o acervo poderia ser compreendido *a priori* como representativo de uma elite dominante, em determinada etapa histórica. Contudo, é preciso ponderar que seus registros também permitem interpretações que vão ao encontro do homem comum e da vida cotidiana do município, em suas diversas manifestações. Estas características podem ser vistas como uma peculiaridade do conjunto em questão.

A produção e a acumulação dessa documentação estiveram vinculadas à iniciativa particular de Sebastião de Affonseca e Silva, o que se deu durante boa parte de sua vida. E, deste modo, pode-se dizer que a trajetória histórica do Fundo acompanha a trajetória do titular, um memorialista por opção que, dentre outras atividades, atuou exercendo o cargo de coletor municipal, em Araxá.

³⁴ Aqui, considera-se o Fundo fechado, uma vez que seu titular é falecido. Neste sentido, diz Duchein (1986), é um conjunto completo, no qual não podem ser acrescentados documentos.

³⁵ De acordo com Bellotto (1991: 172), os arquivos pessoais são passíveis de procedimentos especiais, uma vez que os familiares têm o direito de interferir na questão da publicação de fontes e mesmo restringir o acesso à documentação ou partes dela. Por isto, devem ser previstos acordos e/ou contratos com herdeiros do acervo, estabelecendo-se os limites de atuação em relação a eles.

Três anos antes do falecimento, ocorrido em 1968, o memorialista doou a documentação para o recém-criado Museu Municipal Dona Beja. Como se sabe, o acervo permaneceu sob a guarda daquela instituição até o ano de 1985, quando foi entregue à Fundação, que passou a intitulá-lo “Arquivo do Museu Dona Beja”. Tal titulação faz alusão à procedência do acervo, mas não necessariamente ao responsável por sua acumulação. Em razão disto, nesta pesquisa, optou-se por identificar o conjunto, a partir da proveniência, como Fundo Sebastião de Affonseca e Silva.

Depois de incorporado ao acervo, esse Fundo passou a receber um tratamento, definido exclusivamente por critérios institucionais. Assim, a ordem dada pelo titular não foi mantida ou mesmo tecnicamente documentada. As intervenções sofridas implicaram mudanças na configuração original do conjunto, mas, como se verá adiante, não provocaram a descaracterização das partes, de forma que sua proveniência e organicidade ainda são passíveis de reconhecimento e restabelecimento, atualmente.

Em 1987, conforme foi citado, a Fundação recebeu outra parte da documentação do titular, referente à vida privada e carreira eclesiástica de seu filho, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva. Ela estava sob a guarda da família, residente em Araxá. Para que o procedimento se concretizasse, foi feito um acordo inicial entre as partes, onde a Instituição se proporia a organizar o conjunto e em contrapartida os familiares permitiriam a reprodução integral do conteúdo. Ao final do procedimento, contudo, a documentação foi totalmente entregue à Fundação, que a organizou de forma individualizada, dando origem ao chamado “Arquivo Dom José Gaspar”.

Em razão do exposto, o Fundo ficou subdividido em dois subconjuntos institucionais, o que prevalece nos dias atuais (FIG. 16):

- a) “Arquivo do Museu Dona Beja”: composto de documentação acumulada pelo titular, durante o exercício das atividades de coletor municipal e memorialista. Nesta pesquisa, tal conjunto arquivístico será identificado diretamente em nível de fundo;
- b) “Arquivo Dom José Gaspar”: composto de documentação acumulada pelo titular, no exercício da tarefa de biógrafo do filho. Nesta pesquisa, será identificado como Seção Dom José Gaspar.

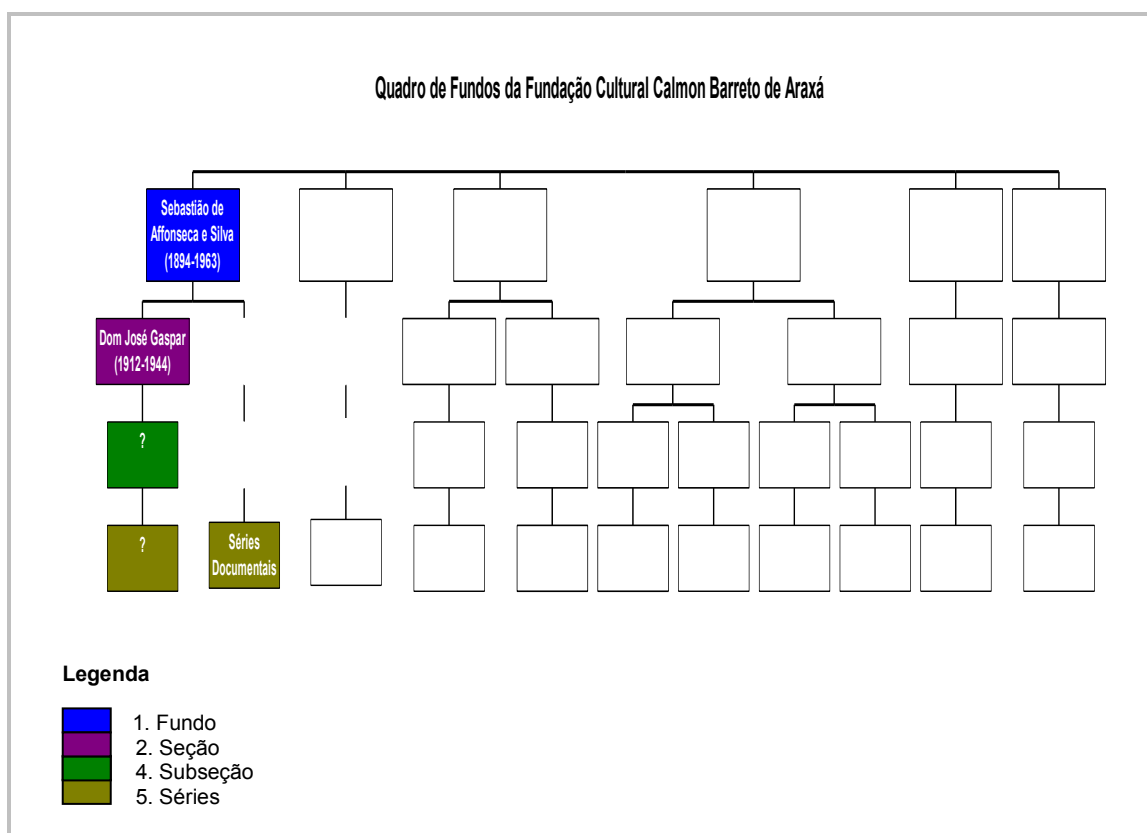


FIGURA 16 - Destaque do Fundo Sebastião de Afonseca e Silva, a partir de esquema do quadro de fundos da Fundação Cultural Calmon Barreto

Assim, pode-se dizer primeiramente que, tanto o Fundo em estudo quanto os subconjuntos mencionados, guardam uma relação orgânica com o titular Sebastião de Affonseca e Silva. E é esta relação que comprova a natureza arquivística da informação contida nos seus documentos pessoais.

Em se tratando do estudo dos fundos privados, interessa muito particularmente o conhecimento da vida e atividades exercidas pelo titular. O próprio tratamento arquivístico a ser recebido pela documentação se inicia deste conhecimento. Portanto, é necessário compreender a trajetória e o conteúdo do acervo acumulado, por meio das pistas deixadas pelo produtor.

De modo que é relevante mostrar alguns dados do titular do Fundo em questão, Sebastião de Affonseca e Silva. Ele nasceu em Araxá, no ano de 1877, local onde passou toda a vida. Ao que parece, desde cedo demonstrou simpatia pela pesquisa histórica, atividade que o acompanhou durante grande parte da trajetória, justificando inclusive o interesse pela acumulação de um considerável volume de documentos.

Em Araxá (2001 b), se nota que enquanto pesquisador o titular do Fundo se enquadra na categoria de um memorialista. E que muito embora não tenha obtido a formação acadêmica necessária ao ofício de historiador, atuou de forma decisiva, pelo interesse e curiosidade, produzindo e acumulando registros históricos que hoje servem de referência à memória local e regional.

Segundo dados de entrevista, a acumulação de boa parte do conjunto se deu quando o titular exerceu o cargo de coletor municipal, fato que ocorreu durante a primeira década do século XX. Tal atividade teria contribuído

para facilitar o acesso à documentação. E foi esta ocupação, aliada à percepção de memorialista, que o possibilitou manter sob sua guarda, durante muito tempo, documentos oficiais e não-oficiais, de diversas categorias e representativos de diferentes épocas.

Essa tarefa de acumulador de documentação oficial, tão peculiar em sua trajetória, permite que se confirme o nível de influência político-econômica, e mesmo social, exercida pelo titular, no município. Entre os documentos pessoais subsistem aqueles de caráter público, na forma original, tais como livros cartoriais da cidade de Paracatu, requerimentos e escrituras notariais. E sabe-se que eram utilizados por ele como fontes de pesquisa.

Esse fato obriga à reflexão sobre as formas de obtenção e as razões que deram causa à acumulação desta documentação, que deveria ter sido mantida pelos próprios órgãos produtores, ou mesmo outros, designados por eles, e no entanto encontra-se em meio ao acervo pessoal do titular. Além de sua evidente utilização para a pesquisa, especula-se que poderia haver motivos ainda não esclarecidos para tal interesse. Mas, é claro que neste estudo não há elementos para responder a este questionamento. Apenas faz-se menção ao fato, pelo nível de relação que poderá despertar no futuro.

Fato é que, além dos registros citados, o titular deixou inúmeros originais, manuscritos ou datilografados, nos quais relata e interpreta os dados coletados nas pesquisas, de acordo com o seu ponto de vista. Estes, ao lado das obras que publicou e que constam do acervo da biblioteca da Fundação Cultural Calmon Barreto, atualmente, são importantes fontes documentais, nas quais se percebe nitidamente o seu interesse pela história local.

A importância das pesquisas historiográficas e das obras publicadas por Sebastião de Affonseca e Silva ³⁶ é reconhecida pela Instituição que abriga o seu acervo, quando afirma que

legou-nos manuscritos com diferentes temáticas sobre a história local, inclusive sobre genealogia. É de sua autoria exclusiva, um livro publicado em 1941 'Irmandade de São Francisco e São Sebastião' - em que traça um 'esboço religioso-histórico da Paróquia de São Domingos de Araxá'. Em 1946 teve uma obra publicada em parceria com Aires da Mata Machado Filho intitulada 'História do Araxá'. 'Subsídios para a História do Araxá e duas palavras sobre o Triângulo Mineiro' é o nome de outro trabalho publicado em co-autoria com Clodion Cardoso (Araxá, 2001 b: 139).

A partir de 1911, o titular acrescentou à atividade de coletor municipal, o ofício de boticário, passando a ser o proprietário de uma farmácia, em Araxá. Paralelamente a estas funções, continuou a desempenhar o papel de memorialista, o que perdurou por toda a vida (Araxá, 2001 b: 139). Esta postura em muito favoreceu a permanência, até os dias atuais, dos documentos que produziu e acumulou. O seu falecimento ocorreu em 09 de agosto de 1968, quando contava com 91anos de idade.

³⁶ As referências completas dessas obras são: a) SILVA, Sebastião de A. e. **A paróquia de São Domingos de Araxá**. S. ed.: Araxá, 1947. 66 p. b) SILVA, Sebastião de A. e. **História do Araxá**. Imprensa Oficial do Estado: Belo Horizonte, 1946. 69 p.

O segundo indivíduo retratado pela documentação do Fundo sob análise, o Arcebispo Dom José Gaspar, nasceu em 1901. Os dados de sua biografia, disponíveis em Araxá (2001 b), confirmam que desde criança demonstrou aptidão para a carreira religiosa. Aos 11 anos de idade, ingressou no Colégio São Luís, em Itu. Anos mais tarde, cursou o Seminário Maior, ordenando-se sacerdote na cidade de São Paulo, local onde exerceu os cargos eclesiásticos de Sacerdote Adjunto, Bispo e Arcebispo. Em Araxá, rezou a sua primeira missa, fato amplamente documentado pelo acervo do Fundo.

A carreira religiosa parece ter sido bastante produtiva, o que se confirma em sua cronologia histórica e nas atividades que desempenhou.

Entre 1924 e 1927 esteve na Europa, onde se doutorou em Direito Canônico na Universidade de Roma. Regressou ao Brasil para lecionar no Seminário Maior, tendo sido nomeado para várias cadeiras: Direito Canônico, Teologia Moral, História da Arte e comentários da "Divina Comédia". Tornou-se Reitor do Seminário Central da Imaculada Conceição e, em 1935, foi designado Bispo Titular de Barca e Auxiliar do Arcebispo Metropolitano, função que exerceu até 1937. Em 1939, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva foi designado arcebispo Metropolitano de São Paulo (Araxá, 2001 b: 114).

Mas, tais atividades se realizaram em um período relativamente curto. Isto, porque Dom José teve a vida interrompida, de forma prematura e trágica, no ano de 1943, aos 42 anos de idade, quando foi vítima de um grave acidente aéreo, ocorrido enquanto viajava para a cidade do Rio de Janeiro.

A documentação a ele relacionada se situa sobretudo no âmbito da carreira religiosa, atividade em que obteve projeção, em nível nacional. Ela está sob a guarda da Fundação Cultural Calmon Barreto e, como se tem reiterado, integra o acervo acumulado pelo pai, seu biógrafo e admirador.

Além dessa, sabe-se da existência de outra documentação relacionada à sua pessoa e carreira, sob a guarda da Cúria Metropolitana de São Paulo. Contudo, ainda não houve entendimentos entre aquela instituição e a Fundação, no intuito de promover um intercâmbio de dados a respeito dos respectivos conteúdos dos acervos.

A família de Sebastião de Affonseca e Silva e Dom José ainda reside em Araxá e mantém contatos esporádicos com a Fundação Cultural Calmon Barreto. A genealogia do titular já foi pesquisada e divulgada pela Instituição, em publicação periódica e ensaio biográfico. E o seu fundo arquivístico tem servido como fonte documental constante, na execução das pesquisas historiográficas realizadas pelo Setor de Arquivos, Pesquisas e Publicações.

7.2 Descrição geral do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

O Fundo Sebastião de Affonseca e Silva apresenta um nível arquivístico que no capítulo anterior desta pesquisa intitulou-se Seção Dom José Gaspar. Mas, há ainda dois outros grupos neste Fundo, compostos por documentos textuais e iconográficos ³⁷, que também se encontram organicamente relacionados ao titular e precisam ser descritos e identificados.

³⁷ Tais denominações se baseiam no gênero documental dos dois grupos mencionados.

Primeiramente, pode-se dizer que a documentação textual compõe-se de itens em formatos, espécies e tipos documentais diversos, que apresentam datas cronológicas dilatadas, as quais, como se verá adiante, acham-se perfeitamente integradas à trajetória e às funções desempenhadas pelo titular do Fundo.

Os periódicos fazem parte desse gênero documental e, conforme se observou em capítulo anterior, se constituem de jornais inteiros ou mesmo em recortes, além de panfletos e revistas de caráter religioso. Os jornais, que são os exemplares mais antigos de que dispõe a Instituição, circularam na cidade de Araxá e região durante as primeiras décadas do século XX.

Nesta pesquisa, optou-se por considerá-los como parte integrante do Fundo, porque tiveram a acumulação efetuada pelo titular e foram utilizados como fonte documental no exercício de suas atividades. Durante o estudo, ficou claro que houve uma intenção de mantê-los, para atender a finalidades e circunstâncias destas atividades. Assim, se reconhece que guardam relação orgânica com o conjunto, sendo de fato registros arquivísticos.

Alguns destes jornais, notadamente os recortes, acham-se inclusive classificados entre as unidades documentais do Fundo. Quanto aos exemplares inteiros, como foi dito, ainda não receberam um tratamento definitivo, mas figuram em lista cronológica e de títulos, armazenados no “Arquivo de Periódicos”.

O segundo gênero documental identificado constitui-se de 246 fotografias em preto & branco, as quais acham-se atualmente armazenadas no “Arquivo Fotográfico”. Este grupo guarda uma relação orgânica com o Fundo,

conforme se demonstrará adiante. E suas imagens relacionam-se aos homens comuns e também às figuras ilustres da cidade, além naturalmente de familiares do titular, entre os quais se destaca a figura de Dom José Gaspar. Outros temas freqüentes são os eventos sociais ou religiosos, os monumentos e edifícios públicos e privados da cidade.

Assim, tendo-se em conta alguns elementos importantes, tais como a trajetória do titular, a descrição prévia do processo de produção e acumulação do Fundo, os gêneros documentais e, finalmente, o princípio da organicidade, pode-se preencher algumas lacunas na sua estruturação, fixando-se duas de suas eventuais séries documentais, que seriam:

- a) Série Documentação Textual;
- b) Série Documentação Iconográfica.

A razão para a decisão de identificar os gêneros documentais citados, diretamente em nível de série, repousa no entendimento de que esta é a forma mais adequada para expressar o caráter de produção e acumulação efetivadas pelo titular, a quem verdadeiramente coube a opção de constituir dois subconjuntos individualizados, dentro de um mesmo acervo. Assim, a tarefa que se apresenta a este estudo é justamente a de refletir e manter a sua configuração original, tanto quanto possível (FIG. 17).

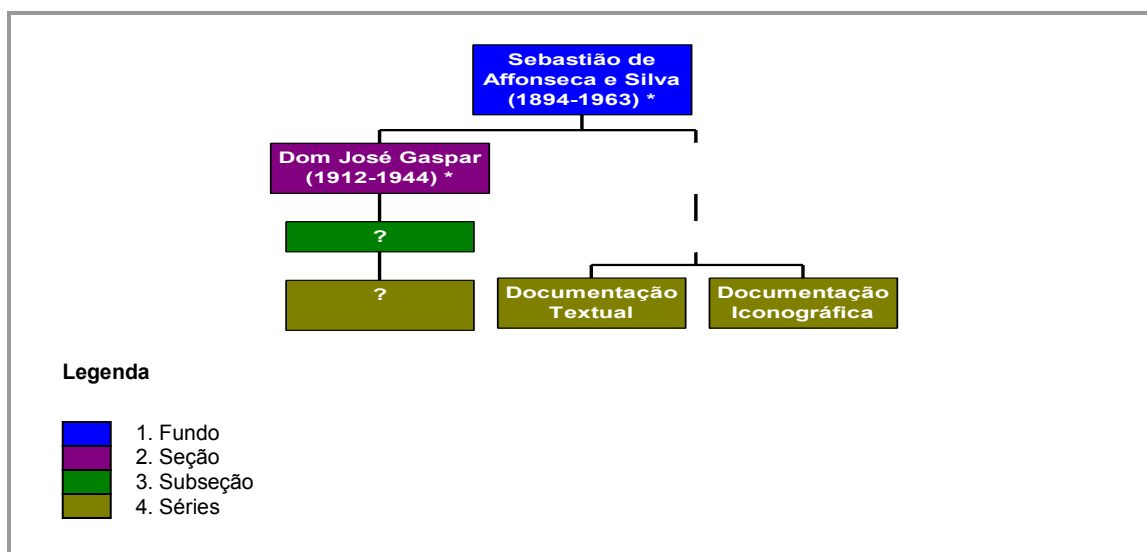


FIGURA 17 - Níveis e subníveis preliminares do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva
 NOTA - Datas balizadoras das séries e da seção.

7.3 Série Documentação Textual

7.3.1 Dados preliminares

Ano do Recolhimento: 1985

Organicidade: Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

Proveniência: documentação acumulada pelo titular e transferida ao Museu Dona Beja, em 1965.

De acordo com dados obtidos em pesquisa bibliográfica ³⁸, esta série arquivística do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva agrega documentação, cujas datas cronológicas balizadoras situam-se, em média, no

período que vai de 1894 a 1963. Sendo assim, estas datas confirmam que o período de acumulação da documentação realmente acha-se em concordância com a trajetória do titular que, conforme se citou anteriormente, nasceu em 1877 e faleceu em 1968.

Os itens referentes a este nível arquivístico apresentam espécies documentais variadas, podendo-se mencionar cartas, relatórios, estatutos, requerimentos, escrituras, atas e notas biográficas. Quanto ao formato, foram identificados livros, folhas, recortes de jornais, convites, panfletos, cartazes, flâmulas e folhetos. Durante a pesquisa, observou-se a existência de cartões postais - formatos normalmente definidos como documentação iconográfica - classificados junto aos demais itens deste conjunto. Mas, sua ocorrência não foi freqüente.

Ainda de acordo com a pesquisa bibliográfica, há uma tendência à predominância de documentos em tamanho médio (33x22cm), no suporte papel e na técnica de escrita datilográfica. A armazenagem é feita em armários metálicos e o acondicionamento primário e secundário, respectivamente, em 142 pastas do tipo *folder* e em quatro caixas, numeradas da seguinte maneira:

- a) caixa 01: pastas de 01 a 90;
- b) caixa 02: pastas de 91 a 145;
- c) caixa 03: pasta 141;
- d) caixa 04: pasta 142.

³⁸ Disponível em FREITAS, 1999, p. 61-62.

7.3.2 O processo de tratamento

Na coleta de dados, observou-se que esta série recebeu tratamento semelhante ao que se efetuou nos demais conjuntos institucionais, os quais ainda serão objetos de análise. Isto porque, como se mencionou em capítulo anterior, a Instituição optou por um tipo de padronização de procedimentos.

Em relação ao sistema utilizado, pode-se dizer que os itens receberam uma classificação individual, baseada no assunto. Posteriormente, foi feita a descrição do conteúdo das unidades documentais, seguida da identificação, que obedeceu à codificação previamente definida e à localização do item no acervo. Portanto, o código utilizado resultou num tipo misto, constituído de dados numéricos e alfabéticos, cujos elementos são:

- a) *código numérico seqüencial 1*: que designa a unidade documental, propriamente dita;
- b) *código alfabético*: que aponta para a localização geral da unidade, ou seja, para o “arquivo”, propriamente dito;
- c) *código numérico seqüencial 2*: que aponta para a localização específica, ou seja, para o número identificador da caixa de acondicionamento da unidade.

E, da junção destes três elementos citados se tem a composição final do código identificador do documento, que a Instituição intitula “Código local” (TAB. 6).

TABELA 6

Modelo de procedimento alfa-numérico de arquivamento utilizado na Série Documentação Textual - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

CÓDIGO LOCAL		
Código numérico 1	Código alfabético	Código numérico 2
Doc. N° 016	AMDB ²	P. 01
Doc. N° 029	AMDB	P. 01
Doc. N° 045	AMDB	P. 01
Doc. N° 072	AMDB	P. 01

NOTA - 1: Dados apurados a partir da observação direta de quatro unidades catalográficas do acervo.

2: Sigla alfabética correspondente às iniciais de "Arquivo do Museu Dona Beja".

E, para registrar todos esses dados, elaboraram-se as chamadas "fichas catalográficas" FIG. 18 e 19. Elas foram utilizadas como instrumento-padrão na classificação das unidades documentais desta série e também nos demais conjuntos institucionais. Como este procedimento foi adotado para tratar todos os itens de forma individualizada, conclui-se que cada uma destas unidades possui ficha catalográfica correspondente.

PROJETO DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA		ASSUNTO:
DOC. N.º 072/AMDB - 01		ESTÂNCIA HIDRO-MINERAL
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Arquivo do Museu Dona Beja		OBSERVAÇÕES:
Pasta nº 01		
SUMÁRIO: Artigo do Dr. Cláudio de Paula Penna, médico da Estância com o título "Uma visão do moderno Araxá".		ESTADO DO DOCUMENTO PERFEITO <input type="checkbox"/> DANIFICADO <input type="checkbox"/> INCOMPLETO <input type="checkbox"/> COMPLETO <input type="checkbox"/> RESTAURADO <input type="checkbox"/> FALTA(M) A(S) PAGINA(S) _____ <input type="checkbox"/>

FIGURA 18 - Cópia de ficha catalográfica da Série Documentação Textual - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva (1)

PROJETO DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA		ASSUNTO:
DOC. N.º 045/AMDB - 01	DONA BEJA	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Arquivo do Museu Dona Beja		OBSERVAÇÕES:
Pasta nº 01		
SUMÁRIO: Rascunho com o título "Dados descritivos para ser escrita a história literária sobre a vida de Dona Beja", por Sebastião d'Afonseca e Silva, sem data.		ESTADO DO DOCUMENTO
		PERFEITO <input type="checkbox"/>
		DANIFICADO <input type="checkbox"/>
		INCOMPLETO <input type="checkbox"/>
		COMPLETO <input type="checkbox"/>
		RESTAURADO <input type="checkbox"/>
		FALTA(M) A(S) PAGINA(S) <input type="checkbox"/>
		LEGIBILIDADE
		ÓTIMA <input type="checkbox"/>
		BOA <input type="checkbox"/>
		REGULAR <input type="checkbox"/>
		MÁ <input type="checkbox"/>

FIGURA 19 - Cópia de ficha catalográfica do mesmo acervo (2)

Então, como se observa no exemplo da FIG. 18, o documento recebeu uma classificação sob o assunto “Estância Hidro-Mineral” e um código identificador alfa-numérico, que neste caso é “Doc nº 072/AMDB - 01”. Em seguida, foi-lhe atribuída uma nota topográfica, aludindo ao “Arquivo do Museu Dona Beja” e à “Pasta 01”. Finalmente, descreveu-se o conteúdo no campo “Sumário”, informando tratar-se de um artigo médico. Mas, como este procedimento foi realizado de forma bastante concisa, a ficha não apresentou dados mais conclusivos da unidade documental descrita.

Da mesma forma, na FIG. 19 nota-se a existência do código alfa-numérico de identificação e a referência à localização topográfica. Nela, estão presentes também os dados relacionados à descrição e ao assunto, o qual recebe a titulação “Dona Beja”. Neste caso, o conteúdo alude às notas biográficas sobre esta figura histórica, manuscritas pelo titular do Fundo.

Conforme se observou, esse procedimento de distribuição dos documentos em classes temáticas, resultou na formação de uma lista, composta por 33 cabeçalhos de assuntos QUADRO 1. E as fichas catalográficas correspondentes aos documentos, depois de preenchidas, foram armazenadas em fichário, de acordo com os títulos dos cabeçalhos.

QUADRO 1

Lista dos cabeçalhos de assuntos referentes à Série Documentação Textual - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

Item	Cabeçalho de assunto	Item	Cabeçalho de assunto
01	Administração	18	Leis e Resoluções
02	Agropecuária	19	Meios de Transporte
03	Associações	20	Movimento Político de 1842
04	Atividades culturais	21	Óbitos
05	Atividades esportivas	22	Ordem Pública
06	Bento Antônio da Boa Morte	23	Ocorrências Policiais
07	Clube Social e de Serviço	24	Órgãos de Comunicação
08	Congressos	25	Panfletos e Convites
09	Desemboque	26	Personalidade
10	Dona Beja	27	Política
11	Entidades Educacionais	28	Praças e Ruas
12	Estabelecimento Comercial	29	Recortes de Jornais
13	Estância Hidromineral	30	Religião
14	Igrejas e Capelas	31	Repartições Públicas
15	Imigração	32	Saneamento Básico
16	Indústrias	33	Saúde
17	Jornais		

NOTA - 1: Lista apurada a partir de observação direta, realizada em 100% das fichas catalográficas do acervo.

Assim, concluindo, foram estes basicamente os procedimentos verificados na classificação e no arquivamento dos documentos da Série Documentação Textual do Fundo sob análise, os quais têm nas fichas catalográficas os instrumentos manuais de acesso e recuperação de sua informação potencial.

7.3.3 Uma análise e interpretação do processo

Em relação à interpretação dos aspectos descritos, é preciso esclarecer, em primeiro lugar, que esta série documental foi submetida a um processo de classificação e arquivamento por assunto, sem que tivesse sido observada a natureza arquivística de sua informação. De forma que os procedimentos adotados no tratamento dispensaram alguns dos princípios teóricos fundamentais da Arquivologia, como a proveniência, o respeito aos fundos e a organicidade dos documentos.

E o processo de classificação definido pela Instituição apresenta problemas, o que se nota em vários momentos. Os termos utilizados para identificar os títulos dos cabeçalhos, por exemplo, ora são demasiadamente genéricos (“Personalidade”, “Política”, “Religião” e “Saúde”), ora muito específicos (“Barreiro”, “Dona Beja”, “Igrejas e Capelas” e “Bento Antônio da Boa Morte”).

Além disso, a observação dos cabeçalhos indica que alguns itens foram classificados pelo formato (“Jornais”, “Recortes de Jornais”, “Panfletos e Convites”), mas não pelo assunto. Ao passo que outros itens nem mesmo podem ser enquadrados na categoria de determinantes de assunto (“Associações”, “Congressos”, “Leis e Resoluções”).

Todos esses aspectos demonstram, portanto, que não houve a definição de uma política de classificação, por parte da Instituição, quando da organização do Fundo. E isto gera dificuldades para a compreensão e mesmo seqüência de procedimentos de rotina, no processo de tratamento do mesmo.

Mesmo esse modelo de classificação, identificado na Série documental em estudo, não está adequado a este tipo de arquivo, de caráter permanente. Neste caso, o procedimento adotado pela Instituição teria que ser o arranjo, ou seja, a reunião dos documentos em seus respectivos grupos arquivísticos, atendendo à proveniência e à organicidade.

Além disso, a documentação sob análise foi identificada como uma, dentre as prováveis séries arquivísticas do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva. Assim, é razoável supor que tanto este quanto a aquela deverão agregar ainda outros níveis, os quais só poderão ser fixados mediante a ordenação interna dos documentos, atendendo à identificação de grupos completos e à tipologia arquivística predominante.

Não se pode deixar de dizer também que a opção pela classificação atendendo ao assunto ou temática principal do documento, trouxe uma outra problemática. Ela fez deste um sistema um tanto quanto impreciso e subjetivo, do ponto de vista teórico, dado que atende a critérios analíticos inferidos pela própria Instituição, a partir de sua relação cotidiana com o acervo.

Isto, por sua vez, traçou os contornos de uma outra situação, não menos problemática. Os documentos do arquivo tornaram-se passíveis de classificação simultânea, em pelo menos dois ou três itens diferentes dos cabeçalhos de assuntos, conforme se observa em tabela apresentada na seqüência (TAB 7).

TABELA 7

Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Série Documentação
Textual - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

(Continua)

Item de amostra	Código local	Assunto	Sumário ²
01	Doc. Nº 035/AMDB/ 01	Congressos	Artigo do jornal "O Estado de São Paulo", de 31/07/1949, sobre a II Conferência Nacional das Classes Produtoras, 24 a 31 de julho de 1949
02	Doc. Nº 009/AMDB/ 01	Agropecuária	Página do "Estado de Minas", nº 5450, datado de 09 de julho de 1944, sobre a criação do gado Indusbrasil
03	Doc. Nº 031/AMDB/01	Clube Social e de Serviço	Publicação sobre a ação judicial proposta contra o "Clube Brasil" pelos Srs. Joaquim Ewandinack Porfírio de Azevedo, assinado em julho de 1957
04	Doc. Nº 002/AMDB/01	Administração	Documento datado de 01 de janeiro de 1908, assinado por Sebastião de Affonseca e Silva, solicitando a exoneração do cargo de coletor municipal
05	Doc. Nº 054/AMDB/01	Dona Beja	Requerimento de Beja, solicita autorização para aumentar a sua residência
06	Doc. Nº 116/AMDB/02	Política	Homenagem de despedida prestada a Fausto Soares Alvim, pelo povo de Araxá
07	Doc. Nº 108/AMDB/02	Personalidades de Araxá	Crônica assinada por João da Vila que trata sobre a personalidade folclórica "Tem-Areia", citando, ainda que rapidamente: o Taréco, o Zé Quirino, as irmãs Picututa e Marcelina, o Gabiroba, o Pica-Pau, o Méco, entre outros
08	Doc. Nº 025/AMDB/01	Bento Antônio da Boa Morte	Recorte do jornal "Lavoura e Comércio", de Uberaba, datado de 14 de outubro de 1938, título: "Um grande artista triangulino", baseado em dados do artigo publicado por Dom José Gaspar
09	Doc. Nº 076/AMDB/01	Igrejas e Capelas	Convite de inauguração do Lar Santa Terezinha
10	Doc. Nº 134/AMDB/02	Saúde Pública	Documento assinado por Sebastião de Affonseca e Silva, datado de 14 de setembro de 1949, sobre a "Santa Casa de Misericórdia - 111". Obs: o Sr. Sebastião d'Affonseca e Silva tece comentários gerais, inclusive sobre a "prática de operações que importavam na esterilização da mulher"
11	Doc. Nº 142/AMDB/04	Recortes de Jornais	Separação do Triângulo, saúde pública, saneamento básico, personalidades, política, óbitos, movimento de 1842, minérios, meios de transporte, indústria, associações, entidades educacionais, estância hidromineral, histórico de Araxá

NOTA - 1: Dados apurados em amostra aleatória de 10% das fichas catalográficas do acervo.

2: Os dados apresentados, nesta coluna, foram transcritos literalmente da fonte documental.

TABELA 7

Principais dados referentes ao sistema de classificação da Série Documentação Textual -
Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

(Conclusão)

Item de amostra	Código local	Assunto	Sumário
12	Doc. Nº 044/AMDB/01	Dona Beja	Correspondências expedidas pelos descendentes de D. Beja, anos 1949-1950
13	Doc. Nº 020/AMDB/01	Atividade Cultural	Letra de valsa intitulada "Saudades de Araxá", sendo a música de autoria dos Irmãos Mendonça e letra de José Theodoro Nascimento Júnior, datado de outubro de 1959 - cidade de Franca
14	Doc. Nº 106/AMDB/02	Personalidades de Araxá	Dados genealógicos da família Guimarães, Ferreira Guimarães e Costa Guimarães, datado de 01/01/1960. Estes dados foram fornecidos por José Pereira Vale, filho de Terêncio Pereira de Resende e Adélia Carneiro

Os itens 1, 2, 3, 8 e 11 da TAB. 7 ilustram a situação anteriormente descrita. Todos eles tratam-se de artigos jornalísticos destacados pelo titular, de periódicos locais ou regionais da época. E no sistema de classificação desenvolvido pela Instituição existe um cabeçalho de assunto intitulado "Recortes de Jornais", que se destina à classificação deste tipo de documento.

No entanto, como se percebe, esses artigos foram classificados em diversos cabeçalhos, a despeito da intenção do titular ou mesmo da função do documento. Interessante frisar, ainda, que mesmo o cabeçalho "Recorte de Jornais" não designa propriamente um assunto, mas o formato em que se configura fisicamente o documento.

Esse procedimento pode ser questionado, na medida em que, partindo-se do conceito de proveniência, tais artigos extraídos de periódicos se

associam organicamente ao titular do Fundo, indivíduo que ao longo da vida os separou e acumulou, porque naturalmente serviam de subsídio ao seu trabalho. Haveria que se atentar para a ordem original desta documentação, atribuída por ele. Mas, segundo dados de entrevista, tal ordem já havia sido desfeita no momento do recebimento do Fundo à Instituição.

Contudo, ainda assim teria sido interessante se no momento de opção pelo tratamento tivesse havido um questionamento mais profundo sobre o porquê da existência de tais recortes e a sua conexão com o restante do acervo. Isto possivelmente teria impedido a separação e classificação dos mesmos, em cabeçalhos tão diversos.

Obviamente, essas conjeturas não se configuram como proposições teóricas, uma vez que a situação discorrida se encontra no domínio do fato passado e se prende à premissa da aceitação do processo de classificação existente, o que não é o caso. Mas, ao menos servem como instrumentos de reflexão para uma eventual proposta de novo tratamento do acervo, no futuro, além do que demonstram a existência daqueles elementos denotativos de imprecisão e subjetividade citados anteriormente.

Mas, há ainda outras formas de demonstrar a indefinição e a imprecisão desse tipo de classificação. Os itens 5 e 12 da TAB. 7, por exemplo, sugerem que todos os documentos alusivos à Dona Beja e a Bento Antônio da Boa Morte - personagens históricas de Araxá, no século XIX - deveriam ser enquadrados nos seus respectivos cabeçalhos. Contudo, há uma terceira possibilidade, identificada no cabeçalho “Personalidades de Araxá”, indicado pelos itens 7 e 14.

A julgar pelo procedimento, os documentos referentes a estas pessoas também poderiam ter sido enquadrados neste cabeçalho. De onde se conclui que, no ato de classificação, houve duas ou mais alternativas, o que aumentou as possibilidades de imprecisão. Por outro lado, os próprios cabeçalhos de assuntos são bastante genéricos, o que os torna vagos perante o conteúdo documental que pretendem retratar e recuperar.

E há ainda outros exemplos que atentam para eventuais falhas no processo. No item 14, tem-se um conteúdo genealógico inserido em um cabeçalho destinado a personalidades. E no item 13, uma letra de valsa, datada de 1959, está classificada em um cabeçalho fixado para atividades culturais. Em suma, não é difícil imaginar o que esta imprecisão pode significar em termos de possibilidade de refinamento de pesquisa e o tempo que pode ser consumido do pesquisador que queira recuperar informações do arquivo.

Os dados da TAB. 7 levam também à análise da tipologia diplomática e arquivística dos documentos desta Série ³⁹. De acordo com a espécie, os itens 4 e 5 são ofício e requerimento, respectivamente. E esta é a sua tipologia diplomática. Mas, pelo gênero se enquadram na tipologia arquivística intitulada correspondência, retratada no item 12. Assim, seria interessante se tais itens tivessem sido ordenados, atendendo preferencialmente ao gênero documental, o que os teria disposto em um único grupo. Contudo, tal fato não ocorreu.

³⁹ Na realização desta análise, utilizou-se de terminologia sugerida por Bellotto (1991). A autora frisa que o tipo arquivístico pode variar, porque se refere diretamente ao arquivo e depende de seu conhecimento. O tipo diplomático, ao contrário, é essencialmente imutável.

De forma, que se pode sugerir que seja efetuado, futuramente, um estudo aprofundado dos prováveis tipos arquivísticos encontrados no acervo, nos moldes do que foi ilustrado, para dar subsídio na realização do arranjo interno. Assim, os documentos tenderão a se associar naturalmente uns aos outros e aos respectivos grupos ou subséries documentais, por meio do reconhecimento de sua correspondência tipológica.

Portanto, em síntese, as questões evidenciadas apontam para falhas na recuperação da informação do Fundo em questão. O processo utilizado, ficou comprovado, é impreciso e extremamente dependente da interpretação de um sujeito, seja ele usuário ou atendente do arquivo. E esta situação tende ao agravamento, porque a Instituição não conta com instrumentos descritivos, os quais, como se sabe, poderiam situar o seu conteúdo arquivístico em um contexto analítico de pesquisa, facilitando o processo de acesso do usuário.

E tudo isso decorre do fato de que o tratamento dado a esta Série tendeu a evidenciar unidades e não grupos documentais, na medida em que a classificação partiu do âmbito particular para o geral. Isto não condiz com o método arquivístico de abordagem, que prevê justamente o contrário, ou seja, a identificação dos níveis gerais do acervo, tais como fundos, seções e séries, tendo-se em vista a idéia predominante nos grupos inteiros de documentos, sem se ater propriamente às suas unidades, da forma como foi feito.

Sendo assim, pode-se dizer que esta Série documental sofreu abordagem similar àquela usualmente efetuada pela Biblioteconomia, nos seus procedimentos técnicos de classificação e catalogação individual de peças. E este é o cerne da questão. Porque o arquivo, ao contrário, caracteriza-se pelo

tipo de conjunto orgânico que configura, o que se reflete inclusive na estruturação dos seus níveis e subníveis arquivísticos, feita por meio do arranjo e da ordenação. Portanto, no caso em questão, na medida em que não houve um arranjo de conjuntos e sim uma classificação de itens, pode-se dizer que a abordagem arquivística cedeu espaço à biblioteconômica, havendo, assim, um tipo de entendimento que tomou uma coisa por outra.

Por outro lado, identificaram-se aspectos satisfatórios no tratamento do acervo. Em primeiro lugar, a presença de alguns elementos nas fichas catalográficas pode ser considerada positiva. O registro do estado de conservação e legibilidade dos documentos, por exemplo, denota uma preocupação com a integridade física dos mesmos. O fato de que a Instituição não utiliza processos eletrônicos de armazenamento de dados também pode ser mencionado como positivo, na medida em que os procedimentos adequados de tratamento da informação também não foram contemplados.

Além disso, não se pode deixar de levar em conta o interesse da Fundação em atribuir ao conjunto algum tipo de tratamento. Neste ponto reside o seu real mérito, confirmado pelos esforços institucionais até então empreendidos na organização do arquivo. E o tratamento identificado, embora contenha as falhas apontadas, servirá como base para a realização do arranjo arquivístico do Fundo, procedimento que se encoraja a Instituição a efetuar, em um curto prazo.

E o arranjo, por sua vez, servirá de base à descrição arquivística, por meio da qual poderão ser criados, futuramente, aqueles instrumentos de busca dos quais carece o arquivo. Estes serão bastante úteis no processo de

recuperação da informação, além de proporcionarem a publicidade e a divulgação do conteúdo documental dessa parte do acervo, necessidades institucionais identificadas por esta pesquisa.

No momento, não se pode antecipar algum esquema preliminar de arranjo para esta parte do acervo. Isto, porque os dados de amostragem revelam a existência de lacunas que impossibilitam a idealização de uma estrutura de tal ordem. Todavia, sugere-se que a Instituição proceda à sua realização, o quanto antes.

Finalmente, em função das proporções e demandas que suscitam, recomenda-se que tais propostas sejam desenvolvidas no âmbito de uma política arquivística institucional, capaz de contemplar todos os aspectos apontados neste estudo, cada qual no seu devido tempo e em uma seqüência de prioridades e necessidades estabelecidas.

7.4 Série Documentação Iconográfica

7.4.1 Dados preliminares

Ano do Recolhimento: 1985

Organicidade: Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

Proveniência: documentação acumulada pelo titular e transferida ao Museu Dona Beja, em 1965.

A série Documentação Iconográfica é formada basicamente por fotografias. De acordo com a observação das fichas catalográficas, elas perfazem um total de 36 itens, executados no processo preto & branco. A temática central é similar à mencionada anteriormente, quando da descrição geral do Fundo. Exceção deve ser feita às imagens referentes a Dom José Gaspar, que nesta pesquisa não foram identificadas a esta parte do acervo.

A armazenagem das peças é realizada em armários metálicos, sendo que o acondicionamento primário é do tipo duplo e individual. Assim, antes de ser introduzida em envelope comercial, a fotografia é envolvida em invólucro protetor de papel manteiga. As pastas de arquivo suspenso são utilizadas no acondicionamento secundário. Nelas, as fotografias acham-se dispostas em grupos de 15 unidades, obedecendo à seqüência do código de arquivamento e demais procedimentos de tratamento que serão mencionados.

7.4.2 O processo de tratamento

Primeiramente, é possível afirmar que o grupo de fotografias se configura em uma série documental do Fundo sob análise, pelos motivos anteriormente expostos, ou seja, porque mantém relação orgânica com o titular. E o processo de tratamento recebido por ele foi similar ao já descrito, reservadas algumas particularidades, que serão apontadas oportunamente.

As fotografias receberam primeiramente uma classificação individual, dada pela temática central da imagem. Estes dados foram registrados no campo “Descritores” da ficha catalográfica. Em seguida, efetuou-se a descrição resumida da fotografia, apontada no item “Resumo (descrição e histórico da foto)”, da mesma ficha. A identificação obedeceu a um código alfa-numérico seqüencial e progressivo, que procurou referenciar tanto as unidades documentais quanto a sua localização no acervo. Desta maneira, estabeleceu-se o “Código Local”, composto dos seguintes elementos:

- a) *código numérico seqüencial 1*: que designa a unidade documental, propriamente dita;
- b) *código alfabético*: que aponta para a procedência da unidade, ou seja, para o “arquivo” de origem;
- c) *código numérico seqüencial 2*: que aponta para a localização geral da unidade, ou seja, para o “arquivo”, propriamente dito;
- d) *código numérico seqüencial 3*: que aponta para a localização específica, ou seja, para o número identificador da pasta de acondicionamento da unidade.

Assim, pode-se dizer que o código utilizado é do tipo misto e se constitui de dados numéricos e alfabéticos, conforme se observa de forma mais ilustrativa na tabela a seguir (TAB. 8).

TABELA 8

Modelo de procedimento alfa-numérico de arquivamento utilizado na Série Documentação Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

CÓDIGO LOCAL			
Código numérico 1	Código alfabético	Código numérico 2	Código numérico 3
Doc. Nº 0164	AMDB ²	427/30.03	P. 011
Doc. Nº 0264	AMDB	724/48.12	P. 018
Doc. Nº 0278	AMDB	724/48.26	P. 019
Doc. Nº 0259	AMDB	724/48.07	P. 018

NOTA - 1: Dados apurados a partir da observação direta de quatro unidades catalográficas das fotografias pertencentes ao acervo.

2: AMDB - iniciais de "Arquivo do Museu Dona Beja".

E o sistema de classificação proposto, conforme se observou, atendeu às 36 fotografias existentes nesta série. De modo que, para cada exemplar fotográfico existe uma ficha catalográfica correspondente. Porém, a classificação que aqui se realizou apresenta uma sutil diferença em relação à observada na série anterior. Nesta, existe um código numérico que aponta para a classificação da unidade no "Arquivo Fotográfico", o que implica uma dupla identificação dos itens desta série.

Pelo que se pôde apurar, isso ocorreu porque houve uma intenção de classificar as fotografias pelo formato e pela procedência. Assim, em razão do primeiro aspecto, elas receberam um código numérico de referência ao "Arquivo Fotográfico". Em razão do segundo, receberam outro código, desta vez alusivo ao "Arquivo do Museu Dona Beja". Isto se confirma em anotações existentes em campos das fichas catalográficas, tais como "Outras notas",

“Obs.” e “Procedência do Original” (FIG. 20 e 21). Assim, tal registro de dados se refletiu na composição do código, atribuindo uma dupla identidade dos itens.

FTO
FUNDAÇÃO CULTURAL OLAVEN BARRETO
CENTRO DE PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTO FOTOGRAFICO

Autor (Fotógrafo) Parateca

Título _____

Local da foto Araxá - (Minas Gerais)

Data da foto 30.11.1.957

00264/
AMDB. 724/48.12

P. 018
CÓDIGO LOCAL

FILME NEG.

CÓPIA CONTATA

Foto Slide Audiovisual Contato

Negativo: em vidro x em celuloide x outros x

Conservação: Rasgado Manchado Escrito Colado

Legibilidade: Ótimo Bom Regular Pssimo

Outras notas: Escrita, e com etiqueta adesiva indicando o nº de catalogação no Arquivo Museu Dona Bêja.

Descrição física: Largura 6,3 Altura 8,7

Colorido Preto Branco

FIGURA 20 - Cópia de ficha catalográfica da Série Documentação Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

Resumo (descrição e histórico da foto) Sebastião de Affonseca e Silva e Thomas Leonardos, escritor do romance "A Feitiçeira do Araxá".

Descritores Grupo de pessoas

Procedência do original Arquivo Fotográfico Centro de Preservação do Patrimônio Histórico

Modo de aquisição: Compra Doação Empréstimo Cedência

Data de entrada Janeiro de 1.985

OBS: A fotografia, que pertence ao Arquivo do Museu Dona Bêja, recebe aqui, o número de catalogação daquele arquivo.

FIGURA 21 - Cópia do verso da mesma ficha

Portanto, a partir dos elementos de classificação previamente descritos, constituíram-se 11 cabeçalhos de assuntos, que atendem às fotografias desta série e também ao restante do “Arquivo Fotográfico” (QUADRO 2).

QUADRO 2

Lista dos cabeçalhos de assuntos referentes à Série Documentação Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

Item	Cabeçalho de assunto	Item	Cabeçalho de assunto
01	Barreiro	07	Mapas e plantas
02	Eventos sociais	08	Mulher
03	Genealogia	09	Órgãos de comunicação
04	Grupo de pessoas	10	Obras públicas
05	Homem	11	Religião
06	Igrejas e capelas		

NOTA - 1: Lista apurada com base na observação direta de 100% das fichas catalográficas das fotografias do acervo.

E os cabeçalhos que figuram no QUADRO 2, sob os títulos “Igrejas e capelas”, “Obras públicas”, “Órgãos de comunicação” e “Religião”, conforme se nota, já haviam sido apresentados em lista anterior, assim como o cabeçalho intitulado “Estância Hidro-mineral”, que nesta lista recebe o nome de “Barreiro”. Quanto aos demais, pelo que se observa foram introduzidos para atender às demandas de classificação do próprio “Arquivo Fotográfico”.

Em suma, este é o procedimento de classificação adotado para a documentação fotográfica do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva, o qual reflete uma tendência à repetição, com algumas reservas, daquele que foi abordado na série documental anterior.

7.4.3 Uma análise e interpretação do processo

Primeiramente, é preciso dizer que a documentação desta Série também passou por processo de classificação individual, realizado com base no conteúdo. E que este fugiu aos princípios e procedimentos metodológicos de abordagem arquivística. Assim, durante o tratamento dos itens não se levou em conta, nem o respeito aos fundos nem a organicidade dos arquivos.

Contudo, percebe-se que o princípio da proveniência foi preservado, ainda que de forma indireta, em pelo menos três momentos. Primeiramente, na utilização de códigos de identificação, registrados no verso das fotografias, alusivos à “procedência” do acervo. E também nas notas remissivas, registradas no campo “Observações” das fichas catalográficas, onde se faz a mesma referência. Por fim, um outro campo da ficha, o “Código Local”, traz anotadas as siglas alfabéticas AMDB, que identificam o item ao acervo de origem, que neste caso é o “Arquivo do Museu Dona Beja”.

Portanto, pode-se dizer que houve a intenção de manter o elo de ligação entre as fotografias e o restante do acervo, ainda que não propriamente em função da observância dos princípios de organicidade e respeito aos fundos de arquivo. O fato é que o procedimento utilizado serve como referência no reconhecimento da proveniência desta Série, atualmente.

E há razões para crer que o tratamento atribuído às fotografias se justificou mais em função da questão do formato e do manuseio, do que da observação do aspecto arquivístico. Assim, entendendo que as fotografias enquadram-se numa classe de materiais com características especiais, optou-

se pela sua reunião em um mesmo ambiente de armazenagem. Mas, se por um lado, a classificação dos itens, segundo dados de entrevista, seguiu orientações previstas em manual ⁴⁰, por outro, desconsiderou a natureza peculiar de sua informação. Tal foi o que se observou nesta parte do Fundo.

No entanto, cabe esclarecer que, se num primeiro momento o tratamento dado ao acervo fotográfico atendeu prioritariamente aos interesses institucionais - sobretudo no tocante à armazenagem e ao manuseio - , serviu também para manter a proveniência do conjunto. Isto, porque as fotografias, mesmo em local distinto do restante do acervo, mantêm a indicação do Fundo ao qual se inserem, por meio dos códigos locais de classificação utilizados.

E vale dizer que todo o conjunto do “Arquivo Fotográfico” acha-se armazenado de forma satisfatória, o que de fato tende a facilitar o manuseio. E que as fotografias realmente se enquadram numa classe de materiais considerados especiais. Sendo assim, os procedimentos adotados pela Instituição não foram de todo equivocados, não podendo ser desconsiderados.

Porém, o problema reside no procedimento de classificação, que negligenciou as conexões possíveis entre o titular e as fotografias que acumulou. E, à medida que se reconhece a relação orgânica desta parte com o restante do Fundo, também eles se tornam passíveis de se submeterem ao procedimento de arranjo e fixação de eventuais níveis e subníveis arquivísticos.

⁴⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Minas Gerais; BELO HORIZONTE. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação João Pinheiro. **Manual de orientação para preservação de acervos fotográficos**. Belo Horizonte: FJP/UFMG, 1985.

O aspecto da organicidade dessas fotografias pode ser demonstrado pela análise dos dados contidos nos campos “Descritores” e “Resumo” de suas fichas catalográficas TAB. 9. Neles, se percebe e com certa constância, que o conteúdo desta Série documental gira em torno da vida pessoal e também das atividades de pesquisador do titular. E é esta a conexão na qual se tem insistido ao longo desta pesquisa.

TABELA 9

Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Série Documentação Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

(Continua)

Item	Código local	Resumo ²	Descritores
01	0253/AMDB/P. 017	Crucifixo sendo conduzido por Eduardo Augusto Montandon, saindo do “centro catholico” para as novas instalações do fórum.	Religião
02	0266/AMDB/P. 018	Reunião da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Araxá, em 0406/1953.	Religião
03	005/AMDB/P. 01	Sede da Rádio Imbiara, de Araxá, situada à Rua Quintino Bocaiúva (Rua das Flores, hoje, Calimério Guimarães).	Órgãos de Comunicação
04	0161/AMDB/P. 011	Parte das instalações da Usina de Eletricidade do Tamanduá.	Obras Públicas
05	0282/AMDB/P. 019	Parente da família Affonseca e Silva, residente em Paracatu – MG	Mulher
06	0280/AMDB/ P.19	Veríssima de Affonseca e Silva	Mulher
07	0273/AMDB/P. 019	Segundo arquivista, parente do Sr. Joaquim José Alves Ribeiro (Perfeito)	Mulher
08	0270/AMDB/P. 018	Ana Maria de Affonseca e Silva	Mulher
09	0162/AMDB/P. 011	Planta da elevação posterior – Projeto das Thermas do Barreiro de Araxá, por Luiz Signorelli	Mapas e Plantas
10	0163/AMDB/P. 011	Planta da elevação frontal do Projeto das Thermas do Barreiro de Araxá	Mapas e Plantas
11	0164/AMDB/P. 011	Planta da elevação frontal do Projeto do Hotel de Araxá, por Luiz Signorelli.	Mapas e Plantas
12	0261/AMDB/ P. 018	Lateral direita da Igreja do Rosário	Igrejas e Capelas
13	0259/AMDB/P. 018	Frente e lateral da Igreja do Rosário	Igrejas e Capelas

NOTA - 1: Dados resultantes da apuração realizada em 100% das fichas catalográficas das fotografias do acervo.

2: Os dados apresentados, nesta coluna, foram transcritos literalmente da fonte documental.

TABELA 9

Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Série Documentação
Iconográfica - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

(Conclusão)

Item	Código local	Resumo	Descritores
14	0260/AMDB/ P. 018	Vista frontal da Igreja do Rosário	Igrejas e Capelas
15	0283/AMDB/P. 019	Largo da Igreja de São Sebastião	Igrejas e Capelas
16	0279/AMDB/P. 019	Sr. Joaquim José Alves Ribeiro (Perfeito), casado com D. Veríssima de Affonseca e Silva	Homem
17	0278/AMDB/P. 019	Cônego Cassiano B. de Affonseca e Silva	Homem
18	0277/AMDB/P. 019	Parente da família Affonseca e Silva, residente em Paracatu – MG	Homem
19	0276/AMDB/P. 019	João Maximiano de Affonseca e Silva	Homem
20	0268/AMDB/ P. 018	Sebastião de Affonseca e Silva, aos 20 anos	Homem
21	0275/AMDB/P. 019	Raphael de Affonseca e Silva	Homem
22	0269/AMDB/ P. 018	Sebastião de Affonseca e Silva	Homem
23	0267/AMDB/P. 018	José Amâncio de Affonseca e Silva	Homem
24	0262/AMDB/P. 018	Frei Jerônimo	Homem
25	0257/AMDB/P. 018	Sebastião de Affonseca e Silva	Homem
26	0284/AMDB/P. 003	Grupo de araxaenses, em fazenda da região	Grupo de Pessoas
27	0281/AMDB/P. 019	Sebastião de Affonseca e Silva em companhia de Arthur da Silva	Grupo de Pessoas
28	0265/AMDB/P. 018	Celidônio de Affonseca e Silva discursando em solenidade da Companhia Boavista de Seguros	Grupo de Pessoas
29	0264/AMDB/P. 018	Sebastião e Thomas Leonardos, escritor do romance “A Feiticeira do Araxá”	Grupo de Pessoas
30	0258/AMDB/P. 018	João Maximiano de Affonseca e Silva, com amigos	Grupo de Pessoas
31	0274/AMDB/P. 019	Sérvulo de Affonseca e Silva, América Santiago e filha	Genealogia
32	0271/AMDB/P. 019	Sebastião de Affonseca e Silva, Francisco de Affonseca e Silva e outro parente	Genealogia
33	0255/AMDB/P. 017	Casal Duque (Clodion Cardoso) e esposa, Lili	Genealogia
34	0254/AMDB/P. 017	Casal João Maximiano de Affonseca e Silva e Francisca de Paula Eremita	Genealogia
35	0256/AMDB/P. 018	Confraternização dos funcionários da Companhia Boavista de Seguros	Eventos Sociais
36	0166/AMDB/P. 012	Praça de Esportes do grande Hotel. À direita, Igreja do Hotel Colombo. Ao fundo, Hotel de Cura e Repouso (Hotel da Previdência).	Barreiro

Os dados da TAB. 9 auxiliam na análise de um outro aspecto, observado na série anterior. A opção pela classificação, atendendo à temática principal da fotografia gerou imprecisão e subjetividade. Por isto, elas são passíveis de classificação em mais de um cabeçalho, indiferentemente. A esta questão, se associa o fato de que, com exceção do cabeçalho “Barreiro”, todos apresentam assuntos por demais genéricos. Isto demonstra a inconsistência do processo, no qual ora se têm temas bastante amplos ora específicos demais.

Essa situação pode ser ilustrada pelos cabeçalhos intitulados “Homem”, “Mulher”, “Genealogia” e “Grupo de Pessoas”. Neles, se nota que a classificação efetuada, de tão genérica se torna imprecisa e vaga, porque, *a priori*, qualquer fotografia, cuja temática central se refira a pessoas, pode ser classificada em um ou outro cabeçalho de assuntos. E isto depende exclusivamente do entendimento do indivíduo responsável pelo procedimento, o que denota a subjetividade do processo.

Se pelo menos houvessem determinado, de forma clara, as relações existentes entre as pessoas retratadas nessas imagens e o titular do acervo, os cabeçalhos teriam sido mais objetivos e o processo de recuperação da informação também. Desta forma, o usuário-pesquisador teria tido melhores condições para refinar sua pesquisa, recorrendo à leitura de tais cabeçalhos. Só que, com raras exceções, isto não acontece no procedimento atual.

Um modelo ilustrativo do que foi dito está no cabeçalho denominado “Genealogia”. Nele, fica patente que os indivíduos que servem como tema para a fotografia têm alguma relação de parentesco com o titular do acervo. Naturalmente, esse dado é relevante, porque facilita o acesso à determinada

imagem, em função das vinculações possíveis. Assim, por trás da aparente generalidade, o cabeçalho na verdade desempenha a sua função de instrumento de busca da informação desejada. Contudo, não se pode dizer o mesmo em relação aos demais cabeçalhos adotados.

Nos itens 28 e 35 da TAB. 9 encontram-se outros exemplos ilustrativos da questão da imprecisão. Neles, estão transcritos os dados de fotografias classificadas sob os cabeçalhos intitulados “Grupo de Pessoas” e “Eventos Sociais”. Pelo resumo, se nota que a temática das imagens é basicamente a mesma, ou seja, a reunião de indivíduos em torno de empresa da cidade. No entanto, os itens foram classificados em cabeçalhos de assuntos diversos. Assim, mais uma vez, se sacrifica a precisão na recuperação da informação, em função da indefinição do processo de classificação.

E essa situação tende ao agravamento, o que se explica pelo fato de que, mesmo sendo um grupo numericamente pequeno em termos quantitativos, esta Série acha-se classificada e armazenada, em meio aos demais itens do “Arquivo Fotográfico”. E existe o dado indiscutível de que os cabeçalhos de assuntos foram gerados para atender a todo o acervo. Assim, qualquer facilidade na recuperação da informação, aparentemente justificada pelo número reduzido de fotografias, se desfaz quando comparada à dinâmica do arquivo e da Instituição, ainda em processo de recebimento de documentação e, portanto, de expansão do acervo.

Dizendo de outra forma, o processo de classificação vem gerando uma espécie de mal progressivo. Quanto mais o acervo fotográfico se expande, maior é o risco de que a série pertencente ao Fundo Sebastião de Affonseca e

Silva seja pulverizada, em meio ao todo. E, na atual conjuntura do processo, ainda que não sejam parte integrante deste todo, porque não mantêm relação orgânica com ele, as fotografias, por força de um destino imposto, se lhe vinculam. E esta pseudo-organicidade interfere no acesso do usuário-pesquisador e, mais ainda, confunde a pesquisa. Portanto, este problema realmente precisa ser solucionado, em curto prazo.

Naturalmente, a solução passa pela observância de um fato. Se as fotografias mantêm uma relação orgânica com o titular, o seu arranjo deve se dar no âmbito do Fundo por ele gerado. Esta foi, inclusive a razão fundamental que fez com que se optasse, nesta pesquisa, por identificar a documentação fotográfica como uma série arquivística, estruturada em nível direto com o titular do Fundo sob análise. Afinal, este caráter foi impresso por ele mesmo.

Isso quer dizer que é necessário se repensar o processo de classificação dispensado a esta parte do Fundo, uma vez que a união das fotografias, tomando-se por base unicamente o formato, é por demais artificial. Por outro lado, não se recomenda a remoção das mesmas do ambiente de armazenagem em que se encontram. Portanto, a armazenagem pelo formato se justifica, mas não a classificação, que deve dar lugar, inclusive, ao arranjo.

As fotografias realmente são materiais especiais que, além da composição química instável, apresentam processos de degradação bastante específicos. Portanto, a recomendação de armazenagem desta parte do acervo, atendendo ao formato, tem base em pelo menos um argumento. O fato de que o papel e a fotografia - mais especificamente a emulsão fotográfica -

sofrem processos de degradação diferenciados, devendo receber tratamentos de conservação distintos.

Além disso, esses materiais são passíveis de sofrer processos de deterioração combinada, onde os subprodutos de um podem reagir quimicamente com os componentes ou subprodutos do outro. Isto também justifica a necessidade de desenvolverem-se estratégias diferenciadas de tratamento nestes casos.

Ainda em relação à conservação deste acervo, pode ser considerado positivo o fato de que a Instituição tomou a iniciativa de reproduzir as fotografias, por meio da confecção de cópias-contato, afixadas às fichas catalográficas. Deste modo, a identificação da imagem pode ser realizada sem que haja um manuseio excessivo do documento original de época. Ao mesmo tempo, essas cópias atendem também às consultas iniciais dos usuários.

E, em síntese, recomenda-se que, em função do exposto, as questões de ordem arquivística apontadas na análise desta Série documental do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva, sejam contemplada em projetos institucionais de médio prazo. Naturalmente, se estas ações vierem no bojo das decisões concernentes à política arquivística institucional, recomendada previamente, se estará diante de uma situação considerada ideal.

7.5 Seção Dom José Gaspar ⁴¹

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que este conjunto documental, associado à figura de Dom José Gaspar, vem sendo identificado nesta pesquisa como uma seção do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva, em razão da forma pela qual se realizou a sua acumulação.

De acordo com dados obtidos em pesquisa bibliográfica, as datas cronológicas balizadoras deste conjunto situam-se em um período que vai, em média, de 1912 a 1944. E pode-se dizer que estas se ajustam perfeitamente à fase de vida e exercício de atividades profissionais do indivíduo retratado pela documentação. Os seus dados biográficos demonstram que a carreira religiosa iniciou-se com os estudos de seminarista, em 1911, se encerrando, em 1943, por ocasião da morte. Portanto, de fato, o período de acumulação da documentação corresponde aos anos de exercício de tais atividades.

Conforme dados de entrevista e observação direta do acervo, nota-se que, a exemplo do conjunto anterior, esta parte do Fundo sob análise se compõe de dois tipos de documentação: textual e iconográfica. Neste estudo, elas foram indicadas como subseções do Fundo FIG. 22 e os seus dados e análises serão apresentados, de forma individualizada.

⁴¹ Os dados de pesquisa bibliográfica, citados neste item, estão disponíveis em: FREITAS, 1999, p. 52-56.

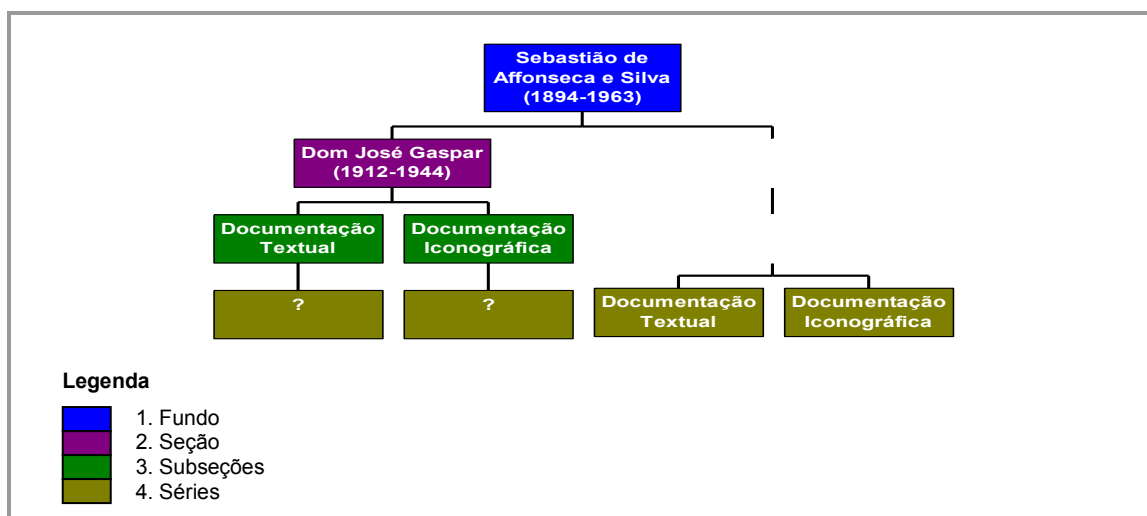


FIGURA 22 - Grupos arquivísticos identificados no Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

7.5.1 Subseção Documentação textual

7.5.1.1 Dados preliminares

Ano de Recolhimento: 1987

Organicidade: Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

Proveniência: documentação acumulada pelo titular e transferida à Fundação Calmon Barreto, sob autorização dos familiares.

Conforme pesquisa bibliográfica, esta Subseção apresenta itens em formatos diversos, entre os quais estão folhas avulsas, folhetos, cartazes, recortes de jornais, além de livros e revistas religiosas. E, assim como ocorreu no conjunto anterior, também neste verificou-se a existência de cartões postais, classificados em meio ao restante da documentação.

Ainda de acordo com dados bibliográficos, nesta Subseção são predominantes os documentos em tamanho médio (33x22cm), no suporte papel e na técnica de escrita datilográfica. Os periódicos, cuja maioria constitui-se de recortes de jornais e revistas religiosas, perfazem um total de 35% deste acervo, em média. Eles foram acumulados pelo titular do Fundo, no exercício da atividade de biógrafo de Dom José Gaspar e comprovam fatos relacionados à sua carreira religiosa.

A armazenagem dos itens é feita em armários metálicos e o acondicionamento é realizado primariamente em 138 pastas do tipo *folder*. As caixas de arquivo são utilizadas no acondicionamento secundário das pastas, e se dispõem da seguinte maneira:

- a) Caixa 01: pastas de número um ao 61;
- b) Caixa 02: pastas de número 62 a 100;
- c) Caixa 03: pastas de número 101 a 138.

7.5.1.2 O processo de tratamento

Esta Subseção passou por tratamento similar ao descrito no conjunto anterior, dado que a opção institucional foi pela padronização de procedimentos, o que se repetiu em todo o acervo. Em função deste fato e também para evitar alguma redundância nas análises, neste item, as atenções se voltarão para o destaque daqueles pontos considerados peculiares à

descrição e compreensão desta Subseção. Os demais aspectos serão citados apenas quando se fizerem necessários.

Primeiramente, observou-se a existência de 15 cabeçalhos de assuntos sendo utilizados na classificação desta documentação QUADRO 3. E as suas respectivas fichas catalográficas são armazenadas em fichário próprio.

QUADRO 3

Lista dos cabeçalhos de assuntos referentes à Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

Item	Cabeçalho de assunto	Item	Cabeçalho de assunto
01	<i>Ad Majorem Dei Gloriam</i>	09	Entidades Culturais
02	Arcebispo	10	Entidades Educacionais
03	Associações	11	Homenagens
04	Atividades Culturais	12	Infância
05	Atividades Educacionais	13	Jornais
06	Biografia	14	Música
07	Bibliografia	15	<i>Post Mortem</i>
08	Bispo		

NOTA - 1: Lista apurada a partir de observação direta, realizada em 100% das fichas catalográficas do acervo.

O procedimento de arquivamento identificado foi o alfa-numérico, seguindo modelo determinado pela Instituição, descrito previamente (TAB. 10).

TABELA 10

Modelo de procedimento de arquivamento utilizado na Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

CÓDIGO LOCAL		
Código numérico 1	Código alfabético	Código numérico 2
Doc. Nº 023	ADJG ¹	P. 01
Doc. Nº 103	ADJG	P. 03
Doc. Nº 018	ADJG	P. 01
Doc. Nº 058	ADJG	P. 01

NOTA - 1: ADJG - iniciais de "Arquivo Dom José Gaspar".

Portanto, pode-se dizer que, até certo ponto, o procedimento de classificação e arquivamento utilizado nesta Subseção, que também serve como meio de acesso e recuperação da informação, é similar ao já descrito. Mas, por outro lado, há peculiaridades. Uma delas é o fato de que neste conjunto foram identificados documentos classificados em mais de um cabeçalho de assuntos. E, conforme os dados de amostragem, isto ocorreu em 57,14% das fichas catalográficas, o que é bastante significativo.

Os dados pertinentes a esta situação foram registrados em forma de nota remissiva, no campo "Observações" das mesmas fichas FIG. 23 e 24. De forma que a dupla classificação implicou, igualmente, a existência de duas unidades catalográficas no fichário, fazendo referência a um único documento, o que é uma outra peculiaridade do acervo em questão. Quanto ao código local, pelo que se observou, permaneceu inalterado.

Doc. nº 23/ADJG - 01	
Projeto de Preservação Histórica	ASSUNTO: BIBLIOGRAFIA
Referência Bibliográfica: Arquivo Dom José Gaspar	Observações
Sumário: Original de folheto do Rito da Sagração Episcopal de Dom José Gaspar, pelas oficinas gráficas da "Ave Maria", datado de 18 de abril de 1.935.	ESTADO DO DOCUMENTO PERFEITO <input type="checkbox"/> DANIFICADO <input checked="" type="checkbox"/> INCOMPLETO <input type="checkbox"/> COMPLETO <input checked="" type="checkbox"/> RESTAURADO <input type="checkbox"/> FALTAM(A)S(1) PÁGINA(S) <input type="checkbox"/>
CBS.: Documento catalogado em: - BISPO	LEGIBILIDADE ÓTIMA <input checked="" type="checkbox"/> BOA <input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> MÁ <input type="checkbox"/>

FIGURA 23 - Cópia de ficha catalográfica - Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva (1)

Doc. nº 103/ADJG - 03	
Projeto de Preservação Histórica	ASSUNTO: ASSOCIAÇÕES
Referência Bibliográfica: Arquivo Dom José Gaspar	Observações
<p>Sumário: Convite para a missa de 7º dia da morte de Dom José Gaspar, em 02 de setembro de 1.943, pelas Irmandades e Associações Religiosas, assinado pelo Pe. Emílio Philippini, datado de 01 de setembro de 1.943.</p> <p>OBS.: Constan 03 exemplares. OBS.: 1. Documento catalogado em: - POST-MORTEM</p>	<p>ESTADO DO DOCUMENTO</p> <p>PERFEITO <input checked="" type="checkbox"/> DANIFICADO <input type="checkbox"/> INCOMPLETO <input type="checkbox"/> COMPLETO <input checked="" type="checkbox"/> RESTAURADO <input type="checkbox"/> FALTAM ALG(S) PÁGINA(S) <input type="checkbox"/></p> <p>LEGIBILIDADE</p> <p>ÓTIMA <input checked="" type="checkbox"/> BOA <input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> MÁ <input type="checkbox"/></p>

FIGURA 24 - Cópia de ficha catalográfica - Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva (2)

Assim, no primeiro exemplo, ilustrado pela FIG. 23, um folheto da cerimônia de sagração de Dom José à carreira de Bispo, datado de 1935, foi classificado simultaneamente nos cabeçalhos intitulados “Bibliografia” e “Bispo”. Num outro, da FIG. 24, que ilustra um convite para a missa de sétimo dia do falecimento de Dom José, em 1943, a classificação foi feita nos cabeçalhos “*Post-Mortem*” e “Associações”.

Esse procedimento, definido nesta pesquisa como dupla classificação, explicita situações, cujos reflexos podem ser visualizados no acervo do Fundo, de forma global. Isto é o que se tentará demonstrar na análise do processo que se efetuará em seguida.

7.5.1.3 Uma análise e interpretação do processo

A documentação textual da Seção Dom José Gaspar passou por processo classificatório semelhante ao descrito em item anterior. Portanto, a negligência quanto à natureza arquivística da documentação do acervo, a imprecisão e a subjetividade no processo de acesso e recuperação da informação, situações discutidas anteriormente, continuam sendo válidas. Não obstante, há aspectos inerentes a esta Subseção documental que merecem análises mais específicas.

O fato de que a maioria dos itens foi classificada, simultaneamente, em mais de um cabeçalho de assuntos, é flagrante de situação. Quando da análise do processo de tratamento dos demais conjuntos, observou-se que os documentos eram passíveis de classificação em um ou mais cabeçalhos de assuntos. E isto, concluiu-se, denotava a imprecisão e subjetividade do procedimento.

Nesse conjunto, contudo, eles realmente foram submetidos à classificação em dois cabeçalhos. Ou seja, passou-se de uma situação hipotética a um fato concreto. E, a despeito de se notar que a intenção tenha sido possibilitar formas diferenciadas de acesso à documentação, a tendência é a de que ocorra exatamente o oposto. Ou seja, corre-se o risco de não saber a localização de um documento, por não se ter adotado um método preciso de disponibilização do dado necessário.

Assim, nesta Subseção, em particular, se percebe que o uso de um procedimento inadequado, levou a Instituição à adoção de paliativos

insuficientes. Ainda que se reconheça, é claro, que as intenções tenham sido as melhores possíveis. E esta opção não trouxe maiores conseqüências para o acervo, em função do seu tamanho relativamente reduzido.

Não obstante, os aspectos citados expõem a problemática do tipo de tratamento efetuado pela Instituição. A opção pela classificação do acervo em tais moldes comprova sua falibilidade. E, na medida em que a documentação é passível de classificação em mais de um cabeçalho de assuntos, evidencia a ambigüidade e a imprecisão do procedimento (TAB. 11).

TABELA 11

Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

(Continua)

Item de amostra	Código local	Assunto	Sumário ²	Observações
01	Doc. Nº 035 ADJG/01	Bispo	Original manuscrito sobre o exílio de Dom José Gaspar, quando Bispo, por Sebastião de Affonseca e Silva, datado de maio de 1940	-
02	Doc. Nº 052 ADJG/01	Arcebispo	Original de cartaz da Cúria Metropolitana anunciando a Procissão de <i>Corpus Christi</i> , datado de 11 de maio de 1941, assinado pelo Cônego Paulo Rolim Loureiro	-
03	Doc. Nº 09 ADJG/01	<i>Ad Majorem Dei Gloriam</i>	Cartões postais do Colégio São Luiz de Itu, onde Dom José Gaspar fez seus estudos, de 1912 a 1916	-
04	Doc. Nº 031 ADJG/01	Bispo	Cópia datilográfica de telegrama enviado por Dom José Gaspar ao vigário de Araxá, Padre Antônio Marcigaglia, em agradecimento à mensagem recebida de Araxá	-
05	Doc. Nº 002 ADJG/01	Infância	Original e cópias: notas sobre a biografia de Dom José, em sua vida infantil, por seu pai	Documento catalogado em biografia

NOTA - 1: Dados apurados em amostra aleatória de 10% das fichas catalográficas das fotografias do acervo.

2: Os dados apresentados, nesta coluna, foram transcritos literalmente da fonte documental.

TABELA 11

Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

(Conclusão)

Item de amostra	Código local	Assunto	Sumário	Observações
06	Doc. Nº 054 ADJG/01	Jornais	Recorte do jornal "O Estado de São Paulo", datado de 25/12/1941, com transcrição da mensagem de Natal, proferida por Dom José na Rádio Excelsior de São Paulo	Exemplar do mesmo jornal, datado de 24/12/1942, com mensagem de Natal daquele ano; documento catalogado em Arcebispo
07	Doc. Nº 053 ADJG/01	Arcebispo	Original de partitura do 2º hino do IV Congresso Eucarístico Nacional, autoria do Padre José de Castro Nery e J. M. Gonçalves de Rezende, datada de 23 de julho de 1941	Documento catalogado em Música
08	Doc. Nº 116 ADJG/03	Bibliografia	Exemplar da Revista da CSB (nº 4): homenagem póstuma a Dom José Gaspar	Documento catalogado em <i>Post-Mortem</i>
09	Doc. Nº 108 ADJG/03	Bibliografia	Exemplares da revista infantil "O pequeno Missionário", nº 04, de 15 de setembro de 1943, páginas 56 e 57, com homenagem a Dom José Gaspar e citação de sua fala às crianças no Congresso Eucarístico de São Paulo	Constam dois exemplares. Documento catalogado em <i>Post-Mortem</i>
10	Doc. Nº 025 ADJG/01	Bispo	Lembrança do Primeiro Pontifical celebrado na Igreja Matriz de Araxá, em 05 de maio de 1935	-
11	Doc. Nº 076 ADJG/02	<i>Post-Mortem</i>	Telegramas de pêsames enviados à família Affonseca e Silva, pela morte de Dom José Gaspar	-
12	Doc. Nº 043 ADJG/01	Arcebispo	Exemplar da "Revista das Municipalidades", datado de setembro/outubro de 1939, com artigo sobre a posse de Dom José como novo Arcebispo de São Paulo	Documento catalogado em Bibliografia
13	Doc. Nº 134 ADJG/03	Bibliografia	Revista Ave Maria: artigos sobre o Bispo Dom José Gaspar	Documento catalogado em Bispo
14	Doc. Nº 044 ADJG/01	Arcebispo	Exemplar da revista "A Família Cristã", nº 09, datado de setembro de 1939, páginas 04 e 05, com artigo sobre a nomeação de Dom José como novo Arcebispo de São Paulo	Documento catalogado em Bibliografia

Na análise da TAB. 11, se nota os itens de amostra 8, 9, e 13 apontam para documentos, cujos assuntos aludem a artigos de periódicos, contendo, pela ordem, homenagem póstuma a Dom José; homenagem e citações de suas falas, quando bispo; e dados sobre sua pessoa. Tais documentos receberam uma classificação inicial no cabeçalho intitulado “Bibliografia”, seguida de nova classificação, desta vez em outros dois cabeçalhos, denominados “*Post-Mortem*” e “Bispo”.

E, a julgar pelas possibilidades fornecidas pelos cabeçalhos em questão, percebe-se que o item 9 poderia ter recebido ainda uma terceira classificação, no cabeçalho intitulado “Homenagens”. Finalmente, podem ser citados os exemplos dos itens 12 e 14 - também artigos de revistas que documentam a posse de Dom José como Arcebispo de São Paulo - que foram classificados simultaneamente nos cabeçalhos “Arcebispo” e “Bibliografia”.

Sobre esses fatos, há que ponderar, por exemplo, que numa hipotética consulta, um cabeçalho tão vago quanto este, intitulado “Bibliografia”, não permitira a um usuário o refinamento de sua pesquisa, em nível da localização de determinado periódico existente no acervo. Ou, ainda, sobre a validade da classificação de dois telegramas e mesmo de cartões postais - tipos arquivísticos identificados como Correspondência - nos cabeçalhos “*Ad Majorem Dei Gloriam*”, “Bispo” e “*Post-Mortem*”, como se observa nos itens 3, 4 e 11, da mesma tabela.

Em relação aos cartões postais, questão que vem se repetindo em todo o acervo sob análise, de início, poder-se-ia se sugerir um estudo sobre a pertinência de sua manutenção nesta Subseção, em função de que são

usualmente considerados documentos iconográficos. Em princípio, acredita-se que seja adequada a sua inclusão como Correspondência, já que parece ser esta a sua função, no acervo. A favor de tal decisão, pesa o fato de que a questão do formato é vista como secundária no tratamento arquivístico.

De início, esses dados demonstram um fato. Este procedimento peculiar, gerado basicamente com a intenção de atender ao acervo, ao que parece, foi também o fator determinante da classificação dos itens em cabeçalhos diversos. Aparentemente, esta solução foi criada para corrigir um problema de indefinição e imprecisão gerada no ato de escolha dos próprios cabeçalhos de assuntos, quando do tratamento do Fundo.

E, no caso deste acervo, que documenta fatos relacionados à figura de Dom José, é relevante mencionar que existem cabeçalhos que não se relacionam diretamente à trajetória ou atividades exercidas no desempenho de suas funções religiosas. Podem ser citados como ilustrativos desta situação, os intitulados “Atividades Culturais”, “Entidades Culturais”, “Jornais” e “Música”. Este último, por exemplo, passa a ter sua validade questionada ainda mais, quando analisado sob a perspectiva da carreira do bispo, que não exerceu uma atividade musical e sim religiosa.

Por outro lado, é conveniente registrar a presença de determinados cabeçalhos, nos quais se percebe uma evidente associação entre o acervo e o indivíduo retratado. Seriam eles: “Arcebispo”, “Biografia”, “Bispo”, “Infância”, “Homenagens” e “*Post-Mortem*”. Contudo, nem mesmo eles são suficientes para evidenciar a relação orgânica que se espera de um acervo do gênero.

Em face do exposto, se conclui que o tipo de classificação adotado desconsiderou o estudo prévio dos dados biográficos do indivíduo retratado. E em razão disto, o princípio da organicidade do acervo não foi utilizado como base para o tratamento deste conjunto. Enfim, tudo isto reforça a idéia de que a Instituição precisa rever este procedimento de classificação. Isto, porque esta documentação é arquivística e necessita receber os procedimentos de arranjo compatíveis com sua natureza.

Novamente, como aspectos positivos e possíveis pontos de partida para as mudanças necessárias, no acervo, podem ser citados: o registro do estado de conservação e legibilidade dos documentos, nas fichas catalográficas; a inexistência de processos eletrônicos de armazenamento de dados do acervo, no seu atual estágio de tratamento; e o fato de que a documentação apresenta-se sob algum tipo de organização reconhecível.

Em relação aos registros eletrônicos, recomenda-se que a Instituição não perca de vista a possibilidade de proceder à sua digitalização, numa segunda etapa de trabalho, posterior ao tratamento arquivístico. Isto contribuirá para a melhoria do acesso, além de auxiliar na preservação da documentação. E esta é uma recomendação válida para todos os conjuntos analisados, neste estudo. Naturalmente, dentro da perspectiva apontada.

Para finalizar, no esquema representado na estrutura da FIG. 25, se faz uma sugestão preliminar de arranjo dos grupos documentais desta Subseção, até o ponto em que foi possível se chegar, nesta pesquisa. Para isto, foram utilizados os dados da biografia de Dom José e das entrevistas, associados à amostragem aleatória realizada no acervo. Evidentemente que

este esquema não tem a pretensão de solucionar os problemas apresentados, mas apontar um provável caminho para o trabalho arquivístico na Subseção em questão, o que se recomenda, inclusive, seja efetuado em curto prazo.

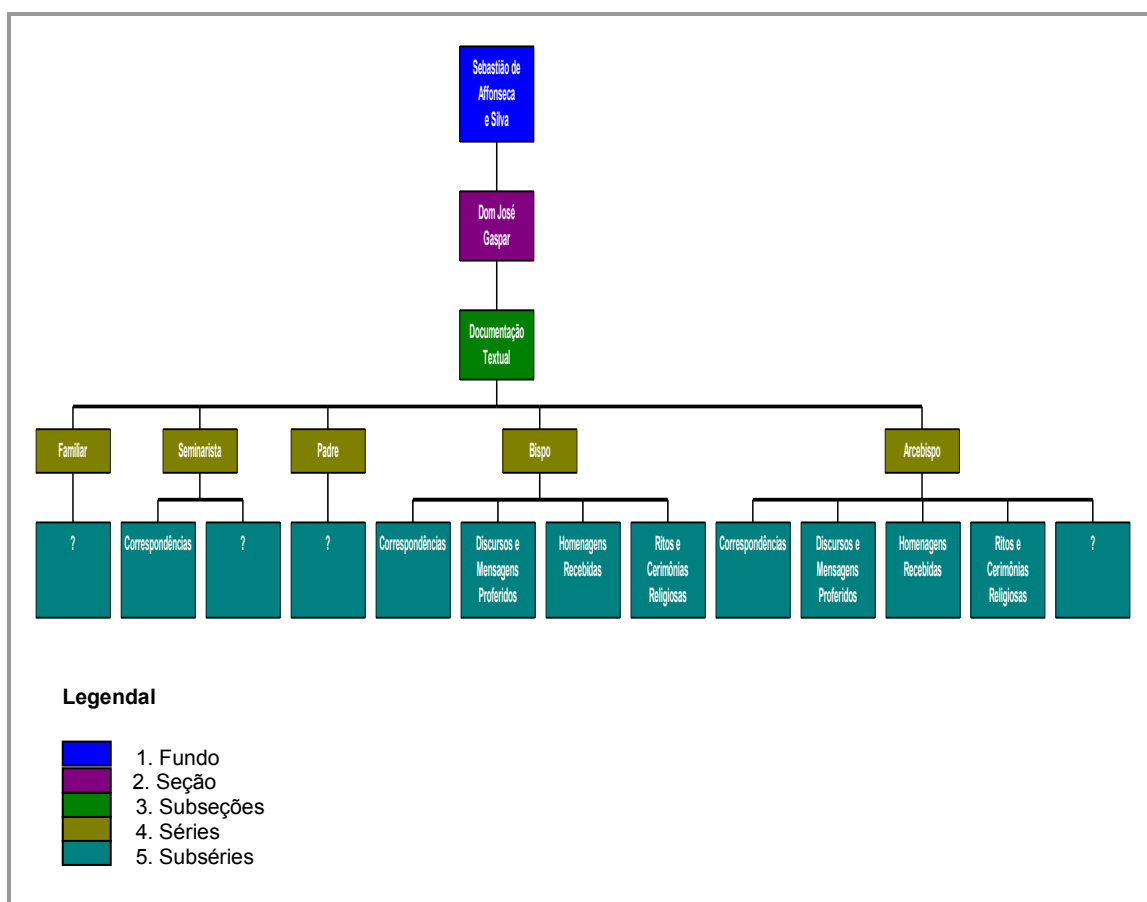


FIGURA 25 - Esquema preliminar de arranjo interno dos itens da subseção Documentação Textual - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

7.5.2 Subseção Documentação Iconográfica

7.5.2.1 Dados preliminares

Ano de Recolhimento: 1987

Organicidade: Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

Proveniência: documentação acumulada pelo titular e transferida à Fundação Calmon Barreto, sob autorização dos familiares.

O último subconjunto a ser analisado por este estudo, compõe-se de 210 fotografias, obtidas no processo preto & branco. Elas foram entregues à Fundação Cultural Calmon Barreto, por membros remanescentes da família Affonseca e Silva, sua proprietária anterior. Atualmente, se acham acondicionadas e armazenadas junto às demais fotografias pertencentes ao “Arquivo Fotográfico”, obedecendo ao processo de classificação deste acervo.

Neste estudo, optou-se por identificar essas fotografias como uma subseção arquivística da Seção Dom José Gaspar, por entender que elas documentam a carreira religiosa do indivíduo retratado e, além disso, mantêm uma relação orgânica essencial com o titular do Fundo.

7.5.2.2 O processo de tratamento

Inicialmente, é possível afirmar que, em alguns aspectos, esta Subseção recebeu um tratamento diferenciado do observado no outro conjunto fotográfico do Fundo. E o processo descritivo se aterá a estas peculiaridades.

O sistema de classificação observado neste acervo é individual e por assunto. Assim, para identificar as fotografias, utilizou-se o procedimento alfa-numérico de arquivamento, que deu origem, tal como nos demais conjuntos, ao “Código Local”. Contudo, aqui, o código guarda uma particularidade. Nele, não é feita a menção à proveniência do item, mas à localização topográfica, que neste caso alude ao “Arquivo Fotográfico” (TAB. 12).

TABELA 12

Modelo de procedimento de arquivamento utilizado na Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva ¹

CÓDIGO LOCAL		
Código numérico 1	Código alfabético	Código numérico 2
Doc. Nº 0446	AF ²	P. 01
Doc. Nº 0483	AF	P. 03
Doc. Nº 0448	AF	P. 01
Doc. Nº 0455	AF	P. 01

NOTA - 1: Dados extraídos da observação direta de quatro fichas catalográficas do acervo.
2: AF - iniciais de “Arquivo Fotográfico”.

E a classificação dos itens se realizou com base em um único cabeçalho de assuntos, intitulado “Dom José Gaspar”. De modo que todas as 210 peças deste subconjunto acham-se agrupadas sob um mesmo assunto e armazenadas no “Arquivo Fotográfico”.

Além disto, cada item do acervo possui ficha catalográfica correspondente, cujos dados instruem sobre a proveniência. Estes últimos acham-se anotados em dois campos específicos, situados no verso das fichas, que são: “OBS” e “Descritores” (FIG. 26 e 27).

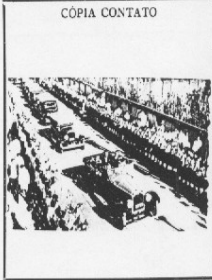
FUNÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO CENTRO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO		FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTO FOTOGRÁFICO	
Autor (Fotógrafo) _____		CÓDIGO LOCAL 00446/AF.	
Título _____		FILME _____ NEG. _____	
Local da foto <u>Araxá (Minas Gerais)</u>		CÓPIA CONTATO 	
Data da foto <u>04.05.1.935</u>			
Tipo de material			
<input checked="" type="checkbox"/> Foto <input type="checkbox"/> Slide <input type="checkbox"/> Audiovisual <input type="checkbox"/> Contato			
Negativa		Conservação	Legibilidade
em vidro <input checked="" type="checkbox"/> x		<input type="checkbox"/> Rasgado <input type="checkbox"/> Manchado	<input type="checkbox"/> ótimo <input checked="" type="checkbox"/> Bom
em celuloide <input checked="" type="checkbox"/> x		<input checked="" type="checkbox"/> Perfeito <input type="checkbox"/> Escrito	<input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Pssimo
outros <input type="checkbox"/> x		<input type="checkbox"/> Com fungo <input type="checkbox"/> Colado	
Outras notas: <u>Escrito, à tinta, no verso.</u>		Descrição física	
		Largura <u>13,6</u> Altura <u>8,5</u>	
		<input type="checkbox"/> Colorido <input checked="" type="checkbox"/> Preto Branco	

FIGURA 26 - Cópia de ficha catalográfica da Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

Resumo (descrição e histórico da foto) <u>Passagem de Dom José Gaspar pela Rua Presidente Olegário Maciel, sendo saudado pelas alunas do Colégio São Domingos, quando de sua chegada à cidade após ter sido nomeado Bispo de Barca.</u>	
Descritores <u>José Gaspar</u> <u>Dom</u>	
Procedência do original <u>Arquivo Fotográfico do Centro de Preservação do Patrimônio Histórico.</u>	
Modo de aquisição	
<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Empréstimo <input type="checkbox"/> Cessão	
Data de entrada <u>22.10.1.987</u>	
Obs.: <u>O referido documento é parte integrante do Acervo da Família Affonseca e Silva, doado à esta entidade em 22.10.1.987.</u>	

FIGURA 27 - Verso da mesma ficha

Assim, conforme se observa na FIG. 27 e também na tabela a seguir TAB. 13, a temática da imagem foi mais bem descrita em um campo específico da ficha, intitulado “Resumo (descrição e histórico da foto)”.

TABELA 13

Principais dados referentes ao sistema de classificação utilizado na Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva¹

Item de amostra ²	Código local	Resumo	Descritores
01/189	0475/AF/P. 033	Dom José, Bispo de Barca, Padre Alaor e outros	Dom José Gaspar
02/035	0452/AF/P. 031	Encontro de Dom José com seu avô materno	Dom José Gaspar
03/052	0468/AF/P. 032	Dom José, familiares e amigos	Dom José Gaspar
04/009	0474/AF/P. 033	Clero e autoridades, quando da nomeação a Bispo de Barca	Dom José Gaspar
05/031	0480/AF/P. 033	Os pais acompanhando o filho, José Gaspar, ordenado padre	Dom José Gaspar
06/002	0489/AF/P. 033	Padre José Gaspar e outros no navio Padre Vittorio, rumo à Europa	Dom José Gaspar
07/054	0533/AF/P. 037	Vista da cúpula da Basílica de São Pedro	Dom José Gaspar
08/200	0534/AF/P. 037	Padre José Gaspar	Dom José Gaspar
09/053	0535/AF/P. 037	Cartão postal enviado por José Gaspar a seu pai, desde Roma	Dom José Gaspar
10/116	0561/AF/P. 039	Discurso de Dr. Oliveiras em homenagem a Dom José Gaspar, quando nomeado Bispo de Barca	Dom José Gaspar
11/170	0593/AF/P. 041	Dom José Gaspar se despede de amigos, partida para São Paulo, após nomeação a Bispo de Barca	Dom José Gaspar
12/108	0602AF/P. 041	Visita de Dom José Gaspar ao primeiro poço artesiano, no banho dos eucaliptos	Dom José Gaspar
13/025	0616/AF/P. 042	Solenidade: Congresso Eucarístico de Lorena	Dom José Gaspar
14/163	0622/AF/P. 043	Chegada de Nossa Senhora Aparecida a São Paulo	Dom José Gaspar
15/201	0617/AF/P. 042	Sem identificação do evento	Dom José Gaspar
16/150	0625/AF/P. 043	Dom José em close	Dom José Gaspar
17/076	0666/AF/P. 046	Velório de Dom José: familiares	Dom José Gaspar
18/147	1083/AF/P. 073	Assinatura do termo de doação do acervo de Dom José Gaspar (doada pelo Correio de Araxá)	Dom José Gaspar
19/043	0652/AF/P. 045	Evento religioso sem identificação	Dom José Gaspar
20/134	0638/AF/P. 044	Sem identificação	Dom José Gaspar
21/142	0289/AF/P. 020	Dom José em pose	Dom José Gaspar

NOTA - 1: Dados resultantes de amostragem aleatória, realizada em 10% das fichas catalográficas das fotografias do acervo.

2: A primeira numeração refere-se à disposição dos itens na tabela. A segunda, ao item de amostra sorteado, em um universo de 1 a 210, de acordo com a tabela de números aleatórios.

3: Os dados apresentados, nesta coluna, foram transcritos literalmente da fonte documental.

7.5.2.3 Uma análise e interpretação do processo

A análise do processo de classificação do acervo se inicia com a observação da TAB. 13, na qual se tem uma noção clara do aspecto da organicidade da documentação e de sua relação com o indivíduo que retrata. As fotografias, conforme se nota na referida tabela, realmente comprovam os fatos associados à vida e à carreira religiosa de Dom José Gaspar.

Assim, primeiramente podem ser citadas, a título de ilustração, aquelas fotografias que registram, respectivamente, sua ordenação e nomeação aos cargos de Padre e Bispo, as quais estão representadas nos itens 05/031 e 04/009. Nos itens 06/002 e 17/076, pela ordem, também estão documentados o embarque à Europa, para conhecer Roma, e o próprio velório de Dom José Gaspar.

No item 09/053, se nota a presença de um cartão postal classificado neste subconjunto. Trata-se de uma correspondência enviada por Dom José ao titular do acervo. Contudo, na subseção anterior deste mesmo acervo, mencionou-se a existência de documentos do mesmo formato. Em princípio, deve se considerar a possibilidade de reunir esta documentação, sob o gênero Correspondências, conforme se sugeriu anteriormente. Porém, tal expediente necessitará de um estudo prévio do conjunto.

Os itens de amostra 15/201, 19/043 e 20/134 demonstram a existência de fotografias classificadas, mas ainda não identificadas. Por outro lado, o item 18/147 refere-se a uma fotografia, gerada com a função de registrar o ato de doação do acervo de Dom José Gaspar à Instituição, em

1987. Ela provém do fundo arquivístico institucional. Portanto, como não comprova atividades do titular ou do indivíduo retratado, recomenda-se a sua remoção deste acervo e inserção ao fundo original.

Em se tratando da questão da imprecisão, uma constante no tipo de procedimento de classificação adotado pela Instituição, observa-se que neste acervo há um dado novo. O fator que a origina não é propriamente a ambigüidade ou a indefinição dos cabeçalhos, conforme se observou nos demais conjuntos analisados, mas sim a excessiva generalidade, obtida pelo uso do expediente de cabeçalho único.

Naturalmente, isso pode interferir no aprimoramento da pesquisa, na medida em que tal expediente não oferece dados mais precisos do acervo, ao usuário. Transpondo a idéia para um provável contexto analítico, pode-se imaginar que um pesquisador, que eventualmente deseje obter uma fotografia específica, em função do cabeçalho único terá de consultar todas as fichas do acervo, até que se depare com aquela que preenche as suas expectativas.

Mas, apesar da imprecisão e da generalidade dos cabeçalhos, existe um aspecto que pode ser avaliado de forma favorável. O processo de classificação proporcionou o agrupamento dos itens sob um mesmo assunto, evitando aquela situação de dispersão das fotografias em meio ao todo, observada no conjunto iconográfico anterior.

Contudo, mesmo aqui subsiste outro problema. As fotografias de Dom José Gaspar estão acondicionadas e armazenadas no “Arquivo Fotográfico”, sob a falsa impressão de que o integram. E o procedimento de

classificação adotado tratou de estabelecer e reforçar esta relação fictícia. Portanto, cabe à Instituição esclarecer também esta situação.

Assim, em suma, as fotografias sofreram um processo classificatório, que necessita ser corrigido, mediante a sua substituição por procedimentos metodológicos arquivísticos, que aqui continuam sendo o arranjo e a ordenação. E recomenda-se que a questão seja encaminhada com uma certa brevidade, em função do que foi apontado.

E, para auxiliar no entendimento da questão, se sugere, na FIG. 28, um esquema de quadro com alguma possibilidade inicial de ordenação dos itens desta Subseção documental. Ele se propõe a uma abordagem metodológica preliminar do acervo e representa a síntese das idéias suscitadas ao longo deste capítulo. De forma, que não contém dados conclusivos sobre o acervo, o que sugere que sua validade seja avaliada exclusivamente dentro desta perspectiva.

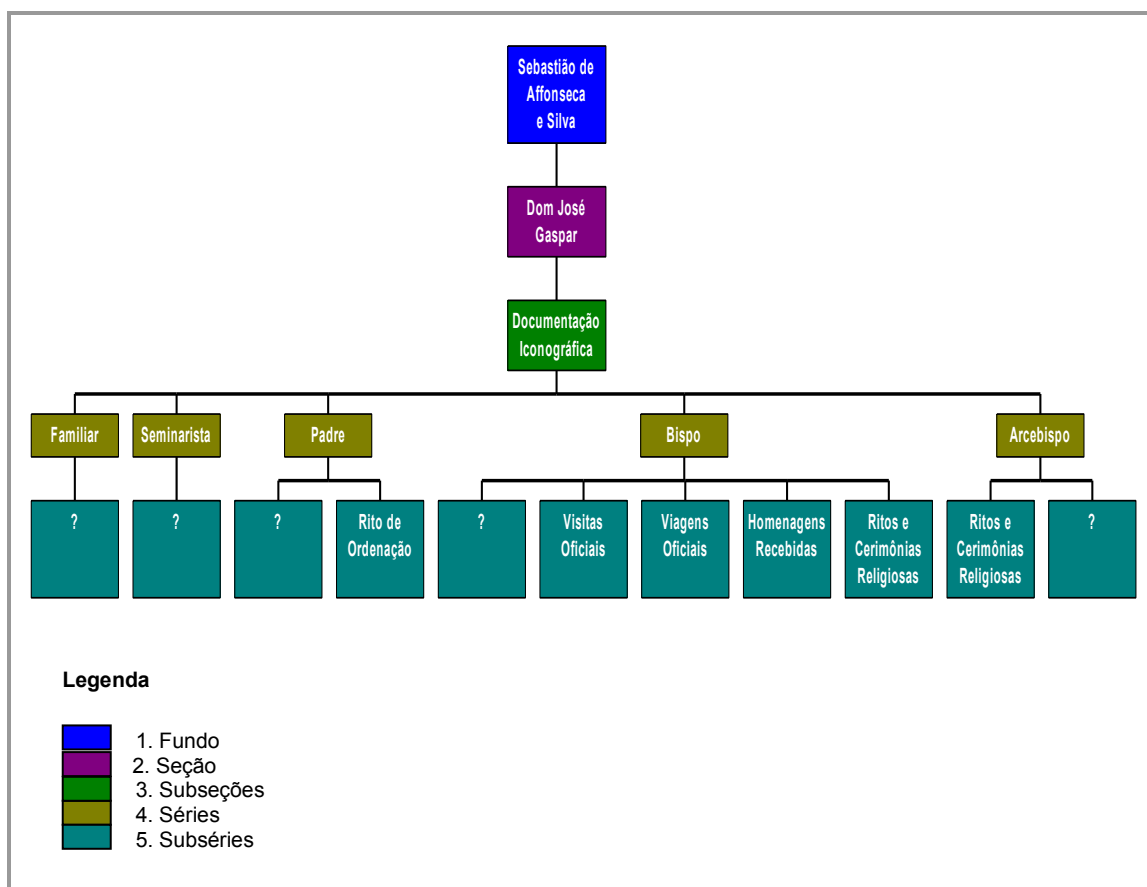


FIGURA 28 - Esquema preliminar de arranjo interno dos itens da Subseção Documentação Iconográfica - Seção Dom José Gaspar - Fundo Sebastião de Affonseca e Silva

Finalmente, fica a recomendação de que a Instituição se utilize dos esquemas e inferências analíticas propostos ao longo deste capítulo, como uma espécie de fio condutor que a oriente no encaminhamento das discussões pertinentes à reorganização e ao tratamento arquivístico do Fundo Sebastião de Affonseca e Silva. Este conjunto, como se vem demonstrando, tem uma importância reconhecida na história do município e região. Portanto, seu *status* o qualifica a uma atenção especializada.

9 GOLPE A GOLPE, VERSO A VERSO

Concluirei, dizendo que o destino humano de hoje depende, sobretudo, da nossa capacidade de compreender os nossos problemas fundamentais, contextualizando-os, globalizando-os, interligando-os, e da nossa capacidade de enfrentar a incerteza e em encontrar os meios que nos permitam navegar num futuro incerto, erguendo ao alto a nossa coragem e nossa esperança.

Edgar Morin (1921 -)

Inicialmente, é preciso dizer que as conclusões alcançadas na presente pesquisa foram bastante expressivas. E talvez a mais significativa de todas, que atribui inclusive o ganho qualitativo pretendido, desde o princípio, seja o fato de se ter conseguido demonstrar, de forma científica, a clara diferença existente entre as abordagens arquivística e biblioteconômica, tendo em conta, inclusive, as devidas conseqüências e os problemas advindos da não observância deste aspecto teórico.

Assim, cada capítulo escrito tendeu para a realização de análise e interpretação mais acurada de um aspecto específico da realidade investigada. E as situações observadas neste estudo foram flagrantes de processos no mínimo interessantes para a Arquivologia e Ciência da Informação atuais, porque ilustram aqueles casos muitas vezes exemplificados na literatura, mas poucas vezes documentados *in loco*. Neste sentido, considera-se que este estudo atingiu um patamar bastante original.

De modo que, chega-se a este momento, que representa a síntese final de ampla e demorada construção teórica, levada a cabo em vários anos de pesquisa, com a segurança de que a aridez do caminho e os eventuais espinhos encontrados e removidos, foram os responsáveis pelo amadurecimento e a experiência intelectual necessários ao encerramento de uma longa jornada, que jamais se repetirá, em tempo algum.

Muitas dessas experiências apreendidas não poderão ser traduzidas nas linhas que se seguiram, mas certamente estarão impressas, de modo permanente, em cada palavra cuidadosamente registrada no corpo e nas entrelinhas deste, que se apresenta como uma espécie de “diário de viagem”, convencionalmente traduzido sob o nome de dissertação de mestrado.

E, muito em função da consciência de que o “diário de viagem” foi extenso, opta-se por apresentar, neste capítulo, algumas de suas mais relevantes trilhas - pontos de partida e de chegada, no percurso realizado - , configuradas em forma de reflexão geral conclusiva, na qual se apresentam livremente algumas das conquistas proporcionadas pelo decurso do caminho.

Assim, de início pode-se afirmar que os capítulos 2, 3 e 4 - , representam uma espécie de “roteiro de viagem”, no qual se apresentou um amplo referencial teórico, construído para orientar o cumprimento analítico do percurso previamente definido. Neste “roteiro”, ousou-se apostar no reconhecimento de que a Arquivologia atual se encontra diante de uma situação paradigmática, que a insere no campo de uma ciência da informação.

Portanto, a opção teórica por tratar os arquivos como portadores de informação potencial, apontou para um evidente desvio de percurso, na direção de um paradigma que encontra sua correspondência na atual sociedade informacional. A ousadia ficou por conta de que se reconhece que este paradigma ainda não se configura de forma hegemônica na comunidade científica. Mas, é o novo que sempre vem e não pode ser desconsiderado.

Por outro lado, o “roteiro” não foi menos ousado, quando se propôs a evidenciar a trajetória do objeto informação, visto sob os olhares do complexo, do semiótico e do fenomenológico, que lhe conferiram possibilidades de interpretação diversas, porque dependentes do contexto de sua inserção. E o “roteiro” em questão tratou também de pontuar a orientação teórica específica da Arquivologia, que deu a tônica adequada à trilha metodológica subsequente, prevista no caminho do pesquisador.

Os capítulos 6 e 7 foram o momento em que se descortinou todo o “panorama da viagem” previamente traçada. E as atenções se voltaram para o universo vivenciado pela Instituição e as peculiaridades informacionais e arquivísticas do acervo sob sua responsabilidade. Neste início de trajeto, descobriu-se primeiramente que ela, a Instituição, tem um papel fundamental,

que é o de utilizar a documentação para dar vida e voz ao homem comum, sufocado inúmeras vezes pela memória dominante representativa da elite. Diante do seu potencial de alcance, a Fundação ainda desempenha este papel de forma tímida.

E igualmente tímido foi o início de sua caminhada, reunindo papéis aqui e ali, visitando pessoas, conversando e convencendo proprietários de acervos. No final, contudo, veio algum resultado. A Instituição conseguiu configurar um acervo arquivístico e bibliográfico de relevância para o município e região. E conseguiu também obter a guarda provisória ou definitiva de um importante patrimônio documental, que justifica a sua existência.

De modo que, no início desta investigação, a Instituição forneceu dados que davam conta da existência de 11 conjuntos arquivísticos, acumulados durante os seus 19 anos de funcionamento. Agora, no final deste trajeto, se conclui que, na verdade, o acervo se compõe de seis fundos reunidos pela Instituição, produzidos e acumulados por outrem, além do próprio fundo institucional.

Uma idéia bastante recorrente, ao longo do trajeto, foi a de que o perfil de atuação da Fundação, em todos estes anos, permite que seja interpretada como uma daquelas instituições, cuja visão de acervo ainda permanece presa aos ditames incorporacionistas, usualmente identificados ao passado. Os mesmos que se esforça por ultrapassar, no presente, em função das demandas informacionais e sociais do atual contexto.

Porquanto, a posição assumida pela Fundação e o tratamento dado ao acervo levam a crer que ela exerce um papel bastante discreto no âmbito

dos princípios e procedimentos arquivísticos. Assim, as atividades de avaliação, recolhimento, arranjo e fixação de fundos de acervo, por exemplo, ainda não são discutidas e mesmo desenvolvidas do modo como deveriam, ou seja, atendendo a políticas institucionais bem definidas.

Por isso, recomendou-se no corpo do trabalho, em vários momentos e com certa ênfase, uma inversão deste aspecto específico do panorama institucional. Inversão esta que pode ter a importante prerrogativa de atribuir-lhe um papel de pequena “ilha de luz”, em meio a este tão extenso quanto opaco oceano informacional representativo da realidade brasileira.

Mas, vendo o caminho em função de rumos mais técnicos, cabe dizer que esta condição de “ilha de luz” não pode ser assumida pela Instituição, em toda a sua plenitude, sem que se realize uma mudança estrutural. As políticas de gestão arquivística não se conseguem, mudando uma coisa aqui e outra ali. Mas antes, por meio de uma alteração de rota, que invariavelmente passa pela questão administrativa, pela eliminação de entraves burocráticos e, sobretudo, pela distribuição de cargos e funções, de acordo com um estudo mais aprofundado de habilidades e competências. Seguramente, a Fundação terá que fazer este tipo de transformação, no futuro.

O panorama traçado indicou também a existência de um campo aberto a novas possibilidades de atuação institucional, no que tange o aspecto dos usos e dos usuários. Nenhum dos dois tem tido a visibilidade ou a atenção condizentes com o seu grau de relevância no ambiente do acervo. A Fundação pode vir a ser uma instituição de referência também neste aspecto. Este lado ainda obscuro de sua atuação também precisa de um pouco mais de luz.

Do mesmo modo, o fundo de arquivo remanescente de Sebastião de Affonseca e Silva não recebeu um tratamento compatível com sua natureza e relevância, capaz de revelar suas potencialidades arquivísticas. Mas antes, o tipo de intervenção adotado contribui para dificultar o acesso às suas informações, de forma mais precisa.

No cerne de toda essa problemática do tratamento classificatório atribuído ao acervo, acha-se uma questão de suma importância. Qualquer mudança de conduta deverá se traduzir necessariamente em uma aproximação com a teoria e os métodos de abordagem arquivísticos. Os vãos que eventualmente se realizarem em outra direção, não serão bem-sucedidos.

E assim se encerra essa longa caminhada, transmutada em pesquisa acadêmica. Em defesa de todas as análises e interpretações realizadas, tem-se a dizer que elas tiveram o claro intuito de contribuir para que a Instituição reconheça a sua realidade e com isso possa avançar, tentando alcançar um novo patamar, que a identifique mais profundamente ao seu papel de mantenedora de acervos permanentes, no município. Esta é uma perspectiva que tem em vista não mais o presente, mas o futuro do acervo. Isto, porque acredita-se que a partir deste instante a Instituição tem motivos suficientes para crer que novos e desafiadores serão os caminhos que terá por trilhar, no esforço diário de se tornar um ponto de referência no campo arquivístico.

Finalmente, parafraseando a epígrafe que inspirou este capítulo, oferece-se agora, à Fundação, o resultado de um esforço amplo e profundo, cuja validade científica e acuro profissional convertem em um eficiente “roteiro”

para uma nova viagem, desta vez rumo às transformações necessárias à manutenção do seu acervo, de uma forma mais integral. Indubitavelmente, este “roteiro” traz em si todas aquelas prerrogativas capazes de auxiliá-la plenamente a compreender e contextualizar os seus problemas mais fundamentais no momento.

Porquanto, a partir deste ponto, caberá unicamente à Instituição, optar por ser o agente desta transformação, enfrentando todas as incertezas, com coragem e esperança, e trilhando um caminho de onde afinal se erguerá um destino bastante promissor.

Golpe a golpe... Verso a verso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ALA/ AN/ CONARQ, 2000. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/virtual.htm>. Acesso em: 11 maio 2002.

ALLEN, Bryce. Introduction. In: _____. **Information tasks:** toward a user-centered approach to information systems. San Diego: Academic Press, 1996. cap.1, p.1-23.

ARANHA, M. Lúcia de A.; MARTINS, M. Helena P. **Filosofando:** introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1989.

ARAÚJO, Vânia M. R. H. de. Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, p. 54-76, jan./abr.1994.

ARAXÁ. Prefeitura Municipal. Fundação Cultural Calmon Barreto. **Arquivo do Museu Dona Beja:** pesquisa direta nas fichas catalográficas e documentação arquivística. Araxá: Fundação Cultural Calmon Barreto - FCCB, 2002.

_____. **Arquivo Dom José Gaspar:** pesquisa direta nas fichas catalográficas e documentação arquivística. Araxá: Fundação Cultural Calmon Barreto - FCCB, 2002.

ARAXÁ. Prefeitura Municipal. Fundação Cultural Calmon Barreto. **Arquivo Fotográfico**: pesquisa direta nas fichas catalográficas e documentação arquivística. Araxá: Fundação Cultural Calmon Barreto - FCCB, 2002.

_____. **Lugar de memória**. Araxá: Fundação Cultural Calmon Barreto - FCCB, 2001 b. p. 114; 139.

_____. Lei n. 1.905, de 27 de junho de 1984. Dispõe sobre a criação da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá. **Araxá**: Prefeitura Municipal, 27 jun. 1984.

_____. Estatuto da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá. **Araxá**: Fundação Cultural Calmon Barreto - FCCB, 2001 a.

ATKINSON, Ross W. Seleção para a preservação: uma abordagem materialística. In: BECK, Ingrid (Coord.) **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos. Arquivo Nacional, 1997. p. 11-22 (Caderno técnico, n. 33-36)

BARRETO, Aldo A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BRADSHER, J. Gregory. An introduction to archives. In: _____. **Managing archives and archival institutions**. London: Mansell Publishing Limited. 1990. cap.1, p. 1-17.

_____; PACIFICO, Michele F. History of archives administration. In: BRADSHER, J. Gregory (Ed.). **Managing archives and archival institutions**. London: Mansell Publishing Limited. 1990. cap. 2, p. 18-33.

BUCKLAND, Michael. Information. In: _____. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1995. cap.1, p. 3-13.

CAMARGO, A. M. de A. et al. (GT). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB/ Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação - CENADEM, 1990.

CARDOSO, Ana M. P. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

CHILD, Margaret S. Considerações complementares sobre "Seleção para preservação: uma abordagem materialística". In: BECK, Ingrid (Coord.) **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos: Arquivo Nacional, 1997. p. 23-30. (Caderno técnico, n. 33-36)

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD - G)**. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 1996.

CRISTÓVÃO, H. T.; BRAGA, G. Ciência da informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 33-45, set./dez. 1997.

DANNIELS, Maygene F. Records appraisal and disposition. In: BRADSHER, J. G. (Ed.). **Managing archives and archival institutions**. London: Mansell Publishing Limited. 1990. cap. 4, p. 53-66.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**. São Paulo: Futura, 2000. p. 11-26; 140.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo e administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1. p. 14-33, abr.1982/ago.1986.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. **American Archivist**, v. 57, 1994, p. 328-344.

EPSTEIN, Isaac. **O signo**. São Paulo: Ática, 1990.

FREITAS, M. Cristina V. de. **Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá: diagnóstico de acervo**. Curitiba, 1999. Monografia (Especialização em Conservação de Obras sobre Papel). Departamento de Ciência e Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná. 193p.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos: história geral das civilizações**. São Paulo: Difel, 1961, p. 79-186.

HAGUETTE, Teresa M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Arquivos, documentos e informação. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p.113-120.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995 a.

_____. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p.1-13, 1995 b.

_____. **Os arquivos (in) visíveis: a opacidade informacional do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: 1998. Tese (Doutoramento em Ciência da Informação). Escola de Comunicação/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 293p.

JANOTTI, M. de Lourdes M.; ROSA, Zita de P. História oral: uma utopia? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 7-16, set. 92/ago. 93.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**. London: Percy/Humphries, 1965.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1984.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; EDUFScar, 1996.

_____. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1997.

LUNA, Sérgio V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 21-33.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1982.

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. En torno a una tradición archivística ibérica y sus consecuencias en el uso de los archivos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ALA/ AN/ CONARQ, 2000. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/virtual/htm>. Acesso em: 11 maio 2002.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 49-58.

MEADOW, Charles T. Introduction. In: _____. **Text information retrieval systems**. San Diego: Academic Press, 1992. cap. 1, p. 1-19.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza**. v. 2. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

_____. MORIN, Edgar. Problemas de uma epistemologia complexa. In: CASTRO, Gustavo et al. (Coord.). **Complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MÜLLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

PAUL, Karen Dawley. Archivists and records management. In: BRADSHER, J. Gregory (Ed.). **Managing archives and archival institutions**. London: Mansell Publishing Limited. 1990. cap. 3, p. 34-52.

PINTO, Julio. Semiótica e informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 87-92, jan./jun. 1996.

SÁNCHEZ, Laura. **A ciência: possíveis classificações da pesquisa**. Curitiba: UFPR, 1998. s.p. (Notas de aula)

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SILVA, A. M. da. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ALA/ AN/ CONARQ, 2000. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/virtual.htm>. Acesso em: 11 maio 2002.

TAYLOR, Robert S. Information values in decision contexts. **Information Management Review**, v. 1, n. 1, 1985, p. 47-55.

THIBODEAU, Sharon G. Archival arrangement and description. In: BRADSHER, J. Gregory (Ed.). **Managing archives and archival institutions**. London: Mansell Publishing Limited. 1990. cap. 5, p. 67-77.

THOMPSON, Paul. Historiadores e história oral. In: _____. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. cap. 2, p. 45-104.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**. Oxford, U. K., v. 29, n. 2, p. 229-239. mar. 1993.

APÊNDICE

E

ANEXOS

APÊNDICE A - Modelo de formulário de entrevista**Formulário de Entrevista****Primeira Parte: construção do perfil do entrevistado**

1. O envolvimento com o acervo é Direto Indireto

2. Qual é a sua posição hierárquica na Instituição?

3. Que função você exerce? Há quanto tempo?

4. Qual é a sua formação profissional e titulação?

Segunda Parte: construção da trajetória da Instituição

1. Qual é a missão da Instituição?

2. Como e quando foi fundada? Quem participou?

3. Quantos funcionários existem atualmente na Instituição?

4. Qual é a estrutura hierárquica da Fundação, em relação à prefeitura municipal?

5. Qual a sua posição sobre o atual organograma da Instituição?

6. Quais são os planos e/ou projetos futuros da Prefeitura para a Instituição?

7. Quais são os bens e ou propriedades que a Fundação administra?

Terceira Parte: construção da trajetória do acervo e do Fundo

1. Como o acervo da Instituição foi constituído?

2. E a documentação proveniente de Sebastião de Affonseca e Silva?

3. Existem acervos produzidos pela própria Instituição? Em caso afirmativo, cite-os.

4. Como foi o processo de organização do acervo? Quem colaborou?

5. E no Arquivo do Museu Dona Beja, como esse processo se deu?

6. E no Arquivo Dom José Gaspar?

7. Que tipo de documentação ou classe de materiais existe nestes dois conjuntos?

8. Quem foi Sebastião de Affonseca e Silva?

9. E Dom José Gaspar?

10. Qual a importância do acervo de Sebastião de Affonseca e Silva para a Instituição e para a cidade?

ANEXO A - Técnica de sorteio, utilizada na amostragem do Fundo

Sebastião de Affonseca e Silva - Série Documentação Textual

57720039848441796771402113975649865408932968745483
28805351590993988758702771771706320278621674696517
92591852873048869748352518887403629838586586424103
90381291743019758907506415597188137495305278301175
80911694675860820666904756184645111235324550411343
22017031329691927540165429727499009597610098243007
56241004302046299053531105844121647919762951626066
79449262029686643000945669302059878735442250977819
53996645088978507753372577412762380223576201416035
18928735885505213651392850146685793019797266643145
53085896630561257022504128966266436306630132798522
03588029287689511824888946474859192987031033996712
27078188656949980028047051300147189733218582454324
05210859010622249891811755446616077307661012317858
40361327843082333639694205586461123389278952667193
54602528858820001059610536613372010119016110512091
71516340767111737352373160458892734371280498090248
61020181739260667358533442682638340327449604466593
82559313463095265506961765917239799612495280632699
89985414217413576819862860894733152628774538480808
00998484146795137758901450794273633106604340125504
62415078204805884352980319939203049725849595036331
94279069246809921186076383193299511555710927026700
44892928843628251582877418972576106326760226745328
97307695332110542695666552049936584803089363581796
39165804448015595983909554668184396085388866333569
60781103266750340961313020769366308351093383647605
03192347628957779133884760593754394877674985384391
41285267562539599665513690322239330522990339979699
77549850392537425297100356049281668670014889558210
28634161916424838137344883279638716973067750256460
74244885401233596750149814264279791352896978804471
00240337964668750532421663332897263647277365383446
05414769694536167118955197220413239658600369487983
62698497974723665156130869115275592686818043009892

FONTE - CRESPO, 1996.

NOTA - 0-10; 00-100; 000-1000, etc.

ANEXO B - Técnica de sorteio, utilizada na amostragem do Fundo
Sebastião de Affonseca e Silva - Seção Dom José Gaspar - Subseção
Documentação Textual

57720039848441796771402113975649865408932968745483
28805351590993988758702771771706320278621674696517
92591852873048869748352518887403629838586586424103
90381291743019758907506415597188137495305278301175
80911094675860820666904756184645111235324550411343
22017031329691927540165429727499009597610098243007
56241004302046299053531105844121647919762951626066
79449262029686643000945669302059878735442250977819
53996645088978507753372577412762380223576201416035
18928735885505213651392850146685793019797266643145
53085896630561257022504128966266436306630132798522
03588029287689511824888946474859192987031033996712
27078188656949980028047051300147189733218582454324
05210859010622249891811755446616077307661012317858
40361327843082333639694205586461123389278952667193
54602528858820001059610536613372010119016110512091
71516340767111737352373160458892734371280498090248
61020181739260667358533442682638340327449604466593
82559313463095265506961765917239799612495280632699
89985414217413576819862860894733152628774538480808
00998484146795137758901450794273633106604340125504
62415078204805884352980319939203049725849595036331
94279069246809921186076383193299511555710927026700
44892928843628251582877418972576106326760226745328
97307695332110542695666552049936584803089363581796
39165804448015595983909554668184396085388866333569
60781103266750340961313020769366308351093383647605
03192347628957779133884760593754394877674985384391
41285267562539599665513690322239330522990339979699
77549850392537425297100356049281668670014889558210
28634161916424838137344883279638716973067750256460
74244885401233596750149814264279791352896978804471
00240337964668750532421663332897263647277365383446
05414769694536167118955197220413239658600369487983
62698497974723665156130869115275592686818043009892

FONTE - CRESPO, 1996.

NOTA - 0-10; 00-100; 000-1000, etc.

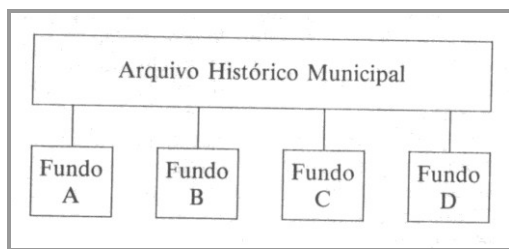
ANEXO C - Técnica de sorteio, utilizada na amostragem do Fundo
Sebastião de Affonseca e Silva - Seção Dom José Gaspar - Subseção
Documentação Iconográfica

577	200	39848441796771402113975649865408932968745483
288	053	51590993988758702771771706320278621674696517
925	91852873048869748352518887403629838586586424103	
903	81291743019758907506415597188137495305278301175	
809	116	94675860820666904756184645111235324550411343
220	170	31329691927540165429727499009597610098243007
562	410	043 02046299053531105844121647919762951626066
794	49262029686643000945669302059878735442250977819	
539	96645088978507753372577412762380223576201416035	
189	28735885505213651392850146685793019797266643145	
530	85896630561257022504128966266436306630132798522	
035	88029287689511824888946474859192987031033996712	
270	78188656949980028047051300147189733218582454324	
052108	59010622249891811755446616077307661012317858	
403	61327843082333639694205586461123389278952667193	
546	025 28858820001059610536613372010119016110512091	
715	163 40767111737352373160458892734371280498090248	
610	201 817392606673585334,42682638340327449604466593	
825	593 134 63095265506961765917239799612495280632699	
899	854 142 17413576819862860894733152628774538480808	
009	98484146795137758901450794273633106604340125504	
624	150 78204805884352980319939203049725849595036331	
942	79069246809921186076383193299511555710927026700	
448	92928843628251582877418972576106326760226745328	
973	076 95332110542695666552049936584803089363581796	
391	65804448015595983909554668184396085388866333569	
607	81103266750340961313020769366308351093383647605	
031	92347628957779133884760593754394877674985384391	
412	85267562539599665513690322239330522990339979699	
775	49850392537425297100356049281668670014889558210	
286	34161916424838137344883279638716973067750256460	
742	44885401233596750149814264279791352896978804471	
002	40337964668750532421663332897263647277365383446	
054147	69694536167118955197220413239658600369487983	
626	98497974723665156130869115275592686818043009892	

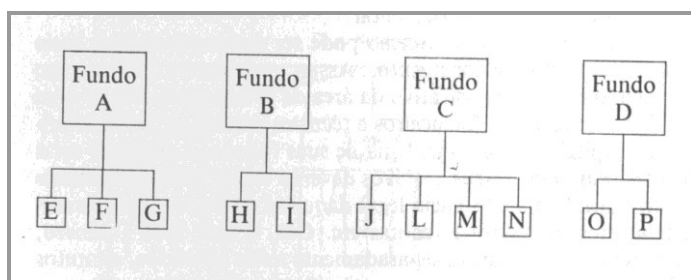
FONTE - CRESPO, 1996.

NOTA - 0-10; 00-100; 000-1000, etc.

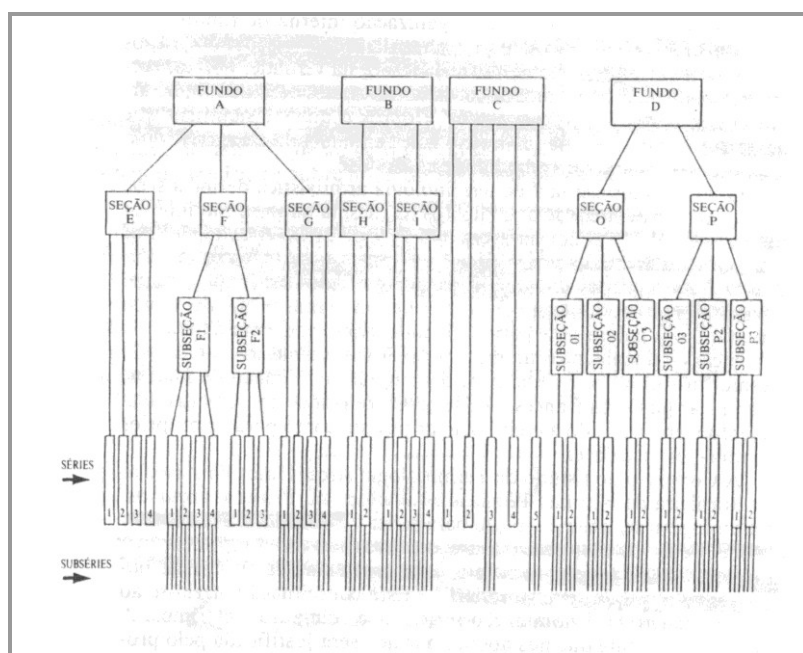
ANEXO D - Cópias de modelos de quadro de fundos



FONTE - BELLOTTO, 1991: 94.




FONTE - BELLOTTO, 1991: 94.



FONTE - BELLOTTO, 1991: 95.

ANEXO E - Cópia da Lei de criação da Fundação Cultural Calmon Barreto

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ

- LEI Nº 1.505 -

Institui a Fundação Cultural "Calmon Barreto" de Araxá e contém outras providências.-

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ, com a Graça de Deus decreta e eu, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir neste Município e de acordo com o art. 24 do Código Civil, a Fundação Cultural "Calmon Barreto" de Araxá, que se regerá por estatuto e ser aprovado em Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 2º - A Fundação Cultural "Calmon Barreto" de Araxá adquirirá personalidade jurídica com a transcrição do respectivo estatuto no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Art. 3º - A Fundação Cultural "Calmon Barreto", terá por finalidade promover, apoiar e incentivar as atividades culturais do Município, a promoção e divulgação da história dos valores humanos e das tradições locais, assim como, junto das autoridades competentes, procurar os meios de preservação de seu patrimônio histórico e artístico.

Art. 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a custear, no corrente exercício, as despesas com a instalação e manutenção da Fundação Cultural "Calmon Barreto" de Araxá, ocorrendo as mesmas pela sub-função Difusão cultural, por suas diversas dotações do orçamento vigente, até a importância de R\$ 2.000.000,00.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a fazer incluir nas propostas orçamentárias dos futuros exercícios, subvenção à Fundação Cultural "Calmon Barreto" de Araxá, que será liberada mediante prévia aprovação da Câmara Municipal.

Art. 6º - O patrimônio da Fundação Cultural "Calmon Barreto" de Araxá, será constituída de:

- 1 - pelos bens móveis e imóveis que lhe forem doados ou que vier a adquirir;
- 2 - por doações, legado, subvenções anuais ou auxílios feitos pelo Município, Estado, União e por entidades ou empresas públicas e privadas.

ANEXO F - Cópia do atual Estatuto da Fundação Cultural Calmon Barreto**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ****DECRETO Nº 107 - DE 1º DE MARÇO DE 2001.**

Aprova ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO DE ARAXÁ – CONSOLIDAÇÃO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAXÁ, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais, DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO DE ARAXÁ – CONSOLIDAÇÃO, contendo VI capítulos e 25 artigos, a que se refere a Lei nº 1.905, de 27 de junho de 1984.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente, o Decreto nº 1.013 de 02 de outubro de 2000.

Antonio Leonardo Lemos Oliveira
Prefeito Municipal de Araxá


Agnelo Guimarães Borges



ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO DE ARAXÁ – CONSOLIDAÇÃO

Capítulo I Da Denominação, Sede, Fins e Duração

Art. 1º – A Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá, instituída sob a forma de Fundação nos termos da Lei Municipal nº 1.905 de 27 de junho de 1984, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Legislação aplicável.

Art. 2º – A Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá é uma entidade de direito público, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Araxá.

Art. 3º – A Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá gozará de autonomia financeira e administrativa nos termos da lei e do presente Estatuto e seu funcionamento será por prazo indeterminado.

Capítulo II Dos Objetivos

Art. 4º – A Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá tem por finalidade promover, apoiar e incentivar as manifestações culturais do município, formar talentos, construir e divulgar a memória local e, junto das autoridades competentes, procurar os meios de preservação de seu patrimônio histórico e artístico.

Art. 5º – A Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá poderá firmar convênio com instituições governamentais ou particulares, visando à execução de programas ou planos de interesses culturais.

Capítulo III Do Patrimônio e da Receita

Art. 6º – O Patrimônio da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá, será constituído por:



- I - Dotações orçamentárias;
- II - Bens móveis e imóveis que lhe forem doados ou que vier a adquirir;
- III - Doações, legados ou subvenções do Estado ou da União e de entidades ou empresas públicas e privadas;
- IV - Contribuições ou doações de pessoas físicas;
- V - Receita própria advinda das atividades rentáveis da Fundação.

Art. 7º – Os direitos, bens, rendas patrimoniais da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá só poderão ser empregados na consecução dos objetivos da entidade.

Parágrafo único – Extinguindo-se a Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá, seus bens se reverterão às entidades congêneres do município apontadas pelo Prefeito por sugestão do Presidente.

Capítulo IV Da Estrutura Administrativa

Art. 8º – A Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá será dirigida por um Presidente de livre nomeação e exoneração do Prefeito.

Art. 9º – A estrutura administrativa da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá compreende:

- 1 – Presidência;
- 2 – Conselho Fiscal;
- 3 – Setor Administrativo-Financeiro:
 - 3.1 – Supervisão de Suprimentos;
- 4 – Setor de Projetos Especiais:
 - 4.1 – Supervisão de Convênios e Captação de Recursos;
- 5 – Departamento Escola de Música:
 - 5.1 – Setor Administrativo da Escola de Música;
- 6 – Setor de Patrimônio Cultural:
 - 6.1 – Supervisão de Museus e Bens Culturais;
- 7 – Setor de Artesanato e Cursos Livres;
- 8 – Setor de Arquivos, Pesquisas e Publicações:
 - 7.1 – Supervisão de Arquivos;
 - 7.2 – Supervisão de Pesquisas e Publicações;
- 9 – Setor de Eventos:
 - 8.1 – Supervisão de Apoio à Cultura Afro;
 - 8.2 – Supervisão de Apoio às Iniciativas Culturais.



Parágrafo único – Os titulares de cada órgão da estrutura administrativa são nomeados pelo Presidente, facultando-lhe amplo recrutamento com vencimento mensal isonômico ao da administração direta, sendo que as atribuições de cada comissionado serão dispostas neste estatuto e em Portaria da Presidência da Fundação Cultural Calmon Barreto.

Art. 10 – Compete ao Presidente:

- I - Estabelecer formas de apoio aos agentes culturais;
- II - Definir um plano de ações integrado com os setores que compõem a Fundação, estabelecendo as prioridades de cada um, com vistas a desenvolver um trabalho conjunto;
- III - Representar a Fundação Cultural Calmon Barreto ativa e passivamente em Juízo ou fora dele;
- IV - Designar e nomear os chefes de setores e os supervisores;
- V - Aceitar doações;
- VI - Alienar bens da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá com a finalidade de cumprir os objetivos do presente estatuto;
- VII - Promover e assinar, juntamente com o chefe do setor de Administração e Finanças, toda e qualquer movimentação dos recursos da entidade;
- VIII - Nomear e exonerar servidores aprovados em concurso público;
- IX - Celebrar convênios com instituições governamentais ou particulares;
- X - Superintender a administração geral da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá;
- XI - Elaborar a proposta orçamentária anual da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá bem como as suas alterações;
- XII - Organizar o quadro de pessoal de acordo com o Concurso Público realizado;
- XIII - Propor o preenchimento das vagas do quadro de pessoal;
- XIV - Expedir instruções e ordens de serviço;
- XV - Assinar e responder juridicamente pelos atos e fatos de interesse da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá, representando-a em juízo ou fora dele.

Art. 11 – O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros, com igual número de suplentes, nomeados por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 12 – Os membros integrantes do Conselho Fiscal terão mandato de 4 (quatro) anos, permitida a sua recondução por uma vez.



Parágrafo único – Perderá o mandato o conselheiro que faltar a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, assumindo, nesse caso, o seu suplente ou nomeando-se novo conselheiro no caso de substituição de suplente.

Art. 13 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I - exercer a fiscalização financeira da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá.
- II - examinar os livros contábeis e lavrar em ata os pareceres que emitir e os resultados dos exames que proceder;
- III - acompanhar a organização dos serviços técnicos e a nomeação de pessoal;
- IV - acompanhar a execução orçamentária da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;
- V - proceder, face aos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos;
- VI - encaminhar ao Prefeito Municipal, anualmente, até o mês de março, com seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior da Presidência, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente;
- VII - propor à Presidência da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e a transparência da administração da mesma;
- VIII - proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos, e atestar a sua correção e ou denunciar irregularidades constatadas;
- IX - pronunciar sobre a alienação de bens imóveis de propriedade da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá;
- X - rever as suas próprias decisões fundamentando quaisquer alterações.

Parágrafo único – Os membros integrantes do Conselho Fiscal, de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria fiscal, não perceberão qualquer tipo de remuneração.

Art. 14 – O Setor Administrativo-Financeiro é o responsável pelo controle administrativo e financeiro da Fundação Cultural Calmon Barreto, competindo-lhe especialmente:

- I - Orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do departamento, dos setores e das supervisões;



- II - Promover e assinar, juntamente com o Presidente, toda e qualquer movimentação dos recursos da entidade;
- III - Acompanhar e monitorar o controle do custo operacional, execução física e financeira dos projetos e atividades, bem como da aplicação, sob qualquer forma, de recursos;
- IV - Administrar e controlar as atividades relacionadas ao desenvolvimento de recursos humanos, aos enquadramentos no plano de cargos e salários, aos registros, controles e remunerações do quadro de pessoal;
- V - Promover e controlar os processos de execução de projetos.

Parágrafo único – Compete à Supervisão de Suprimentos:

- I - Realizar o processo de compra, abastecimento e controle do almoxarifado;
- II - Promover e controlar os processos de licitação para as compras, de acordo com a legislação vigente.

Art. 15 – O Setor de Projetos Especiais é responsável pela elaboração de projetos culturais, supervisão de convênios e captação de recursos necessários a sua execução. A ele compete:

- I - Elaborar projetos pertinentes ao plano de ações estabelecido pelo Presidente;
- II - Supervisionar a execução de convênios.

Parágrafo único – Compete à Supervisão de Convênios e Captação de Recursos: captar recursos junto à iniciativa privada, instituições governamentais e não governamentais;

Art. 16 – O Departamento Escola de Música, composto pela Escola Municipal de Música Maestro Elias Porfírio de Azevedo, é responsável pela preservação e difusão da música e pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à formação artística, competindo-lhe especialmente, desenvolver as atividades previstas no Regimento Interno da escola.

Parágrafo único – Compete ao Setor Administrativo da Escola de Música: coordenar a secretaria da Escola, orientando a relação professor-aluno-escola, bem como administrar os recursos da tesouraria.

Art. 17 – O Setor de Patrimônio Cultural é o responsável pelos museus e acervos neles existentes e pela política de administração e preservação de bens culturais. A ele compete:



- I - Supervisionar, acompanhar e monitorar os museus sob sua responsabilidade;
- II - Promover a criação de novos museus que se identifiquem com a tradição histórica da população;
- III - Zelar pela guarda, conservação e ampliação dos acervos dos museus;
- IV - Elaborar a programação cultural dos museus visando o intercâmbio comunidade-museus;
- V - Promover os meios de preservar os bens culturais considerados significativos para a história do município;
- VI - Coordenar os projetos implantados em bens culturais que estiverem sob a administração da Fundação;
- VII - Fornecer apoio técnico ao Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural – CODEMPAC;
- VIII - Realizar campanhas de conscientização com o objetivo de despertar a comunidade para a importância de preservar seus bens culturais;
- IX - Promover a adequação física dos bens imóveis e a antiga função por eles exercida, às novas exigências da atualidade;
- X - Responsabilizar-se pela preservação do artesanato do Município e pela realização de cursos que mantenham esta tradição.

§ 1º – Caberá à Supervisão de Museus e Bens Culturais:

- a - A responsabilidade pelo funcionamento dos museus, pela conservação dos acervos, pelo atendimento ao público e pela execução dos programas culturais estabelecidos;
- b - Reconhecer e identificar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município, bem como estabelecer meios para sua conservação, restauração e, se for o caso, de acordo com o CODEMPAC, o seu tombamento.

Art. 18 – Caberá ao Setor de Artesanato e Cursos Livres:

- a - Administrar, controlar e implementar a oficina de artesanato, priorizando a tecelagem;
- b - Coordenar e promover a formação de novos artesãos através da realização de cursos;
- c - Promover a comercialização dos produtos artesanais;
- d - Implementar e coordenar os cursos livres.

Art. 19 – O Setor de Arquivos, Pesquisas e Publicações é o responsável pela construção da memória do município, dedicando-se à preservação documental coligida na Fundação, à pesquisa histórica e a sua divulgação. Compete-lhe especialmente:



Fundação Cultural Calmon Barreto

- I - Supervisionar, acompanhar e monitorar o controle dos arquivos públicos, particulares e dos acervos documentais reunidos na Fundação;
- II - Promover a ampliação do Arquivo sob formas de doação ou aquisição;
- III - Zelar pela preservação do Arquivo de acordo com as técnicas de conservação;
- IV - Subsidiar a pesquisa histórica sobre o município junto aos demais Setores da Fundação e à comunidade como um todo;
- V - Disponibilizar ao público os Arquivos para serem usados como fonte de consulta e pesquisa;
- VI - Realizar estudos e pesquisas históricas;
- VII - Elaborar publicações referentes à memória histórica.

§ 1º – A Supervisão de Arquivos é responsável pela guarda, catalogação, conservação e preservação dos acervos documentais e iconográficos.

§ 2º – A Supervisão de Pesquisas e Publicações é responsável pela realização de pesquisas históricas e pela elaboração de publicações, permitindo à comunidade o contato com a sua própria história.

Art. 20 – O Setor de Eventos é o responsável pelo desenvolvimento das atividades culturais, competindo-lhe especialmente:

- I - Fomentar as ações em todas as áreas culturais envolvendo diferentes segmentos da sociedade;
- II - Promover e coordenar a realização de eventos culturais no âmbito da Fundação;
- III - Incentivar as manifestações culturais nas escolas, clubes, parques, praças, ginásios, cinemas e teatros;
- IV - Buscar novos talentos artísticos.

§ 1º – Caberá à Supervisão de Apoio à Cultura Afro:

- a - Promover o resgate das manifestações culturais relativas à comunidade afro;
- b - Realizar estudos, programas de conscientização e valorização da cultura afro em parceria com os demais setores;
- c - Promover e coordenar eventos específicos da cultura afro.

§ 2º – Caberá à Supervisão de Apoio às Iniciativas Culturais: fornecer apoio técnico e operacional para a realização de eventos.



Capítulo V Do Pessoal

Art. 21 – O regime jurídico dos Servidores da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá é o estatutário, obedecendo, no que couber, o disposto na Lei nº 2.360/90 e ulteriores alterações, na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Araxá.

Art. 22 – A investidura em cargo ou emprego público na Fundação depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

Art. 23 – O servidor da Prefeitura Municipal de Araxá, quando requisitado pelo Presidente, poderá ser colocado à disposição da entidade a que se refere este Estatuto, sem prejuízo de direitos, vantagens e contagem de tempo de serviço.

Capítulo VI Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 24 – O presente Estatuto poderá ser alterado pelo Prefeito Municipal, por sugestão do Presidente devidamente comprovada.

Art. 25 – As questões omissas neste Estatuto serão decididas pelo Presidente.

Araxá, 1º de março de 2001.


Magali Cunha Porfirio Borges
Presidente

Aprovo:
Em 1º de março de 2001


Antonio Leonardo Lemos Oliveira
Prefeito Municipal de Araxá

**ANEXO G - Modelo de termo de empréstimo utilizado na Fundação
Cultural Calmon Barreto**



TERMO DE EMPRÉSTIMO — Externo

Araxá, (MG) ____ / ____ / 2003

Telefones: _____

vem solicitar desta Entidade, os trabalhos do Setor de Arquivos, Pesquisas e Publicações:

Empréstimo de Material

para _____
